

Revista **a**

EVOLUÇÃO

Ano II - nº 21 - Out./2021 - ISSN 2675-2573

ISSN 2675-2573



TATIANA CELESTINO DE MENEZES KANEKO

Não basta aprender a ler e escrever, é preciso ensinar as crianças a serem bons cidadãos para o mundo.



Revista **EVOLUÇÃO**

Ano II - nº 21 de Outubro de 2021 - ISSN 2675-2573

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Isac dos Santos Pereira

Thaís Thomas Bovo

Vilma Maria da Silva

Organização:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS)

Ana Paula Mariano da Silva

Delmira Moreira da Cruz

Elida Eunice da Silva

Gladys Aparecida da Silva

Jonatas Hericos Isidro de Lima

Luzerlila Perestrelo Valente

Nádia Rúbia Oliveira Magalhães Pina

Paulo Cordeiro Leite

Silvana Fátima Boni Morato

Wilder Dala Quinjango



São Paulo
2021

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Denise Mak

Patrícia Tanganelli Lara

Thais Thomas Bovo

Veneranda Rocha de Carvalho

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adelson Batista Lins

Prof. Esp. Ana Paula de Lima

Prof. Me. Andreia Fernandes de Souza

Prof. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Prof. Me. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Prof. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Prof. Dra. Thais Thomas Bovo

Prof. Me. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887

Whatsapp: (11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com

https://primeiraevolucao.com.br

São Paulo - SP - Brasil

netomanuefrancisco@gmail.com

Luanda - Angola

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores. Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Filiada à:



Publicada no Brasil por:

Edições **Livro Alternativo**

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – n. 21 (out. 2021). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2021.

82 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.21>

www.primeiraevolucao.com.br

ÍNDICE

05 APRESENTAÇÃO

Profa. Vilma Maria da Silva

07 HOMENAGEM Tatiana Celestino de Menezes Kaneko

COLUNAS

10 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira



ARTIGOS

1. A ARTE E O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM Ana Paula Mariano da Silva	17
2. AS HISTÓRIAS INFANTIS E O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS Delmira Moreira da Cruz	23
3. A MUSICALIZAÇÃO NA ESCOLA Elida Eunice da Silva	33
4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO COORDENADOR PEDAGÓGICO Jonatas Hericos Isidro de Lima	43
5. PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS DIFERENTES POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS Gladys Aparecida da Silva	49
6. ALUNOS DEPENDENTES E INFLUENCIÁVEIS Luzerlila Perestrelo Valente	55
7. A ESCOLA E SEU PAPEL NO DESEMPENHO SOCIOEMOCIONAL Nádia Rúbia Oliveira Magalhães Pina	61
8. AS CONDIÇÕES E OS PROCESSOS SOCIOINSTITUCIONAIS E O DESEMPENHO ESCOLAR Paulo Cordeiro Leite	67
9. GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS Silvana Fátima Boni Morato	71
10. A PROBLEMÁTICA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO Wilder Dala Quinjango	77

Caro leitor/a,

Finalizamos mais uma edição de nossa revista, a número 21.

No decorrer do ano tivemos “altos e baixos”, mas, mantivemos nossa coluna ereta e seguimos firmes... Hoje, vejo como se tivéssemos alcançado a maioria, e por desenvolvermos um trabalho sério, esta maturidade nos fortalece ainda mais.

Sou a responsável pelo contato direto e constante com os autores/as e não saberia descrever o quão gratificante é ouvir seus depoimentos e agradecimentos. Costumo sempre dizer que evoluímos juntas.

Vale lembrar que esta revista só é possível graças à sua colaboração e a dedicação abnegada de professoras e professores que dedicam parte de seu tempo a ler e corrigir artigos, auxiliando os autores.

Não era pra menos, afinal, utilizar-se da educação para transformar o mundo é uma tarefa intrínseca à nossa função social... somos professores, pilares da sociedade há séculos, não ficaríamos de braços cruzados esperando por mudanças que dependem de nós.

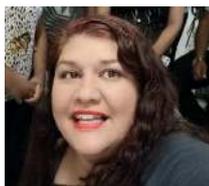
Por fim, você notará que esta edição não traz uma homenagem específica aos educadores relacionado à data, quem sabe nos próximos anos?... Decidimos, ao criar a revista, homenagear os professores mensalmente, aliás, homenageamos diariamente. Sempre que temos a oportunidade de homenagear, valorizar, apoiar os profissionais da educação, não perdemos a chance.

Sei bem da importância de uma data para sermos lembrados, tem o seu valor e relevância, mas, por outro lado, sabemos que SOMOS IMPRESCINDÍVEIS todos os dias, e é isso que celebramos.

Obrigada, por estar conosco.

Feliz dia do professor(a), todos os dias!

Boa leitura.



Profª. **Vilma Maria da Silva**
Coordenação Editorial

de Menezes Kaneko, formada
a faculdade Integradas Paulista.
a casei e fui mãe de 4 lindas
, Stefany e Kauanny.

um sonho que tinha como escolha
trabalhar em outras áreas e tinha a
ar a estudar, mas ao longo da
ns elogios e notei que sempre tirava
das professoras que eu admirava o
passou um trabalho no qual me
to elogiada naquele dia ela me fez
u nasci para ser professora...

stágios e me apaixonei pela educação
ue queria ficar ali, o horário do estágio
nem percebia, adorava ler e brincar com
descoberta e assim nasceu a professora
conhecida como Japa.



HOMENAGEM HOMENAGEM

TATIANA CELESTINO DE MENEZES KANEKO

Professora

TATIANA CELESTINO DE MENEZES KANEKO

NÃO BASTA APRENDER A LER E ESCREVER, É PRECISO ENSINAR AS CRIANÇAS A SEREM BONS CIDADÃOS PARA O MUNDO.

Na verdade foi a educação que me escolheu pois nunca pensei em ser professora, sempre trabalhei com o público adulto, pois trabalhei de telemarketing, recepcionista e outros. Na época, minha amiga Elizabeth me chamou insistentemente para fazer a faculdade de Pedagogia, resolvi fazer a prova, mas, pensei que não conseguiria pois fazia muito tempo que estava longe da escola e de livros.

HOMENAGEM HOMENAGEM

TATIANA CELESTINO DE MENEZES KANEKO

O resultado sairia depois de cinco dias mas para minha surpresa saiu no terceiro dia e foi uma nota boa. Tinha conseguido a nota da redação, quando fui fazer a matrícula a recepcionista me orientou sobre o total de horas, que era reconhecida pelo MEC e sobre os valores das mensalidades. Naquele momento pensei como vou pagar? Não estava trabalhando e não tinha esse dinheiro.

A moça percebeu e me perguntou se eu tinha como pagar a matrícula e eu disse que não, e sorri, não poderia mentir, afinal, nem sabia que seria cobrado esse dinheiro, ela percebeu minha situação entrou em uma sala demorou um pouco e voltou com um sorriso dizendo que era meu dia de sorte pois o gestor permitiu que eu pagasse a matrícula em 6 parcelas.

Assinei os papéis e saímos, no dia seguinte minha amiga passou em casa e me disse que as aulas já tinham começado e eu já tinha perdido uns 10 dias, mas não fui por não ter dinheiro nem pra comprar o lápis. Então no dia seguinte minha mãe doou o dinheiro da passagem do mês e o meu atual marido Sérgio me deu todos os materiais necessários. Para mim tudo era novidade e me sentia inferior pois tinha vários conteúdos que eu nunca tinha visto e a maioria já conhecia.

Me inscrevi logo no programa Escola da Família e por muita sorte fui escolhida logo no início da faculdade e assim pude conviver com crianças na extrema pobreza porém amorosas e respeitadas. Em alguns momentos com minhas amigas conseguimos proporcionar momentos maravilhosos entre eles o dia da beleza para resgatar a autoestima da maioria das mulheres tão sofridas e sem sentido na vida.

No terceiro mês da faculdade consegui meu estágio no CIEE sendo remunerado e quanta alegria pois além de aprender eu conseguia ajudar outras pessoas, foi um tempo bom mas difícil eu quase enlouqueci (casa, filhos pequenos, estágio, faculdade e o programa da família de sábado e domingo) durante uns 3 anos. Nos últimos 5 meses que faltava para nos formar, a faculdade não renovou com esse programa e eu tive que pagar do bolso e com muito esforço consegui. Quando eu estava no 4º semestre ainda não me via professora porém sempre fui comprometida com o que me propunha a fazer. Apresentei vários trabalhos no qual as professoras sempre gostavam e em uma das vezes que apresentei uma aula para a educação infantil fui muito elogiada por vários professores e por colegas que já estavam na área. Neste dia a professora que eu tanto gostava e admirava suas aulas e falas "Patrícia Rocha" me elogiou por várias vezes e eu ali percebi que tinha chance de ser uma boa professora. Quando chegou o momento de estagiar fiz questão de cumprir todos e me encantei pela educação infantil e ali me descobri.



Me formei e depois de 3 meses fui indicada por uma amiga para trabalhar no Cei Rugrat's na Avenida Dom Pedro, no Ipiranga. Era muito longe pois eu moro na Zona Leste mas fui aproveitar a oportunidade, fiquei pouco tempo pois era muito longe mas fiz meu melhor, até me vestir de papai Noel eu me vesti para ver naquele momento o sorriso das crianças. Por ficar muito tempo fora de casa eu resolvi procurar mais próximo afinal a educação infantil requer muito nossa condição física e mental. Aproveitei as férias e fui procurar na região de São Matheus aonde moro, entreguei em vários e dentre eles uma que me disseram para não entregar pois lá só por indicação... para minha surpresa fui chamada lá e em mais 3, fiz as entrevistas e passei em duas e fiquei em uma no qual o local me encantou e que disseram que só entraria por indicação (Cei Eunice Padovan)

HOMENAGEM HOMENAGEM

TATIANA CELESTINO DE MENEZES KANEKO

fui muito sincera e recebi a vaga como um presente. Neste Cei vi meu desejo de dar o melhor sempre e eles incentivavam nos dando maravilhosas reuniões pedagógicas intrigantes, interessantes e que nos fazia refletir... Pude rever a minha professora da faculdade no qual estava dando formação neste Cei junto com a querida Bete Godoy. Aprendi muito e a direção e as coordenadoras Karla e Lucivânia nos deixavam criar junto com as crianças, nos permitia criar e realizar e quando não fosse possível elas tornavam possível... aprendi a valorizar e respeitar cada ser que estivesse



comigo durante a vida toda. Neste ano passei no concurso e esperava o meu momento de ser concursada. Mas infelizmente por motivos familiares tive que pedir as contas mas levei toda aprendizagem de 2 anos e 4 meses, passou um tempo consegui em outro cei ao lado de casa Cei Rio Claro (Nosso Lar) fui muitas vezes elogiadas pela direção e coordenação e assim levei meu conhecimento e fui adquirindo mais com professoras dispostas a me orientar e as crianças a me ensinar a palavra amor... fiquei pouco tempo também pois minha filha sofreu uma crise de ansiedade por causa de bullying na escola que ela ficava... tempos difícil mas vencemos... levei amizade das professoras e direção, levei amizade que fiz com as famílias e crianças e muita aprendizagem.

Fiquei um bom tempo desempregada e voltei a entregar os currículos e assim fiz mais um concurso pois passar nas entrevistas desses Ceis é um concurso... consegui passar pelas 3 fases do Bompar e fui trabalhar no Cei Jd. Imperador onde fiquei por três meses e consegui deixar minhas marcas, fiz amizades e tenho contato até hoje com todas minhas coordenadoras e algumas diretoras... algumas crianças de todos os lugares de onde passei. Fui chamada no concurso tendo que ir trabalhar no Grajaú. Deixei minha vida da zona leste e fui fazer uma nova na zona sul e que maravilha quando se está aberta as novidades, aprendi muito com minha Diretora Carla no Emei Parque Brasil pois começamos do nada um Emei novo em todos os sentidos, aprendi ali o que era união de uma equipe docente em prol da comunidade... fiz amigas de verdade, amei os momentos de conversas com a coordenadora Cicera onde hoje é minha amiga pessoal e no qual sempre me elogiou muito, me deu forças e ideias e no qual as mães me elogiavam e as crianças me amavam. No Cei Jardim Somara vi uma família pronta a ajudar a todos que ali chegasse, uma união lugar de paz com a diretora Helen e a Coordenadora Rosa Mônica, a equipe maravilhosa que nos recebe e acolhe e nos faz refletir como receber nossos bebês e crianças no dia a dia.

Aprendi com tudo isso que nada sei, trago apenas amor no coração, e tento obter muitos conhecimentos com cursos e leituras, prestando atenção nas professoras e equipes por onde passo mas o que me faz feliz é ver que as famílias têm em mim confiança e as crianças gostam de estar junto comigo nas suas vivências e descobertas e ver os olhinhos brilharem e se sentirem bem aonde estiverem comigo.

Então eu digo que por onde eu passo tento deixar o melhor de mim e levo um pouco de cada e juntando tudo me torno a professora Taty...

Esses dias aprendi uma frase no Workshop da educação infantil que levo agora pro coração "Aonde você for seja a alma deste lugar" (SILAS BEZERRA).

Enviada por: **Elenice Vilella**



Catalog'Art

NAVEGAÇÕES DE
ESTUDANTES

ISAC DOS SANTOS PEREIRA

HUDSON HENRIQUE DOMINGUES DOS SANTOS

ULTRAPASSANDO AS BARREIRAS DAS MINHAS EXPERIÊNCIAS: O DESENHO DA CRIANÇA ENQUANTO PARTE DE SEU MUNDO FANTÁSTICO¹



Há quem diga que viemos do fantástico mundo da fantasia, há quem diga que para lá iremos; mas, afinal, talvez não seriam as duas coisas? Acredita-se que enquanto o ser humano existiu e existirá, houve e haverá sempre uma força da imaginação que o impulsiona para o fantástico, para o vislumbrar dos anseios que até então gravitam sobre sua mente em estado de devaneios, que lhes são caros. Cria-se um transporte para andar quilômetros, constrói-se um arcabouço que o transporta sobre as nuvens para o outro lado do continente, cria-se um aparelho para falar com outra pessoa do lado do mundo... Como arguiria Morin (2014); Será que tudo não nasceu de um sonho do devaneador acordado? A ideia ao trazer o desenho acima como uma introdução e

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 para o primeiro autor da presente coluna.

uma imagem para devaneios e reflexões poéticas é de conduzir o leitor a esses caminhos, direcionando-o a começar a pensar sobre a obra da pequena estudante de 8 anos de idade da EMEF Paulo Setúbal de maneira mais aberta, distante de preconceitos ou desvios infrutuosos sobre essa linguagem que ultrapassa empecilhos, sejam elas do tempo, da materialidade, do pensamento ou/e das ações.

Por questão de segundos, pode ser difícil imaginar ao certo o que essa criança tinha em mente ao fazer o desenho acima, porém, se percebe que ela teve uma liberdade artística incrível e sem dúvidas utilizou muito bem desse recurso, deixando claro que a Arte permite que o indivíduo ultrapasse essa barreira e que se expresse cada vez melhor. Cores interessantes... Nisso, é perceptível a liberdade e a criatividade com as formas.

Acredita-se que a possível inspiração para tal desenho pode ter sido instigada por diversas obras com o foco em formas geométricas com aspectos fantásticos e surreais, sendo amplificada pela imaginação da pequena artista. Um outro aspecto que pode tê-la deixado com mais liberdade foi em si o ato de desenhar, que sem dúvidas possibilitou um constante sentimento de prazer, além de cada vez mais desenvolver a capacidade de evoluir com satisfação. É incrível a sensação de poder se expressar!!!

Casa, animal, árvore, seres incomuns? Pode ser um, outro, ou todos juntos... A presente obra mostra mais do que nunca a pluralidade imagética e as possibilidades em representar coisas que para muitos já se tornou comum, se tornou como mais um desenho feito por uma criança e arquivado ou jogado fora depois.

Enfim, nessa liberdade se encontram mundos, experiências, possibilidades... De fato, encontra-se a Arte de desenhar tal qual como ela é!

Isac dos Santos Pereira - Doutorando e Mestre em Comunicação audiovisual pela Universidade Anhembi Morumbi – UAM com pesquisa sobre Naruto na sala de aula. Especialista em Arte/Educação: teoria e prática, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP. Especialista em Neurociências Aplicada à Educação pela Universidade Anhembi Morumbi - UAM. Licenciado em Artes visuais pela Faculdade Paulista de Arte - FPA. Professor atuante de Arte no Ensino Fundamental I da rede Municipal de São Paulo, na EMEF Paulo Setúbal.

E-mail: isacsantos02@hotmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6351070667418404>

Hudson Henrique Domingues dos Santos

Estudante do Ensino Médio técnico com Habilitação Profissional em Desenvolvimento de Sistemas. Atualmente, seus estudos e pesquisas se direcionam com interesse para animações e jogos eletrônicos.

A educação por quem a vive.



A close-up, high-angle photograph of a young boy with dark skin and hair. He is looking down intently at a small, white, rectangular object he is holding in his hands. The lighting is soft and focused on his face, with the background being a plain, light-colored wall. The overall mood is one of concentration and curiosity.

Edições
Livro Alternativo

QUEM SOMOS

A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;
Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

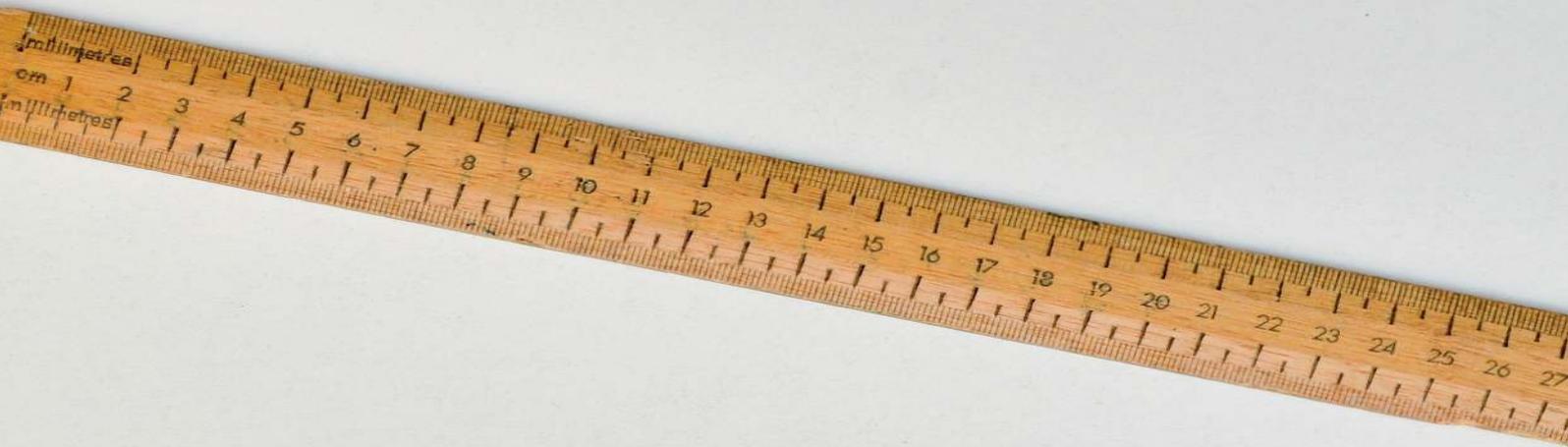
A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.



Venha você também
EVOLUIR
CONOSCO



Revista **EVOLUÇÃO**



A ARTE E O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

ANA PAULA MARIANO DA SILVA

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo compreender a importância do ensino de Arte para crianças do Ensino Fundamental com foco nos anos iniciais e como esta contribui para o Ensino Aprendizagem, assim como para o desenvolvimento das expressões e percepções infantis aprimorando suas potencialidades orientando-as a observar, ver, ouvir, tocar, fazendo-as perceber as coisas, a natureza e os objetos à sua volta. A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento teórico onde foi possível perceber que o ensino de Arte proporciona à criança um espaço onde ela pode exercitar suas potencialidades sem medo ampliando assim sua leitura de mundo. O ensino de Arte mediado pelo professor dentro das escolas é de grande valia, pois além de despertar a criatividade e ajudar a externar sentimentos também ajuda na interação e inserção social, no conhecimento humano, possibilitando que o ensino e o conhecimento em outras áreas sejam fortalecidos.

Palavras-chave: Aprendizagem. Artes. Ensino.

INTRODUÇÃO

É na escola que geralmente se oferece a criança o primeiro contato com as artes. Neste espaço de educação, a criança explora e conhece um novo universo artístico por meio da dança, da música, do teatro, das artes visuais e principalmente da literatura.

Este trabalho busca entender a relevância da Arte no processo ensino aprendizagem na educação, tendo como foco os anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como a prática pedagógica do professor e de que forma esta disciplina vem contribuindo na aprendizagem do educando.

Arte é um ramo do conhecimento com a mesma finalidade de igualdade que as outras disciplinas do currículo escolar. Portanto, é preciso reconhecer a sua capacidade transformadora, e que dentro das escolas os professores contribuirão para que o acesso a ela seja um direito de todos, criando condições e consciência de que ensinando Arte para as crianças estão contribuindo para o seu pleno desenvolvimento cognitivo e a formação de um cidadão crítico.

Muitos autores têm contribuído para auxiliar nesta reflexão, problematizando situações e levando muitos professores a refletirem sobre suas práticas e assim proporcionarem aos pequenos aprendizes uma melhor absorção de todo o ensinamento que a Arte pode oferecer.

De acordo com Ferraz e Fusari (1993, p. 16), "a arte se constitui de modos específicos de manifestação da atividade criativa dos seres humanos ao interagirem com o mundo em que vivem, ao se conhecerem e ao conhecê-lo".

O ensino de Arte é importante na vida da criança, mas também é importante que haja cursos que especializem e atualizem professores de forma contínua, pois sem a consciência clara de sua função ou sem uma fundamentação consistente de Arte como área de conhecimento que possui conteúdos específicos, o trabalho do professor se torna muito difícil.

A LINGUAGEM ARTÍSTICA

Linguagens artísticas são diferentes maneiras de se expressar por meio das artes. Entre elas estão: a música, a dança, o desenho, a pintura, a poesia, a literatura, o teatro, o cinema, a fotografia, entre outras. Esses instrumentos ajudam na construção da identidade cultural dos alunos, contribuindo para que aumentem seu repertório e compreendam melhor outros sistemas simbólicos.

O ensino de Arte na escola não depende somente do papel do professor, mas da própria história que este professor faz da Arte.

Segundo Barbosa (1984, p. 90): “o conceito de arte foi objeto de diferentes interpretações: arte como técnica, como produção de materiais artísticos, como lazer, como liberação de impulsos, como expressão, como linguagem, como comunicação”.

Na escola a Arte conduz o aluno a mostrar seus sentimentos. Para o aluno a Arte lhe oferece uma forma de expressão, e é o professor que vai lhe oferecer esse caminho de descobertas.

[...] se antes a escola prestava pouca atenção às necessidades das crianças, os progressistas superenfatizavam aquelas necessidades; se as aulas tradicionais eram rigidamente organizadas, os progressistas eram excessivamente cautelosos com qualquer tipo de ordem; se a educação tradicional estava destinada aos objetivos pré - estabelecidos, os progressistas frequentemente deixavam as aulas fluírem; se a educação tradicional negligenciava as particularidades individuais dos educandos e seu desenvolvimento, os progressistas enfatizaram erroneamente a necessidade de ensinar apenas o que a criança queria aprender (EISNER apud BARBOSA, 1984, p.81).

O desenvolvimento da criatividade da criança na escola aparece naturalmente e o professor não deve intervir e sim oferecer-lhe oportunidades.

A expressão fez com que o ensino da Arte priorizasse a atividade de liberação emocional e se voltasse, basicamente, para a construção afetiva, relegando, desse modo, os processos de cognição. Supervalorizava-se a Arte como livre expressão e o entendimento da criação artística como fator afetivo e emocional, em detrimento do pensamento reflexivo. (BARBOSA, 1984, p.83).

A atividade artística, na escola tornou-se, principalmente, um fazer movido pela emoção. Por isso se dá a importância de se ensinar as mais variadas linguagens artísticas em sala de aula, para que a criança possa mostrar o que está sentindo.

A presença da arte na escola ainda se relacionava à autoexpressão, ou seja, à expressão de sentimentos e ao desenvolvimento da criatividade, estando longe de ser motivo de reflexão e de construções voltadas para o ensino e para a aprendizagem.

Com as novas orientações metodológicas propostas no ensino de Arte levantou-se a hipótese de um novo currículo que pautava o ensino artístico dentro da Proposta Triangular, que visava o ensino de Arte interligado ao fazer artístico, a história da Arte e a análise das obras de grandes artistas, bem como a produção dos próprios educandos.

[...] sugere que a prática das Artes Visuais, no interior das instituições escolares, seja abordada sob três dimensões principais: o fazer artístico – que busca desenvolver a criação pessoal por meio das práticas artísticas; a apreciação artística – que visa desenvolver a capacidade de percepção e sentido das obras artísticas, tanto em relação aos elementos da linguagem visual quanto da linguagem material; a reflexão – que promove o pensar sobre os conteúdos das obras artísticas, a partir de questionamentos e dúvidas levantadas pelos alunos sobre suas próprias criações e também sobre outras produções. (BRASIL 1998c, p.89)

A Arte Educação é um movimento que busca novas metodologias do Ensino-Aprendizagem de Arte nas escolas, e um novo modo de pensar requer novas metodologias que possibilite aos educandos a aquisição de um saber específico, que os auxilie na descoberta de novos caminhos, bem como na compreensão do mundo em que vivem e suas contradições, uma metodologia onde o acesso aos processos e produtos artísticos deve ser tanto ponto de partida como parâmetro para essas ações educativas escolares.

O DESENHO INFANTIL

Segundo Moreira (1993), em seu livro *O espaço do desenho: a educação do educador*, apresenta o desenho como uma possibilidade de conhecer a criança por meio de uma outra linguagem.

O ato de desenhar não é visto apenas como possibilidade de se conhecer, recuperar o ser poético que é a criança só é possível quando os professores se percebem como pessoas capazes de viver o

estranhamento, que é o ser da poesia, quando o professor descobre nele mesmo o prazer da criação. (MOREIRA, 1993, p.23)

Antes de aprender a escrever a criança desenha para comunicar suas sensações, sentimentos, pensamentos, a realidade, e, para justificar suas ideias. Moreira (1993, p.15) cita a fala de uma criança: "Desenhar é bom para tirar as ideias da cabeça. Porque sempre que a gente tem uma ideia, a gente quer ter ela, brincar com ela, aí a gente desenha ela."

Entende-se por desenho o traço que a criança faz no papel ou em qualquer superfície, e também a maneira como a criança concebe seu espaço de jogo com materiais de que dispõe, ou seja, a maneira como organiza as pedras e folhas ao redor do castelo de areia, ou como organiza as panelinhas, os pratos, as colheres na brincadeira de casinha, tornando-se uma possibilidade de conhecer a criança através de uma outra linguagem: o desenho de seu espaço lúdico. (MOREIRA, 1993, p.16).

Acompanhando as etapas do desenvolvimento do desenho, através das mesmas etapas descritas por Piaget (apud. MOREIRA, 1993, p.27),

[...] jogo de exercício é caracterizado pela repetição de uma ação pelo prazer que ela proporciona. Ao final de seu primeiro ano de vida, num primeiro momento a criança produz as chamadas garatujas, consideradas muito mais como movimentos do que representações, pois a criança faz marcas no papel ou outra superfície, pelo simples prazer que sente ao constatar os efeitos visuais que essa ação produz, sem a intenção de representar.

Num segundo momento a criança começa a interpretar suas marcas gráficas e através do desenho faz surgir os primeiros símbolos. Para Moreira (1993, p. 32),

[...] a garatuja assume, em seguida, um novo aspecto. Começa a adquirir o caráter de jogo simbólico. A criança desenha então para dizer algo, para contar de si mesma, para fazer de conta. É o início da representação. O que a criança diz enquanto desenha, é muito importante, visto que ela registra o que imagina, e isto está relacionado com as experiências vividas por cada uma. Os desenhos nada mais são do que as imagens que as crianças guardam na memória, com a contribuição da imaginação, ou seja, a criança não faz desenho de observação, mas de memória e observação.

Dentro dos processos de percepção a Arte contribui de forma a ampliar sua leitura de mundo, pois as crianças encontram um lugar onde podem exercitar sem medo todas as suas potencialidades. Todo esse trabalho que envolve desenvolver a observação, a percepção e a imaginação infantil, tornam-se oficinas perceptivas quando trabalhadas nas aulas de Arte, onde as criações imaginativas e perspectivas das crianças interagem com as experiências oferecidas pelo professor que sabendo intermediar e contextualizar os conhecimentos, é capaz de incentivar a construção de várias habilidades.

Estudos de vários teóricos e pensadores nos mostram que o ensino da Arte é fundamental para uma melhor compreensão da construção dos saberes das crianças, principalmente no que diz respeito ao desenho e a interação que desenvolvem socialmente. Deste modo, Arte é um elo importante que nos liga a vida.

A ARTE NA ESCOLA

Dentro do ambiente escolar, é necessário dar importância e se atentar a forma de como a criança se aproxima e age em relação ao aspecto estético e artístico do conhecimento, tendo muita sensibilidade e dialogando sempre sobre o seu fazer artístico, isso ajudará o professor a propor experiências e intervir fazendo com que as crianças possam avançar em suas percepções e observações, bem como em seus repertórios de saberes.

A Arte é uma dessas formas simbólicas de conhecer e representar o mundo e a si mesmo. A Arte se constitui de modos específicos da atividade criativa dos seres humanos ao interagirem com o mundo em que vivem, ao se conhecerem e ao conhecê-lo. (FERRAZ; FUSARI, 1993, p.19)

A organização do mundo simbólico para a criança é um ato criador ao mesmo tempo em que é um ato individual e coletivo.

A escola pode, portanto, mediar o acesso das crianças às experiências artísticas. À escola cabe a tarefa de tornar disponíveis os códigos do cotidiano das crianças e aqueles do legado da humanidade, em situações significativas para elas. Queiramos ou não, é evidente que a criança já vivencia a Arte produzida pelos adultos, presente em seu cotidiano. É óbvio que essa Arte exerce vivas influências estéticas na criança. É óbvio, também, que a criança com ela interage de diversas maneiras. (FERRAZ; FUSARI, 1993, P.43)

Nas aulas de Arte a criança necessita ter o contato com obras de arte de forma natural e diariamente para que ela possa interagir com um mundo sensível e construir seus próprios conhecimentos. O contato com as imagens artísticas e com as diversas linguagens que a arte oferece, favorece o desenvolvimento das observações e percepções das crianças fazendo com que elas se expressem e constrói possibilidades de representação dessa expressão.

Outro ponto importante é o contato da criança com as obras de arte. Quando isso ocorre com crianças que têm oportunidade de praticar atividades artísticas, percebe-se que elas adquirem novos repertórios e são capazes de fazer relações com suas próprias experiências. E, ainda, se elas também são encorajadas a observar, tocar, conversar e refletir. (FERRAZ; FUSARI, 1993, P.49)

A expressão artística não é um processo independente e isolado, como pensavam os modernistas, mas objeto de uma ação cognitiva, afetiva e motora da criança sobre o repertório cultural a que tem acesso. É, contudo, um resultado de ações de troca, nas quais a criança internaliza os elementos e constrói relações de experiências culturais.

O professor pode enriquecer as experiências que as crianças já possuem por meio do seu trabalho em sala de aula potencializando, enriquecendo os conhecimentos artísticos e estéticos e isto se dá quando elas são orientadas a observar, a ver, a tocar, ou seja, a perceber as coisas, a natureza e os objetos que as cercam.

[...] durante as criações ou fazendo atividades de seu dia a dia, as crianças vão aprendendo a perceber os atributos constitutivos dos objetos ou fenômenos à sua volta. Aprendem a nomear esses objetos, sua utilidade seus aspectos formais (tais como linha, volume, cor, tamanho, textura, entre outros) ou qualidades, funções, entre outros... Para que isso ocorra é necessário a colaboração do outro – pais, professoras, entre outros - sozinha ela nem sempre consegue atingir as diferenciações, muitas vezes sua atenção é dirigida às características não - essenciais e sim às mais destacadas dos objetos ou imagens, como por exemplo, as mais brilhantes, mais coloridas, mais estranhas...(FERRAZ; FUSARI, 1993, p.49)

A CRIANÇA E A SUA RELAÇÃO COM AS ARTES

A capacidade criadora da criança manifesta-se de maneira livre, espontânea, imaginativa, no brincar, no sonhar, no associar, no simbolizar, no fazer de conta da vida real. Criar é viver e nas experiências infantis que a criança desenvolve seu raciocínio e sua sensibilidade.

A criança age impulsivamente, espontaneamente para ver o que acontece. Nesses desafios a produtividade infantil é rica em quantidades e descobertas. O percurso individual da criança pode ser significativamente enriquecido pela ação educativa intencional: porém, a criação artística é um ato exclusivo e único da criança. É no fazer artístico, no contato com os objetos de arte que se constrói o conhecimento em Artes Visuais. Nesse processo, o prazer e o domínio do gesto e da visualidade evoluem para o prazer e o domínio do próprio fazer artístico, da simbolização e da leitura de imagens. (FONTANA, 1997:p.36)

Diante destas argumentações, as imagens, congeladas ou em movimento, chamam a atenção, hipnotizam e convencem os que as observam com inocência, pois o contato maior das crianças nos dias

de hoje são as imagens e quando as crianças as observam atentas, elas aprendem a ler e a interpretar o código visual usado nas artes, nas manifestações populares e na mídia, assim como o que ensina a ler e a escrever palavras.

Garantindo a presença constante das Artes no cotidiano da criança, o educador supera aquele estereótipo de que a arte se resume apenas em decoração para datas comemorativas, ainda muito comum nos dias de hoje, aquele que não interroga o que vê.

Um dos objetivos é justamente fazer com que as crianças conheçam uma pequena parte dessa produção cultural e tentem, por meio do levantamento de hipóteses e análises, estabelecer múltiplas conexões a fim de, gradativamente, relacioná-los e transformá-los em função para a vida prática.

A Arte que a criança produz é aquilo que está guardado em sua mente, ou seja, tudo o que ela observa que nada mais é do que a leitura que ela faz do mundo que a cerca. A criança expressa sua realidade por meio da linguagem simbólica, por meio das experiências e da relação de si e do mundo. A princípio essa percepção é abrangente, mas depois passa a ser mais detalhada, é aí que o seu conhecimento passa por uma reelaboração. E uma das maneiras de se fazer essa reconstrução cognitiva é por meio de um olhar mais crítico, este que o educando possibilita à criança na prática intencionada do exercício da observação. Essas elaborações tanto perceptivas quanto reflexivas têm contribuído de forma direta no olhar e no saber artístico desenvolvido pela criança.

Fica difícil mudar as concepções de ensino e aprendizagem de Arte, que permanecem por vezes sendo apresentadas de maneiras tão diferentes na sociedade, provocando uma grande confusão tanto na cabeça dos alunos como na dos próprios professores.

Uma maneira de diminuir essa condição é capacitando professores de maneira continuada, essa capacitação poderia ocorrer de várias maneiras, com cursos intensivos, ou mesmo cursos de curta duração, com palestras, oficinas, ou qualquer outro sistema, o objetivo seria unicamente proporcionar ao professor o desenvolvimento de novas habilidades que contribuiriam no processo de Ensino Aprendizagem que ocorre dentro das instituições de ensino diariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo teve como principal desafio o de compreender a importância de Arte no Ensino Aprendizagem de crianças dos primeiros anos do Ensino Fundamental, onde a Arte desempenha papel primordial na forma de como a criança conhece e representa o mundo e a si mesma, o que é muito importante, pois, ela registra o que imagina e isso se relaciona com as experiências vivenciadas por ela que ficam guardadas em suas memórias e que apesar de cada criança possuir um percurso artístico individual este pode ser significativamente enriquecido pela ação educativa intencional sendo confirmado pelos autores aqui estudados.

Para que o Ensino de Arte aconteça nas escolas de forma satisfatória é preciso que haja capacitações de professores, infraestruturas favoráveis ao desenvolvimento de atividades artísticas, assim como recursos para o fazer da Arte.

Foi constatado mediante a pesquisa que a Arte pode contribuir de forma significativa no processo ensino aprendizagem, trazendo novas perspectivas, envolvendo a cultura e contextualizando o aluno com a realidade que o cerca.

A Arte, portanto, desperta a criatividade, contribui para que os sentimentos sejam externados, para a interação social, para manifestação da cultura, para o conhecimento humano, para a conexão e contextualização com outras áreas do conhecimento, fortalecendo a apropriação do aprendizado pelo aluno entre outros tantos benefícios.

O ensino de Arte nas escolas torna-se indispensável para o desenvolvimento do educando, pois, contribui para torná-lo um cidadão crítico, criativo, que saiba enxergar além dos olhos, que ouça além dos ouvidos que sinta verdadeiramente com o coração e que saia da escola preparado para desempenhar o seu papel na sociedade e construir sua própria história!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação: conflitos / acertos**. São Paulo: Max Limonad, 1984.
BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
FONTANA, Roseli, N.Cruz. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.
FUSARI, Maria F. R; FERRAZ, Maria H.C.T. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.

MOREIRA, Ana Angélica Albano. **O espaço do desenho: a educação do educador** - Coleção Espaço. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.



Ana Paula Mariano da Silva

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Santa Izildinha. Segunda Graduação em Artes Visuais pela Faculdade de Educação Paulistana (FAEP). Pós Graduada em Formação e Profissão Docente pela Faculdade de Educação Paulistana (FAEP). Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental (PEIF) na prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Professora Alfabetizadora na rede privada.

AS HISTÓRIAS INFANTIS E O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

DELMIRA MOREIRA DA CRUZ

RESUMO: Esse artigo procura abordar reflexões sobre as contribuições da história para o desenvolvimento infantil. A história desempenha um papel essencial no crescimento e desenvolvimento da mente e de tudo o que ela contém. Fornece insights sobre a natureza humana, expressão de pensamentos, ideias e desejos e ajuda na organização da experiência. Abre possibilidades de outras formas de vida, de abordagens e visões novas e diferentes nas relações humanas. Novos mundos que não sabíamos que existiam são criados e mundos familiares recebem novas estruturas, colocados em novas estruturas e nos é dada uma compreensão mais profunda das nossas intenções, atitudes e emoções dos outros. O envolvimento das crianças com histórias (orais, escritas e multimídia) é um foco importante no desenvolvimento da linguagem oral. As habilidades narrativas são desenvolvidas por meio da leitura compartilhada de livros, contação de histórias, artes cênicas e artes plásticas, bem como a criação infantil de histórias orais, visuais, escritas e multimídias.

Palavras-chave: Crescimento. Desejos. Lúdico. Mente.

INTRODUÇÃO

Contar histórias é uma oportunidade para crianças e educadores aprenderem sobre cultura, comunidade e idioma.

A narrativa incentiva a criança a fazer perguntas à medida que a trama avança, em vez de simplesmente ler passivamente. Quando as crianças têm dúvidas, isso significa que estão pensando além da história e de seus personagens, e isso pode ajudar a desenvolver a criatividade e as habilidades de pensamento crítico.

As histórias são um meio com o qual todas as crianças se familiarizam e se divertem. Seja por meio de livros, fotos, dança, música, rimas, multimídia ou palavra falada - contar histórias é parte crucial da educação infantil e muito mais.

A capacidade das crianças de compreender e contar histórias também está fortemente ligada ao seu sucesso posterior na linguagem e na alfabetização.

Freire (1989, p. 9), ao recordar sua infância afirma:

No esforço de re-tomar a infância distante, a que já me referi, buscando a compreensão do meu ato de ler o mundo particular em que me movia, permitam-me repetir, re-crio, re-vivo, no texto que escrevo, a experiência vivida no momento em que ainda não lia a palavra. E algo que me parece importante, no contexto geral de que venho falando, emerge agora insinuando a sua presença no corpo destas reflexões. Me refiro a meu medo das almas penadas cuja presença entre nós era permanente objeto das conversas dos mais velhos, no tempo de minha infância. (FREIRE, 1989, p. 9)

A maioria das histórias tem personagens principais, que podem ser o herói (protagonista), o vilão (antagonista) ou algo entre os dois. É provável que os personagens das primeiras histórias das crianças sejam familiares para elas.

No entanto, por meio da modelagem de diferentes tipos de narrativa e leitura de livros, as crianças podem começar a criar histórias com novos personagens próprios.

Ouvir histórias e contar as próprias histórias são oportunidades para praticar todas as partes da linguagem oral, incluindo fala, vocabulário e gramática.

OS BENEFÍCIOS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

As histórias nos ensinam sobre a vida, sobre nós mesmos e sobre os outros. Contar histórias é uma maneira única de as crianças desenvolverem compreensão, respeito e apreço por outras culturas e pode promover uma atitude positiva para pessoas de diferentes países e religiões.

Os especialistas costumam exaltar a leitura como uma atividade benéfica para as crianças, pois ajuda a aumentar sua proficiência no idioma e é uma boa oportunidade para uma educação holística.

[...] a história é importante alimento da imaginação. Permite a auto identificação, favorecendo a aceitação de situações desagradáveis, ajuda a resolver conflitos, acenando com a esperança. Agrada a todos, de modo geral, sem distinção de idade, de classe social, de circunstância de vida. Descobrir isso e praticá-lo é uma forma de incorporar a arte à vida [...] (COELHO, 1996, p. 12)

A narração de histórias promove a compreensão de outros povos e culturas. Em uma história nos sentimos conectados uns aos outros e isso promove compaixão, tolerância, respeito e responsabilidade. Isso nos conecta como família e comunidade. Nós nos vemos na história. É sentir, mover e ser o rei benevolente, os elfos que compartilham e até mesmo os macacos travessos.

Em escolas das quais melhorar os níveis básicos de alfabetização é uma prioridade, a narração de histórias pode ser usada para elevar rapidamente os padrões enquanto desenvolve habilidades, conhecimento e confiança em uma série de outras áreas.

A história grava-se, indelevelmente, em nossas mentes e seus ensinamentos passam como patrimônio moral para a nossa vida. Ao nos depararmos com situações idênticas aos dos contos, somos levados a agir de acordo com a experiência que, inconscientemente, já vivemos na história. Por isso, em nossos dias, pais e professores bem orientados empregam a contação de história como meio eficaz de corrigir faltas, ensinar bons costumes, inspirar atitudes nobres e justas e recorrem ao conto como o mais fácil, o mais racional e o mais eficaz processo de formação de possíveis leitores. E a experiência tem provado de sobejo, o acerto do caminho seguido. (TAHAN, 1966, p. 16)

Outra vantagem de ouvir histórias é que as crianças crescem na aprendizagem acadêmica. Contar histórias apresenta um novo vocabulário para as crianças. Em casa, as pessoas se comunicam com um número limitado de palavras. Mas as histórias terão vocabulário de nível acadêmico e muitas palavras novas para a criança aprender. É fácil ensinar o significado das palavras à medida que as crianças aprendem mais rápido com o contexto da história.

As diferenças entre culturas e vários estilos de vida são apresentadas às crianças por meio de histórias. Todas as histórias são informativas para as crianças, pois são novas para o mundo; eles podem saber muito poucas coisas sobre a vida no mundo. As histórias ajudam as crianças a visualizar o enredo e os personagens.

Contar histórias é talvez a maneira mais poderosa de os seres humanos organizarem a experiência. Alguns argumentaram que o pensamento narrativo é a forma ótima de pensar para aprender e expressar o que sabemos sobre nós mesmos e sobre outras pessoas.

[...] transporta-nos para o lugar do compartilhar, da voz que embala as fantasias de criança, de ouvidos generosos emprestados para acolher as narrativas fantásticas de contadores de histórias cumprindo o designio ancestral de narrar o que ouviram de outros, no fio condutor da trama da própria existência humana. [...] Especialmente na escola, as histórias chegam com grande força, tendo em vista a importância destas para a formação do leitor. Quanto mais cedo as crianças entram em contato com as narrativas maiores são seus interesses pelas atividades de leitura e escrita, ampliação da capacidade de imaginação, observação, vocabulário e desenvolvimento pelo gosto literário. Professores adentram no universo das histórias com a percepção que ao pronunciar "Era uma vez..." abrem as portas para um mundo repleto de encantamento. É possível aprender diferentes conhecimentos das mais diversificadas áreas, sentir e desvelar os mais variados sentimentos... (COZZI; SANTOS, 2012, p. 8)

Quando a maioria das crianças tem 3 ou 4 anos, elas podem contar muitos tipos de histórias: autobiografia, ficção e relatos que ouviram. Eles podem contar histórias com outras pessoas e para outras pessoas. Quando a maioria das crianças é adolescente, as histórias - sejam formais, de conversação e não ditas - permeiam a vida cotidiana. Na idade adulta, as narrativas fornecem uma forma de organizar grandes quantidades de informações e servem a uma série de funções psicológicas e sociais poderosas.

As histórias têm muito a oferecer: elas desenvolvem habilidades de escuta e comunicação, melhoram a concentração e a memória, trazem experiências vivas, criam um sentimento de admiração e ajudam a sequenciar eventos (OLIVEIRA, 2008). Eles também podem fornecer informações, ampliar o vocabulário e fazer ligações importantes entre a palavra falada e escrita, além de estimular o interesse e o gosto pelos livros.

A maioria das crianças pequenas vive em um ambiente bastante limitado. Ler histórias para crianças pode mostrar-lhes lugares longínquos, pessoas extraordinárias e situações reveladoras para expandir e enriquecer seu mundo.

Também pode ser uma ótima maneira de ajudá-los a lidar com situações da vida real para as quais eles precisam de ajuda (SANTOS, 2018). Pesquisadores descobriram que a atividade cerebral que ocorre quando lemos ficção é muito semelhante a vivenciar essa situação na vida real, portanto, ler sobre uma situação ajuda as crianças a descobrir como resolvê-la na realidade.

As crianças adquirem comportamentos e hábitos imitando os adultos ao seu redor. Ler histórias em voz alta ajuda as crianças a se familiarizar com a linguagem falada - como palavras e frases são usadas para encadear frases e como várias palavras são pronunciadas.

Os primeiros anos é quando as crianças absorveram muitas palavras que usariam ao longo da vida. Contar histórias para crianças ajuda a desenvolver suas habilidades de compreensão enquanto tentam ouvir e entender a história que está sendo lida para elas.

AS HISTÓRIAS INFANTIS E A ALFABETIZAÇÃO

As crianças não apenas reproduzem as mesmas experiências indefinidamente, mas também fazem conexões "intertextuais" que podem envolver experiências que encontraram em suas vidas ou impressas.

A conexão entre contar histórias e alfabetização está bem estabelecida. A narração de histórias cria amor pela linguagem e motivação para a leitura. Vocabulário, compreensão, sequenciamento, memória e escrita criativa se beneficiam da narração de histórias. Contar histórias melhora as habilidades de escuta que são essenciais no aprendizado e nos relacionamentos. A narrativa incentiva a escrita criativa, o pensamento criativo e a resolução de problemas.

Os livros infantis fornecem os exemplos repetidos que as crianças precisam ver para que o aprendizado se mantenha e produza uma mudança em seu próprio comportamento.

Em nossa vida cotidiana, parece impensável que possa haver alguém que não saiba ler, mas existem muitos lugares no mundo onde a alfabetização e o desenvolvimento de habilidades são um problema. Porque graças ao acesso universal à educação, as pessoas terão maior qualidade de vida e mais oportunidades para o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento da alfabetização é uma parte vital do desenvolvimento geral da criança (TAHAN, 1966). É a base para ir bem na escola, socializar com outras pessoas, resolver problemas, tomar decisões, desenvolver independência, administrar dinheiro e trabalhar.

Dar às crianças acesso a todas as variedades de literatura é extremamente importante para seu sucesso. Educadores, pais e membros da comunidade devem ajudar os alunos a desenvolver amor e paixão pela leitura. A leitura de histórias não é apenas importante no desenvolvimento de habilidades cognitivas para ter sucesso na escola ou no trabalho, mas também é valiosa por outras razões.

A leitura é um processo de compreensão de mundo que envolve características essenciais singulares do homem, levando a sua capacidade simbólica e de interação com outra palavra de mediação marcada no contexto social. Assim, um texto só se completa com o ato da leitura na medida em que é atualizada a linguística e a temática por um leitor (SILVA, 2011, p. 23).

O primeiro valor a ser observado é que a literatura infantil oferece aos alunos a oportunidade de responder à literatura e desenvolver suas próprias opiniões sobre o assunto. Isso fortalece o domínio do desenvolvimento cognitivo, pois incentiva um pensamento mais profundo sobre a literatura. Literatura

de qualidade não diz ao leitor tudo o que ele precisa saber; permite alguma diferença de opinião. Um leitor pode tirar algo completamente diferente da obra literária do que o próximo leitor, com base nos dois pontos de vista e experiências pessoais. Os alunos podem aprender a avaliar e analisar a literatura, bem como resumir e formular hipóteses sobre o assunto.

Em segundo lugar, a literatura infantil fornece um caminho para os alunos aprenderem sobre sua própria herança cultural e as culturas de outras pessoas. É crucial que as crianças aprendam esses valores porque “desenvolver atitudes positivas em relação à nossa própria cultura e às culturas dos outros é necessário para o desenvolvimento social e pessoal” (Norton, 2010, p. 3). Ao dizer isso, entretanto, ao ensinar os alunos sobre a herança cultural de outras pessoas, deve-se ter muito cuidado ao selecionar quais livros recomendar aos jovens leitores.

Terceiro, a literatura infantil ajuda os alunos a desenvolver a inteligência emocional. As histórias têm o poder de promover o desenvolvimento emocional e moral. A literatura infantil “contém inúmeros momentos de crise, quando os personagens tomam decisões morais e contemplam as razões de suas decisões”, uma habilidade importante para as crianças serem modelada (Norton, 2010, p. 34).

A literatura infantil é valiosa porque promove o desenvolvimento da personalidade e social. As crianças são muito impressionáveis durante os anos de formação, e a literatura infantil pode ajudá-las a se tornarem pessoas atenciosas, inteligentes e amigáveis. O psicólogo do desenvolvimento Jean Piaget diz que quando os alunos passam do estágio pré-operacional para o operacional do desenvolvimento cognitivo, eles se tornam menos egocêntricos. Enquanto os alunos da pré-escola e do jardim de infância podem estar totalmente focados em si mesmos, à medida que crescem, eles começam a levar em consideração os sentimentos e pontos de vista dos outros.

A leitura de histórias é um momento em que a criança pode conhecer a forma de viver, pensar, agir e o universo de valores, costumes e comportamentos de outras culturas situadas em outros tempos e lugares que não o seu. A partir daí ela pode estabelecer relações com a sua forma de pensar e o modo de ser do grupo social ao qual pertence. As instituições de educação infantil podem resgatar o repertório de histórias que as crianças ouvem em casa e nos ambientes que frequentam, uma vez que essas histórias se constituem em rica fonte de informações sobre as diversas formas culturais de lidar com as emoções e com as questões éticas, contribuindo na construção da subjetividade e da sensibilidade das crianças. (REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 1998, p. 143)

A literatura infantil também pode incentivar os alunos a desenvolver relacionamentos com as pessoas, incentivando o contato social. A literatura incentiva os alunos a serem pessoas atenciosas e amigáveis, e essas características podem ser consistentes com o desenvolvimento dos alunos em cidadãos de qualidade.

Somente durante a última década o conceito de "alfabetização" adquiriu um papel central na educação infantil. No passado, os especialistas em alfabetização raramente viam a alfabetização como um aspecto essencial do crescimento e desenvolvimento saudáveis de crianças pequenas.

A educação infantil é o momento em que as crianças desenvolvem habilidades, conhecimento e interesse em aspectos baseados em códigos e no significado da linguagem escrita e falada.

O reconhecimento de palavras escritas é o ponto de partida do processo de leitura. Um leitor adulto, tem em seu dicionário mental, representações de palavras, que incluem informações sobre a estrutura fonológica (significado e função sintática) e ortográfica. A criança deve incorporar o conhecimento da estrutura ortográfica para ser capaz de ver a palavra e reconhecer seu significado. A partir desse reconhecimento, o significado de cada palavra é integrado em unidades maiores de significado, por meio de estratégias e processos que relacionam as informações do texto com o conhecimento prévio do leitor. (RCNEI, 1998, p. 141)

A escrita é um código secundário, cuja aquisição requer um esforço cognitivo e intelectual e a intervenção de um sujeito letrado. Nesse processo, dois tipos de desenvolvimento são diferenciados: aqueles que fazem parte da aprendizagem perceptual (discriminação visual de letras e palavras) e aqueles que o adulto medeia na aprendizagem (intervenção de um adulto competente nas habilidades de linguagem).

É necessário não esquecer que as crianças devem aprender a linguagem escrita e o sistema de escrita ao mesmo tempo.

DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ORAL

As crianças têm um conhecimento inato dos princípios universais que governam a estrutura da linguagem, que estão em sua mente e são colocados em operação por estímulos ou dados do ambiente (influência adulta).

Vigotsky (2007) garante que em todo processo educacional deve haver uma colaboração entre adulto e criança. Elabora o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, ou seja, a distância entre o nível real de desenvolvimento (capacidade de resolver um problema, de forma independente) e o nível de desenvolvimento potencial (resolver um problema sob a orientação de um adulto, ou em colaboração com um parceiro mais eficaz). Além disso, ele afirma que a aprendizagem é um fenômeno social, uma vez que os processos evolutivos internos operam apenas quando a criança está em interação e cooperação com as pessoas.

Bruner (2002), com base nisso, incorpora o conceito de andaime, que é a estruturação que o adulto faz da tarefa, e da interação para facilitar a aprendizagem dos mais novos.

Situações rotineiras são importantes para a aquisição da linguagem, visto que funcionam como um andaime, ou seja, são comportamentos adultos que visam possibilitar a realização de comportamentos pela criança. Nessas situações, o adulto ajusta sua intervenção, seu tipo de fala às habilidades da criança e aumenta progressivamente suas expectativas quanto ao que a criança pode dizer ou fazer. Nessa interação, ele aprende a usar a linguagem. Se a ajuda do adulto for "correta", a criança assumirá responsabilidades na tarefa, ou seja, atuará em sua Zona de Desenvolvimento Proximal.

Linguagem e cognição: pensa-se bastante por meio da linguagem depois que desenvolvemos esta habilidade. A memória, a atenção e a percepção podem ter ganhos qualitativos com ela. Ela também ajuda na regulação do comportamento. Na infância, podemos observar o desenvolvimento da linguagem como apoio à cognição a partir dos dois anos, em média, principalmente por meio da forma como a criança brinca. Linguagem e comunicação: temos a intenção comunicativa, e podemos nos comunicar de diversas formas diferentes, através de gestos, do olhar, de desenhos, da fala, entre outros. A estrutura da linguagem nos permite lançar mão de recursos mais sofisticados, a fim de aprimorar nossas possibilidades da comunicação. (MOUSINHO, R, et al, 2008, p. 298 - 299)

As letras do alfabeto constituem um conjunto diferenciado de outros conjuntos, por uma série de características que se combinam em cada letra. Um pequeno conjunto de recursos é suficiente para distinguir as letras umas das outras e dar a cada uma um padrão único de recursos, porque os recursos podem ser combinados de maneiras diferentes.

Segundo Oliveira (2008, p.150):

O desenvolvimento da capacidade de perceber e produzir sons da fala é o precursor mais direto da linguagem. Os bebês logo discriminam sons são sensíveis a entonações, passam seletivamente a reagir a sons próprios de sua língua materna, enquanto esquecem os outros. Tal desenvolvimento vai se enriquecer com a formação da capacidade tanto de categorização de objetos, que será a base da denominação e da referência, como de imitação e memória, necessárias para reproduzir padrões vocais e gestuais. Este trabalho formativo se prolongará por toda a vida, especialmente por meio da educação escolar e garantirá a aquisição, reprodução e transformação das significações sociais culturalmente construídos.

A exposição à escrita desencadeia nas crianças esse processo de discriminação progressiva de letras e palavras; eles aprendem a abstrair o conjunto de características contrastantes internas das letras e algumas características globais da escrita, como a variedade de elementos e a multiplicidade de unidades.

De acordo com Segundo Bettelheim (2002, p. 73): "As crianças produzem espontaneamente os gráficos, num primeiro momento são linhas contínuas e indiferenciadas, depois assumem formas mais diferenciadas, com uma ordem linear dos elementos e uma incorporação progressiva das letras

convencionais". Eles estão mais interessados em escrever, estar em um ambiente rico em material gráfico e ter um adulto alfabetizado que incentiva situações de escrita, ou seja, que escreve o que a criança pede, fornece material e reconhece uma intenção comunicativa na escrita da criança (inclusive se não for convencional).

Com a escrita espontânea, a criança escreve "como sabe", ganhando segurança como escritora. Em diferentes situações, o professor fornece o modelo a partir do qual aprende, esclarece dúvidas e colabora na elaboração e redação de um texto e na construção da noção de público, importante para a intenção comunicativa.

TEORIAS E CONCEPÇÕES A RESPEITO DOS CONTOS DE FADA

Os contos de fada remetem a um processo de transferência de emoções causadas por personagens que representam momentos vivenciados pela criança e até mesmo pelos adultos.

Ao escutar uma história a criança ou o adulto recorda fatos de sua vida que podem ter sido "marcantes" em algum momento, por isso um psicopedagogo poderá auxiliar no processo de identificação de problemas que estão afetando seu lado afetivo, podendo contribuir para o processo ensino aprendizagem.

É fundamental que a criança, além de escutar o conto, converse a respeito do mesmo, sobre seus sentimentos, aproveitando as narrativas que esses estão lhe oferecendo, se tornando significativo e auxiliando a trabalhar com problemas que estão lhe causando algum transtorno.

Segundo Bettelheim (2002, p. 74):

A criança "sente" qual dos contos de fadas é verdadeiro para sua situação interna no momento (com a qual é incapaz de lidar por conta própria) e também sente onde a história lhe fornece uma forma de poder enfrentar um problema difícil.

Nota-se que a criança interioriza os momentos de sua vida e deseja remeter seus sentimentos por meio das histórias que escuta, sendo assim, a presença de um psicopedagogo é extremamente fundamental durante o processo ensino aprendizagem.

De acordo com Amarilha (1997, p. 53):

Ao entrar na trama de uma narrativa, o ouvinte ou leitor penetra no teatro, mas do lado do palco ele não só assiste ao desenrolar do enredo como pode encarnar um personagem, vestir sua máscara e viver suas emoções, seus dilemas. Dessa forma, ele se projeta no outro e por meio desse jogo de espelho, ganha autonomia e ensaia atitudes e esquemas práticos necessários à vida adulta.

Dessa forma, quando escuta uma história, o indivíduo penetra nela, explorando seus sentimentos e emoções, que podem estar afetando a sua vida de alguma forma.

Os contos de fadas são relatados em território imaginário - um lugar mágico de possibilidade; um herói ou uma heroína ou, às vezes, os dois juntos enfrentam provações, terrores e desastres em um mundo que, embora tenha alguma semelhança com as condições comuns da existência humana, na maior parte diverge dela na maneira como funciona, levando os protagonistas - e nós, leitores ou ouvintes da história - para outro lugar onde as maravilhas são comuns e os desejos realizados.

Os agentes que produzem milagres de esperança nas histórias variam de um lugar para outro, à medida que surgem de sistemas de crenças locais que pertencem à tradição. A tradição pode conter elementos imaginários, mas também vestígios da história: fadas e duendes, por um lado, beldames astutos e madrastas, por outro. A história é muitas vezes uma história imaginada: o rei Arthur inspirou romances que, por sua vez, carregam motivos de contos de fadas e enredos - objetos encantados (espadas, espelhos, xícaras), testes e enigmas, perigos de monstros e florestas, viagens de sonho e um senso do outro mundo próximo à mão. Os contos de fadas evocam todo tipo de violência, injustiça e má sorte, mas para declarar isso não precisa continuar.

Os contos de fadas podem ser orais (contados por pessoas em diferentes localizações geográficas e em vários momentos históricos até o presente) e / ou literário (criado por autores conhecidos) na origem, mas se manifestam em numerosos meios de comunicação, incluindo filmes. Embora a fórmula Disney de heroínas perseguidas inocentes, príncipes bonitos e felizes, sempre tenha dominado o

entendimento popular de tais narrativas (pelo menos no mundo de língua inglesa), os contos de fadas não precisam conter esses elementos. Eles dizem respeito ao fantástico, ao mágico, ao sombrio, ao sonhador, ao desejo e ao maravilhoso.

Os contos de fada contribuem para as questões de ética e moral, sendo transmitidos de geração em geração. Segundo Cezzaretti, (1989, p 26):

Os Contos de fadas revelam os conflitos de cada um a forma de superá-los e recuperar a harmonia existencial. Assim a tão famosa dicotomia entre o bem e o mal, presta-se numa terapia, a uma análise mais contundente da personalidade, na qual se permite trabalhar com sentimentos inconscientes que revelam a verdadeira personalidade.

Portanto, o modo de pensar e agir são inatos e podem ser moldados de acordo com as vivências de cada indivíduo.

Fromm (1962, p. 16), afirma que:

A linguagem simbólica é uma língua em que as experiências íntimas, os sentimentos e os pensamentos são expressos como se fosse experiências sensoriais, fatos do mundo exterior. É uma linguagem cuja lógica difere da linguagem convencional que falamos de dia, uma lógica que as categorias dominantes não são o espaço e o tempo, mas sim a intensidade e a associação. É o único idioma universal jamais criado pela raça humana, o mesmo para todas as criaturas e para todo o curso da história.

Percebe-se que os contos de fada representam a interiorização de cada pessoa, nas quais são explícitas por meio da interpretação que se faz de cada história.

Segundo Franz (1981, p. 73):

O Conto de Fadas é composto por um significado psicológico essencial. Tentam descrever um único fato psíquico – o SELF – que devido a sua complexidade necessita ser representado sob diversos aspectos e em diferentes histórias. O Self representa a totalidade do indivíduo e também é o centro do sistema regulador, do qual depende o bem-estar do indivíduo, ou seja, quando o EGO se harmoniza com toda a personalidade. O Ego é o complexo central do campo da consciência da personalidade que pode ser considerado como espelho do Self e, por vezes, se comporta como se fosse o todo. A psique compreende, então, a consciência e o inconsciente, sendo que o Ego é o centro da consciência e o Self é o centro e a personalidade total. Pode-se dizer, então, que o herói é uma figura arquetípica que representa um modelo de ego funcionando de acordo com o self.

Cada pessoa olha para os contos de fada de uma forma diferente, pois os personagens representam momentos vividos ou problemas que podem estar causando algum transtorno.

De acordo com Bettelheim (2002, p. 20):

Enquanto diverte a criança, o conto de fadas a esclarece sobre si mesma, e favorece o desenvolvimento de sua personalidade. Oferece significado em tantos níveis diferentes, e enriquece a existência da criança de tantos modos que nenhum livro pode fazer justiça à multidão e diversidade de contribuições que esses contos dão à vida da criança.

Os contos de fadas nos mostram o mundo de nossos antepassados, e as preocupações neles são a sobrevivência básica. As histórias são ambientadas em uma época em que os pais muitas vezes não podiam alimentar seus filhos, quando ursos e lobos vagavam e perigos desconhecidos jaziam em florestas tão profundas que ninguém sabia onde terminavam. É fácil esquecer que essa era foi muito, muito mais longa que a nossa e causou uma profunda impressão na psique humana.

Para que uma história realmente prenda a atenção da criança, deve entretê-la e despertar sua curiosidade. Mas para enriquecer sua vida deve estimular-lhe a imaginação: ajudá-la a desenvolver seu intelecto e a tornar claras suas emoções: estar harmonizadas com suas ansiedades e aspirações; reconhecer plenamente suas dificuldades e ao mesmo

tempo, sugerir soluções para os problemas que a perturbam. Resumindo, deve de uma só vez relacionar-se com todos os aspectos de sua personalidade-e isso sem nunca menosprezar a criança, buscando dar inteiro crédito a seus predicamentos e, simultaneamente, promovendo a confiança nela mesma e no seu futuro. (BETTELHEIM, 2002, p, 20)

As pessoas nos contos de fadas são identificadas por sua ocupação: agricultores ou lenhadores, alfaiates ou pescadores, reis ou moleiros. A maioria das pessoas é pobre. As mulheres - incluindo rainhas - morrem jovens de ter filhos continuamente; as madrastas cruéis que você vê em muitas histórias costumam ser apenas adolescentes, herdando trabalho duro dos filhos de outras pessoas. Todos os tipos de coisas fantásticas podem ser imaginados sobre estranhos e as terras além do horizonte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada criança é diferente e, portanto, seus interesses também variam. Ler para criança abre uma oportunidade para discutir o conteúdo do material de leitura.

A narrativa cria uma oportunidade para a criança compartilhar experiências que podem ser semelhantes ao enredo. Eles podem até revelar que os personagens do livro se parecem com amigos ou professores.

Nossa capacidade humana de organizar nossas experiências narrativas nos diferencia de todas as outras espécies vivas em nosso planeta. Por meio de histórias, criamos mitos imaginários compartilhados que orientam e moldam nossas sociedades, culturas e comunidades.

Dar espaço para que as crianças contem suas histórias e ouçam as de outras pessoas é importante, pois elas aprendem a fazer parte da nossa cultura e sociedade.

Ao compartilhar histórias, podemos descobrir nossas próprias verdades, bem como descobrir e nos relacionar com as pessoas ao nosso redor. A narração de histórias cria empatia, permitindo que nos coloquemos no lugar de outra pessoa, criando a base da inteligência emocional social que é tão importante na educação infantil.

Ao longo da história, os humanos contavam histórias para dar sentido ao mundo ao nosso redor, para criar propósito e significado e para estabelecer entendimento com os outros.

Portanto, as histórias infantis são fundamentais para o desenvolvimento integral e significativo da criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARILHA, Marly. **Estão mortas as fadas? Literatura infantil e prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fada**. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Ed. 16. 2002.
- BRASIL. PCNs, **Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa. 1ª a 4ª séries**, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 1997.
- CEZARETTI, Maria Elisa. **Nem só de fantasias vivem os contos de fadas**. Família Cristã. São Paulo, p. 24-26, maio 1989.
- COELHO, Bethy. **Contar histórias: uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 1996.
- FRANZ, Marie-Louise Von. **A interpretação dos contos de fada: Uma introdução à psicologia dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FROMM, Erich. **A linguagem esquecida: Uma introdução ao entendimento dos sonhos, contos de fadas e mitos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MOUSINHO, R. et al Aquisição e desenvolvimento da linguagem. **Revista Psicopedagogia**, v.25, n.78, São Paulo; 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010384862008000300012&script=sci_arttext> Acesso em: 02 out 2021.
- NORTON, D., & NORTON, S. **Through the Eyes of a Child: An Introduction to Children's Literature** (8th ed.). Boston, MA: Prentice-Hall. 2010.
- OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, E. G. **Nas asas da imaginação**. Projeto Materna Ensino Infantil, São Bernardo do Campo, 2018.
- SILVA, E. G. Leitura e produção textual: o desafio de ensino a ler e escrever textos na escola. In.: **Revista Notícias Construir**, ed. Construir, Recife, 2018.

TAHAN, Malba. **A arte de ler e contar histórias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1966.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes 2007.



Delmira Moreira da Cruz

Graduada em Pedagogia pela Universidade Santo Amaro (UNISA), SP, 2012. Segunda Licenciatura em Artes Visuais pelo Centro Universitário de Jales (UNIJALES) Jales, SP, 2018. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).



A MUSICALIZAÇÃO NA ESCOLA

ELIDA EUNICE DA SILVA

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo proporcionar reflexão acerca da importância da musicalização no processo de desenvolvimento de uma criança, quanto às suas funções psíquicas em toda sua infância. Nos primeiros anos escolares, é muito importante que o professor não se utilize da música somente com intuito de alegrar as aulas, relaxar os alunos ou entreter, mas que através de ações específicas, ela possa ter a audição desenvolvida. Tendo como base alguns teóricos, o trabalho buscou um embasamento consistente em prol de um bom desenvolvimento infantil que sofre a influência do meio em sua formação pessoal. Um professor necessita buscar adquirir novos conhecimentos musicais para que de maneira prazerosa seja uma referência para a criança em sala de aula, propondo atividades que proporcionem momentos de alegria e satisfação para todos. Para que dessa forma, a criança que se encontra em processo de aprendizagem, consiga identificar e se ver como protagonista de seu próprio conhecimento, através dos momentos proporcionados a ela em sala de aula.

Palavras-chave: Desenvolvimento - Educação Infantil - Música.

INTRODUÇÃO

A música se tornou uma linguagem universal que promove a criação e interação com pessoas, objetos, animais e costumes. Ela cria uma ligação entre o mundo real e o universo lúdico, entre objetos e sensações, entre costumes e aprendizado. Sendo assim ela se consolidou como uma das principais ferramentas de ensino infantil. A musicalização foi desenvolvida por intermédio de experiências orientadas ao aspecto cognitivo e que ampliam o aprendizado humano.

Com a participação integral dos alunos e observando as fases de evolução da criança, é possível aplicar conteúdo educacional de maneira valorosa e incentivadora, utilizando trabalhar com a música sem que se faça distinção de talentos, servindo para todos sem nenhum tipo de discriminação.

As bases de ensinamento musical possuem um processo de orientação contínua que nos permite abordar crianças de múltiplas faixas etárias que atravessam níveis diferentes de aprendizado e que precisam expandir sua criatividade, seus conhecimentos e suas funções motoras.

As vibrações sonoras amplificam as atividades cerebrais e desenvolvem sentidos como a concentração e percepção, trazendo consigo aspectos sociais que orientam a criança de acordo com as normas da sociedade que ela está inserida.

Ativa também aspectos cognitivos que são importantes para a evolução dos sentidos e emoções das crianças, valorizando o que há de mais primitivo no ser humano.

Desta forma o presente trabalho aborda o estudo do impacto que a musicalização tem no desenvolvimento das crianças, tanto nas funções psíquicas quanto motoras.

A elaboração dessa pesquisa toma como base os apontamentos de diversos estudiosos que se destacaram na didática pedagógica infantil. Todos enfatizando a importância da musicalidade desde os primeiros anos de vida.

Antigamente a música não era considerada uma ferramenta para educação infantil, porém um acervo de pesquisas direcionadas a essa área mostrou que as crianças obtinham maior desenvolvimento quando eram submetidas a práticas que envolviam a musicalização.

Cada vez mais presente nas escolas, a música ganhou papel de destaque no que diz respeito à qualidade de ensino nos mais diferentes segmentos da educação básica, inclusive na infantil.

HISTÓRIA DA MÚSICA

Desde a antiguidade a música existe. Com o surgimento entre os povos da Grécia e Egito cultuava as “musas” celestiais, enquanto em Roma, ela não teve a mesma repercussão e desenvolvimento.

Na Idade Média, devido uma época de fanatismo na religião, a música acabou ganhando quatro linhas que foi criada por um monge e utilizada até os dias atuais no canto gregoriano e nas notas musicais. O canto gregoriano era cantado durante as reuniões cerimoniais da igreja Romana onde as pessoas cantavam de maneira uníssona, simbolizando o encontro com Deus.

Não era somente a igreja Católica que se utilizava da música durante as reuniões, mas a Protestante também. Com isso, ocorreu a reforma protestante onde as pessoas disputavam entre as duas igrejas causando um rompimento na igreja Católica e dando início à Luterana utilizando a música para o seu crescimento.

Tais mudanças nas igrejas contribuíram para que alguns costumes fossem alterados, como a inclusão da música não gregoriana durante as reuniões desde que tivessem letras simples e de fácil entendimento. Conforme Ellmerich:

“No célebre Concílio de Trento (reunião de altos dignitários da igreja católica para tratar assuntos dogmáticos), ficou decidido, ainda, que o canto não Gregoriano também faria parte nas igrejas, contanto que sua música fosse simples e o texto bem compreensível”. (ELLMERICH, 1979, p.32)

As músicas de estilo renascentista foram substituídas pela barroca que tinha uma melhor elaboração e transmitia emoções e sentimentos desde sua estrutura até a oratória, utilizada em enredos que envolviam dramaticidade.

Na época do Romantismo alguns compositores surgem com composições que trazem a força da expressão. Com a revolução francesa ocorrem várias mudanças na Europa, com regras sendo abandonadas juntamente com a disciplina classicista e fazendo com a música traduza o sentimento do compositor.

Até essa época, a música nunca esteve relacionada com o desenvolvimento da criança, seja dentro ou fora do ambiente escolar, mas tinha uma ligação muito forte com a igreja e durante as apresentações teatrais ou musicais cujo tema sempre esteve relacionado com a religião ou política.

No Brasil, a música teve sua formação com influência da Europa, África e povos indígenas. Durante os cultos religiosos que aconteciam para catequizar os índios, os costumes dos colonizadores e dos padres contribuíram para a construção da personificação musical. Pelo fato de os nativos já possuírem suas músicas, estabeleceu-se uma variedade muito grande de opções que foram aumentando no decorrer dos anos. Existem registros musicais dos padres que tinham como objetivo proporcionar uma educação ou outros tipos de manifestações por meio da música.

A relação entre os povos indígenas e os jesuítas acabou se estreitando por meio da música que os padres utilizavam como maneira de catequizá-los. Quando eles chegaram ao Brasil, construíram aldeias conhecidas como Missões que tinham como foco proporcionar momentos para elevar a fé dos índios.

Mesmo com ensinamentos de canto e utilização de instrumentos musicais, os padres não tinham como objetivo nessa prática a educação deles, mas para espalhar a fé por meio da música religiosa.

Somente depois de um tempo que a música brasileira passou a ganhar força, em especial o “lundu”. Em seguida chegaram ao país outras manifestações musicais como as valsas, tangos, polcas etc. Segundo Almeida:

“Queremos dizer que, na nossa música popular, é fácil distinguir as origens rítmicas, embora não se conservem exatas e essenciais. Um mundo de influências e interferências, o clima, o caldeamento do sangue, o cultivo e as condições de vida de lugar a lugar, tudo isso, que a arte popular reflete, refrangendo no prisma de suas intenções fez com que os cantares fossem variando dia por dia, contornando-se, modificando-se, mas sem perder o caráter básico e definitivo do ritmo”. (ALMEIDA, 1926, p. 108)

Com a chegada dos africanos no país por meio da escravidão, que a música brasileira sofreu bastante influência e se tornou rica atualmente.

Em 1888 com o término da escravidão no Brasil, imigrantes da Europa chegaram para trabalhar nas lavouras de café e algodão, trazendo com eles outros ritmos de suas terras. Porém, a música brasileira teve uma formação mais efetiva por meio do carnaval do Rio de Janeiro, com o samba de rua e que acabou se consolidando devido à influência da mídia com a divulgação desses eventos até os dias atuais.

Independente da classe social, a música tem uma grande participação em todo o Brasil. Segundo Mário de Andrade:

“O estudo científico da música popular brasileira ainda está por fazer. Não há sobre ela senão sínteses mais ou menos fáceis, derivadas da necessidade pedagógica de mostrar aos estudantes a evolução histórica da música brasileira”. (ANDRADE, 1980, p.163)

Com isso, nota-se a importância de ser estudada e compreendida melhor antes de seu ensinamento na escola.

Em se tratando do ensino de música nas escolas, desde o seu descobrimento até o século passado, a utilização dela nas aulas não tinha nenhum tipo de ligação com a educação. Tinha como objetivo somente o ensino do domínio de alguns instrumentos musicais ou como maneira de aumentar a fé por meio dos padres como maneira de se manifestar culturalmente.

Mesmo com uma regulamentação do ensino da música nas escolas brasileiras por volta de 1850 que ela passou a ser utilizada em sala de aula como maneira de controlar os alunos, já que os professores não tinham nenhum tipo de formação específica que contribuísse para um efetivo ensino.

A MÚSICA COMO FERRAMENTA EM SALA DE AULA

Levando em consideração que todo o processo de desenvolvimento ocorrido no cérebro de uma pessoa advém da relação entre o seu corpo com o mundo ao redor. Portanto todo conteúdo disciplinar aprendido no ambiente escolar possui uma função mais do que especial na formação do conhecimento da criança. O professor ao selecionar suas ações necessita fazer adequações contemplando a faixa etária de cada uma delas e durante o planejamento deve-se criar uma mobilização das funções que regem todo o processo de desenvolvimento por meio da fantasia, atenção, simbologia, memória etc.

A escola propicia encontros sociais de toda formalidade do conhecimento e a musicalização é uma ferramenta essencial para esse ensino de forma significativa que proporcione uma verdadeira aprendizagem como maneira de aquisição de sabedoria e relação interpessoal.

“A instituição escolar, como vimos, foi constituída na história como o espaço de socialização do conhecimento formal historicamente construído. O processo de educação formal possibilita novas formas de pensamento e de comportamento: por meio das artes e das ciências o ser humano transforma sua vida e a de seus descendentes. A escola é um espaço de ampliação da experiência humana, devendo, para tanto, não se limitar às experiências cotidianas da criança e trazendo, necessariamente, conhecimentos novos, metodologias e as áreas de conhecimento contemporâneas. O currículo se torna, assim, um instrumento de formação humana”. (LIMA, 2005, p.19)

A música por se tratar de uma das linguagens artísticas, cria diversas possibilidades de construir esquemas de ideias e pensamentos comportamentais, o que acaba se tornando um meio extremamente importante que contribui no momento da experiência pessoal de cada criança. Pelo fato de a música estar presente no dia a dia dela nos mais diferentes ambientes em que convive, a escola necessita se adequar para proporcionar uma aprendizagem cheia de significados, com alegria nas suas ações como facilitadora desse processo de ensino aprendizagem da criança inclusive ampliando o conhecimento relacionado à música.

A simbologia pela criança se dá no elo entre toda ação e o envolvimento com sua realidade por meio do ambiente, das pessoas que a cercam, das ações que envolvem as diversas culturas etc. Sendo muito relevante que envolve o desenvolvimento da criança, sabendo-se que ela adquira novos conhecimentos ou até ressignificar o que já existe.

Mas ao falar sobre a importância da simbologia na vida da criança, vale ressaltar que é por meio de ações e atitudes básicas no ambiente escolar que isso acontece, principalmente ao introduzir o ensino de arte já que trata de diversas linguagens que contribuem para esse desenvolvimento simbólico por meio da imaginação e a interdisciplinaridade de maneira contextualizada.

A música consegue proporcionar à criança momentos de prazer e alegria, seja por meio de uma atividade ou somente como ferramenta interdisciplinar que estimule ao pensamento e criticidade sendo capaz de solucionar seus problemas enfrentados no dia a dia. Ao ser utilizada como um meio didático o ambiente se transforma num local propício ao desenvolvimento da fantasia, contribuindo efetivamente na relação interpessoal das crianças e inclusive em momentos para relaxar.

A criança ao ter uma experiência real com a música é conduzida para a aquisição do conhecimento abstrato, iniciando com o envolvimento dela com tudo o que está ao seu redor, passando por situações diversas até conduzir para o abstracionismo de seus pensamentos. Para Rosa (1990, p. 15) “O gosto é estético e a expressão artística é favorecida pelo ensino musical, formando na criança uma cultura musical desde cedo para tornarem-se adultos que usufruem da música podendo analisá-la e compreendê-la”.

A linguagem musical possui o objetivo de também proporcionar momentos prazerosos e de interação, de criação, que trarão conhecimento necessário e duradouro para os anos futuros.

“Um momento de prazer ao ouvir, cantar, tocar e inventar sons e ritmos. Por este caminho, envolve o sujeito como um todo, influenciando, beneficentemente, nos diferentes aspectos de sua personalidade: suscitando variadas emoções, liberando tensões, inspirando ideias e imagens, estimulando percepções, acionando movimentos corporais e favorecendo as relações interindividuais”. (BORGES, 2003, p. 115)

Devido sua ludicidade, a música acaba tornando o ambiente escolar mais alegre e aconchegante já que trata de momentos de brincadeira. A criança quando se envolve efetivamente na musicalização, passa pela sensação de estar livre, tendo uma comunicação maior e melhor com outras crianças que ajuda a criar um equilíbrio de seus sentimentos e emoções, fortalecendo sua personalidade. Os jogos e as brincadeiras, a contação de histórias, as coreografias, músicas envolvendo os gestos, jogos teatrais, improvisações envolvendo ritmos e melodias diversas contribuem bastante no desenvolvimento da criatividade e fantasia da criança.

Mediante isso, a linguagem da música passa a dar um entendimento maior a criança através das situações vividas, enxergando o mundo ao redor e conseguindo se expressar de maneira criativa, tendo a capacidade de identificar os significados referentes ao seu ambiente, fortalecendo sua relação com a música de maneira a compreender os diversos estilos sem nenhum tipo de discriminação já que cada um se refere a um tipo de manifestação cultural. Nota-se, portanto, uma série de benefícios para o desenvolvimento da criança com a utilização da música na escola.

“Para o desenvolvimento da coordenação viso motora, da imitação de sons e gestos, da atenção e percepção, da memorização, do raciocínio, da inteligência, da linguagem e da expressão corporal. Essas funções psiconeurológicas envolvem aspectos psicológicos e cognitivos, que constituem as diversas maneiras de adquirir o conhecimento, ou seja, são operações mentais que usamos para aprender, para raciocinar. A simples atividade de cantar uma música proporciona à criança o treinamento de uma série de aptidões importantes.” (ROSA, 1990, p. 18).

As ações que envolvem a musicalização contribuem na criança a absorção de diversas aptidões necessárias ao seu desenvolvimento como um todo. Os estilos musicais mexem com os sentimentos, muitas vezes remetem a memória de algo vivenciado que marcou sua vida, e ao gesticular os movimentos as emoções ajudam dando um verdadeiro sentido e significado.

“O sistema motor é o primeiro a se desenvolver, antes mesmo de qualquer sistema sensorial. Acrescenta-se também que as primeiras sensações fetais são de movimentos gravitacionais precedendo o movimento propriamente dito. Esses conhecimentos, aliás, são bastante explorados pelos musicoterapeutas”. (ZAMPRONHA, 2002, p. 44-45)

Aprender a ouvir uma música, inicialmente se remete a identificação de um determinado estilo musical ou ritmo. Isso contribui no desenvolvimento auditivo da criança, envolvendo os músculos e todo o seu sistema nervoso central. Mediante o conhecimento de que toda qualidade receptiva tem como estímulo a audição, que em resposta aos movimentos musculares conduz ao sistema nervoso contribuindo para que a criança adquira um desenvolvimento maior em seu comportamento, no domínio próprio de seus sentimentos num determinado tempo e ambiente.

Já a melodia que também contribui no processo de aprendizagem vem seguida de sons diversos que remetem a uma direção a ser conduzida ou acompanhada, vinculando-se a tendências e construindo uma consciência com afetividade numa determinada cultura em específico.

Quando a melodia remete às coisas sensíveis proporciona experimentação de novos estímulos que contribuem no desenvolvimento infantil. Em se tratando de relações que envolvem os sons de maneira conduzida pelos gestos com afetividade independente da sua duração ou intensidade acabam contribuindo muito para o desenvolvimento das emoções de forma equilibrada, ocorrendo uma aproximação da criança com ela mesma.

Por meio da combinação da melodia com a ritmização acontece a harmonia que sustenta a afetividade, as relações mentais e sensoriais da criança.

“A harmonia corresponde, de um lado, a natureza intelectual da música tonal, garantindo o procedimento do tema, canto, contracanto, ligações harmônicas, melódicas, rítmicas, fraseológicas, sustentando o desenvolvimento, a forma, o discurso musical, enfim; de outro lado, correspondem à natureza intelectual do indivíduo, envolvendo aprendizagem, lógica, juízo, raciocínio, análise, síntese, abstração, percepção, memória, ou seja, pondo em jogo nossas funções psíquicas superiores” (ZAMPONHA, 2002, p. 46-47)

No som musical também existe o timbre, que se refere a uma sonoridade acústica capaz de diferenciar os diversos sons utilizados através dos diferentes instrumentos existentes numa única melodia.

Resumindo, a ritmização se remete aos movimentos corporais, a melodia tem relação com a letra da música e a harmonia é a junção de tudo formando uma história cantada. Uma criança que vivencia a experiência musical nos mais diversos aspectos tem sua consciência do movimento do corpo atingida de maneira significativa, sua afetividade é mais bem compreendida por ela mesma ao mesmo tempo que a intelectualidade é de certa forma favorecida pela harmonização musical já que mexe com seus conceitos e ideais de vida.

Na convivência com a música no cotidiano através de atividades diversas, envolvendo o lado intelectual e afetivo formam a totalidade da construção pessoal, mas que sofrem alteração de acordo com as situações enfrentadas no dia a dia. Isso contribuiu para que alguns pesquisadores dividissem tais particularidades musicais com intuito de criar uma ferramenta didática específica para cada uma de maneira sequenciada. Porém, a musicalização é a junção de todas essas partes que se complementam ao mesmo tempo e que possuem a capacidade de atingir simultaneamente diversas funções corporais, mentais e emocionais de todo o processo de formação da criança como um todo.

A escola precisa proporcionar à criança momentos musicais que favoreçam a escuta de diversos outros ritmos, melodias e harmonias como maneira de mostrar que a sociedade possui diversas culturas com costumes e ideais de vida diferentes umas das outras, sendo respeitadas em suas escolhas pessoais já que cada criança possui a sua de acordo com o seu meio social.

O envolvimento da criança com a musicalização proporciona a aproximação dela consigo mesma, como forma de compreender melhor o que se passa dentro de si. Portanto, o professor não pode descartar o que a criança traz de experiência pessoal, mas utilizar isso para dar continuidade nesse processo de aquisição de conhecimento por meio da interação e exposição daquilo que sabem para ser aperfeiçoado com as atividades em sala e os novos conhecimentos por meio das atividades.

A criança ao ter contato em sala de aula com a musicalização necessita desenvolver seu lado criativo, portanto o professor pode propor construção de instrumentos musicais e até mesmo ajuda na elaboração da letra, deixando um pouco de lado as músicas prontas cantadas de maneira repetida, com gestos estereotipados que em muitos casos não possuem significado algum para ela, contribuindo inclusive para a falta de interesse por essa linguagem nos anos a se seguirem.

“Ensinar música, a partir dessa óptica, significa ensinar a reproduzir e a interpretar musicais desconsiderando as possibilidades de experimentar, improvisar, inventar, como ferramenta pedagógica de fundamental importância no processo de construção do conhecimento musical”. (TECA, 2003, p. 52)

Para que a música consiga se tornar realmente significativa não basta ser somente tocada, mas outras ações precisam acontecer como atividades recreativas musicais, teatros sonoros, cantos, pulsação, instrumentalização etc., para que se desenvolvam efetivamente as funções psicológicas do indivíduo.

O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para que ocorra um efetivo ensino de música na educação infantil que proporcione uma aprendizagem verdadeira, é preciso que se compreenda a sua historicidade no Brasil. Antigamente, a música era utilizada nessa modalidade como maneira de somente entreter as crianças num sistema educativo totalmente assistencialista.

Em toda a história da educação brasileira, o cuidado com as crianças não tinha muita importância perante a sociedade. Com isso, a música somente era utilizada para a integração e socialização das crianças, ignorando os demais aspectos que envolviam a musicalização de forma pedagógica.

Algumas leis foram criadas, inclusive a LDB no ano de 1996, que instituiu o ensino de Artes como uma modalidade de ensino, incluindo a música como linguagem artística sendo obrigatória da educação básica, como maneira de promover o processo de desenvolvimento cultural das crianças.

Em seguida, foi criado o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, com objetivo de criar um método para tal modalidade que tanto necessita de atividades de experimentação se utilizando inclusive da música como maneira de interpretar, improvisar e até compor, identificando sons e o silêncio que formam a estrutura da música. Sem contar que tal documento vem com algumas orientações, conteúdos e objetivos para serem usados em sala de aula pelos educadores, pois possuem características próprias de sua estruturação e que necessitam de um olhar mais específico de todos.

Tal documento citado é compreendido por meio de dois blocos que fazem referências aos questionamentos que envolvem a música e sua importância no ambiente escolar. Trata de uma reflexão que promove ações em sala de aula referentes à música, mas não como algo padronizado onde há somente um modelo a ser seguido.

A música é necessária durante o processo de desenvolvimento da criança nos mais diferentes aspectos, inclusive de sua inteligência e socialização. Ela pode ser utilizada tanto como uma atividade como também uma ferramenta e recurso para se usar de forma interdisciplinar.

Com isso, não basta somente refletir como a música está sendo utilizada na educação, mas é importante que sempre venham surgir novas sugestões de como serem usadas de maneira inovadora e que proporcione ao aluno novas experiências importantes para o seu desenvolvimento.

Da mesma forma que a música está presente de diferentes formas no dia a dia das pessoas, ela também está na realidade da criança no ambiente escolar desde o momento que entra até sua saída, nas festividades e durante as atividades. Não sendo muito diferente sua relação com o mundo fora da escola.

É por meio da música que ocorre um envolvimento maior com as pessoas mais velhas através de alguns meios de comunicação presentes em casa, que ajudam a desenvolver o seu repertório de sons. Por meio de uma brincadeira, a criança consegue se expressar de maneira espontânea, proporcionando a familiarização dela com o mundo musical. De acordo com o Referencial Curricular Nacional:

“O ambiente sonoro, assim como presença da música em diferentes e variadas situações do cotidiano fazem com que os bebês, e crianças iniciem seu processo de musicalização de forma intuitiva. Adultos cantam melodias curtas, cantigas de ninar, fazem brincadeiras cantadas, com rimas parlendas, reconhecendo o fascínio que tais jogos exercem”.
(BRASIL, 1998. p.51)

Ao propor atividades que envolvem música durante as aulas, o professor não pode se esquecer de valorizar o que o aluno já possui de conhecimento musical, lembrando de aproveitar isso para refletir sobre suas novas ações para elaboração das atividades. É importante que o aluno tenha liberdade de expressar o que sabe diante de todos para que aconteça dessa maneira uma troca de experiências envolvendo a diversidade cultural existente em sala de aula.

Quando o saber inicial da criança não é valorizado pelo professor ou pelos colegas em sala de aula, pode acarretar numa falta de interesse envolvendo a educação musical. Portanto é de extrema importância que o professor esteja atento nesses detalhes que não podem passar despercebidos.

Uma criança já possui o contato com a música muitas vezes ainda na barriga da mãe e logo depois que nasce, seu novo mundo está rodeado de brinquedos e vocabulários musicais. Isso contribui na evolução da sua audição e fala como maneira de se comunicar ainda pequena.

Percebe-se que em muitos casos, a música na escola de educação infantil é cantada juntamente com os professores repetidamente em momentos da entrada, saída, lanche ou até mesmo na entoação do hino nacional e municipal. Essa prática não contribui no processo de desenvolvimento infantil já que é feita de maneira mecânica como mera reprodução, sem proporcionar nenhum tipo de conhecimento ao aluno. Sem contar que as canções não possuem relação com as atividades propostas em sala de aula como uma forma de complementar o conteúdo a ser ensinado, tornando-as mais ainda sem valor algum.

“Ao incluir objetivos, justificativas, experiências e condições de ensino-aprendizagem resultantes de uma reflexão profunda, num diálogo permanente com a realidade sociocultural, os relatos apontam elementos importantes relacionados às práticas pedagógicas de sala de aula, como, por exemplo, a sua transformação numa ação pedagógica significativa”. (SOUZA, 2000, p. 164)

Quando uma criança somente reproduz uma música sem compreender o seu significado, ela está perdendo a oportunidade de participação da sua expressividade em todo o processo de desenvolvimento e aquisição de novos conhecimentos, para meramente repetir cada palavra e gesto muitas vezes sem sentido para ela.

O ensino da música em sala de aula, não pode estar relacionado com a mera reprodução de uma canção, mas por meio de atividades e ações que focam o desenvolvimento perceptivo e sensível da criança. O professor precisa conduzir ações fazendo com que a criança participe de maneira saudável e com entusiasmo inclusive em momentos de escolha do repertório.

A utilização da música em sala de aula precisa ultrapassar a mecanização de seu uso, principalmente em datas comemorativas ou nas rotinas escolares, mas por meio dela deve-se criar uma relação e envolvimento em todo o processo de desenvolvimento de cada criança, que contemple todas e que ocorra de uma forma planejada num determinado contexto.

Nota-se em diversas situações nas escolas, que a música tem sido utilizada somente em momentos de apresentação envolvendo a musicalização. Porém, não é dessa maneira que a proposta musical como linguagem artística deve ser vista, pois a cada dia o real sentido tem sido perdido através da utilização de gestos repetidos por coreografias já existentes, não ocorrendo o incentivo da capacidade criadora da criança, limitando-a em suas manifestações.

As escolas necessitam rever a proposta de trabalho pedagógico que envolve a relação da música com as crianças para que não seja tratada de maneira pronta, com músicas ultrapassadas, onde não se compreende o sentido e a razão da letra em que está sendo cantada ou encenada por meio de gestos mecânicos, que foram memorizados conforme tradição. Dessa forma, as crianças não adquirem nenhum tipo de conhecimento novo, mas somente reproduzem algo que já existe.

“Ensinar música, a partir dessa óptica, significa ensinar a reproduzir e a interpretar músicas, desconsiderando as possibilidades de experimentar, improvisar, inventar como ferramenta pedagógica de fundamental importância no processo de construção do conhecimento musical”. (BRITO 2003, p. 52).

Como uma maneira de conseguir chegar nos objetivos que inicialmente são propostos, a música necessita ser analisada com diversos olhares. Aguçar a audição musical da criança inclui atividades que envolvem a pulsação, cantos, jogos teatrais e musicais, musicalização, sons diferentes etc., por parte do professor em sala de aula. Durante as aulas, pode-se utilizar sons que estão presentes no cotidiano como maneira de fazer com que a criança crie capacidade de conseguir diferenciar cada um deles nos mais variados ambientes em que convive. Sem contar, que os sons permitem a experimentação de sentimentos diversos como felicidade, tristeza, surpresa, entre outros. Cabe ao professor ser aquele que apresenta o som desconhecido para a criança e ao mesmo tempo ajude a criar possibilidades de ela utilizar sua criatividade.

“Tornar acessível o contato dos indivíduos com o domínio musical, através de exploração de sons e de elaboração de desenvolvimentos musicais, significa apresentar aos mesmos mais uma possibilidade de leitura do mundo, de atuação e de compreensão desse mesmo mundo em suas múltiplas manifestações”. (MARTINS, 1998, p. 234)

É interessante que a música seja utilizada como uma ferramenta capaz de explorar diversas situações sonoras no ambiente escolar em meio às atividades propostas pelo professor. Ressaltando

que nos primeiros anos escolares, a música ajuda a promover um melhor desenvolvimento da criança em todo o seu processo como indivíduo.

Assim como tudo, a utilização da música necessita respeitar alguns critérios como a realidade em que a criança está inserida, a sua particularidade, situação financeira, opção religiosa e sexual, etnia etc. Seu ensino não tem como foco a formação de músicos profissionais ou amadores, mas contribui no incentivo da criatividade no momento da criação.

Durante as atividades escolares, é interessante utilizar a música como ferramenta para alfabetizar, adquirir novos conhecimentos pertinentes a formação de personalidade e caráter da criança, nos momentos de exploração de suas habilidades para a aquisição de conhecimentos dos conteúdos propostos nas aulas, que proporcionarão adentrar nas diversas culturas, aumentando a sensibilidade aos sons por meio das músicas.

O momento do aprendizado envolvendo a música fará com que aquilo que está ao redor seja transformado pela percepção, refletindo melhor e organizando os pensamentos. Com isso, ocorrerá a exteriorização de algo que está dentro acontecendo uma mudança inclusive na linguagem musical.

Para alguns autores, a música é uma forte ferramenta na atualidade, pois está presente em diversos meios de comunicação, redes sociais etc., como maneira de transmitir uma mensagem específica sobre algo. Segundo Snyders:

“Os métodos modernos da pedagogia musical estão absolutamente corretos ao propor atividades de escuta ativa, não somente para evitar que os alunos, se não tiverem nada de preciso a fazer, conversem ou se evadam da aula através de devaneios, mas por que faz parte da natureza da obra musical despertar uma admiração ativa: o objetivo da escuta ativa não é chegar a uma espécie de êxtase teológico, mas despertar emoções controladas, que integrem a alegria ao conjunto da pessoa, tanto na sua sensibilidade quanto na sua compreensão”.(SNYDERS, 1997, p.27)

A utilização da música proporciona também um desenvolvimento no lado afetivo da criança, contribuindo na administração de seus sentimentos e emoções. A abstração é mais bem compreendida e a memória passa a se desenvolver mais.

Em muitos casos, quando ocorre a utilização de uma música numa atividade escolar nota-se que o repertório foi escolhido pelo professor que se baseou em sua experiência de vida como tentativa de proporcionar o mesmo conhecimento que ele adquiriu há tempos para as crianças dos dias atuais. Isso pode ocorrer devido à falta de cursos específicos sobre a importância da música na educação durante os cursos de formação dos professores, que de certa forma não costumam contemplar a musicalização em nenhum conteúdo ou disciplina.

Com as crianças menores é muito comum elas emitirem sons espontaneamente, o que pode ajudar o professor a se utilizar disso para iniciar uma educação musical em suas rotinas e atividades escolares. Exercícios envolvendo o próprio corpo também emitem sons diversos fazendo com a criança se aproprie cada vez mais das partes de seu corpo, assim como a utilização de objetos com movimentos diversos e outros meios criados pelo professor. De acordo com Chiarelli:

“Gravar sons e pedir para que as crianças identifiquem cada um, ou produzir sons sem que elas vejam os objetos utilizados e pedir para que elas os identifiquem, ou descubram de que material é feito o objeto (metal, plástico, vidro, madeira) ou como o som foi produzido (agitado, esfregado, rasgado, jogado no chão). Assim como são de grande importância as atividades em que se busca localizar a fonte sonora e estabelecer a distância em que o som foi produzido (perto, longe). Para isso, o professor pode andar entre os alunos utilizando um instrumento ou outro objeto sonoro e as crianças vão acompanhando o movimento do som com as mãos”.(CHIARELLI, 2005, p. 4)

É de extrema relevância levar em consideração que a utilização da música não pode estar limitada somente ao momento de cantar, mas deve-se conversar sobre a letra, os significados das palavras que as crianças apresentam dúvidas até pedir sugestões de outras canções que estejam voltadas para o tema da aula. Considerando que elas carregam um histórico pessoal relacionado à musicalização e que conseguem ajudar bastante com novas ideias. Com isso, acontece uma maior aproximação da música de maneira divertida e instigando novos desafios musicais em prol de seu desenvolvimento nos mais diferentes aspectos de sua formação como indivíduo.

É na educação infantil que o professor consegue obter maiores resultados de suas atividades criativas durante as aulas, pois existe uma grande variedade de materiais que podem ser confeccionados contribuindo para o despertar da criatividade da criança, o que proporcionará facilidade em sua socialização e expressividade de maneira contextualizada.

A música também tem a função de desenvolver a audição da criança. Atualmente, a visão é mais estimulada do que a audição, o que torna essencial a exploração desse mundo sonoro através da musicalização. Quando as crianças ficam atentas aos diferentes sons conseguem desenvolver melhor sua concentração se tornando mais atenciosas.

A musicalização contribui no estímulo da fantasia e imaginação que gera uma evolução na criatividade da criança, com aumento da concentração, melhor relação com os colegas, em seu processo de alfabetização e inclusive na coordenação motora.

Uma das maneiras do ser humano se comunicar é por meio da música que sempre existiu, cabendo a todos uma análise mais criteriosa e crítica quanto a musicalização presente no dia a dia. Nesse sentido, a escola possui um papel fundamental para conduzir esse novo olhar para a criança.

Perante toda documentação legal sobre a educação no Brasil, a música consegue abranger diversos contextos educacionais. Porém, o que se observa é a utilização musical como maneira de adquirir hábitos diversos, sendo acompanhada com movimentos corporais que se repetem e promovem transformações por meio de erros e acertos sem ter uma preocupação com o resultado, contribuindo dessa forma com a espontaneidade dos gestos por uma produção criativa por parte da criança que acaba ampliando suas possibilidades expressivas.

Antigamente, a musicalização tinha que cumprir alguns rituais como por exemplo, ser utilizada em contextos que envolviam alguma data comemorativa, ou seja, de forma mecânica e muitas vezes sem sentido algum para a criança. Ela somente reproduzia a letra já existente e se movimentava corporalmente repetidamente.

Mesmo com o passar dos tempos e a evolução do mundo nos mais diversos sentidos, a música tem passado por uma mudança considerada lenta. Já que os professores durante suas aulas, ao optarem pela musicalização tem utilizado somente músicas prontas, o que acaba descartando o momento de a criança interagir com tal linguagem de maneira significativa para ela. Com isso, a educação musical passa a ser vista como uma mera forma de reprodução, impedindo sentimentos que envolvem a experimentação, improvisação e até a invenção de maneira criativa em todo esse processo de desenvolvimento musical.

A proposta da educação quando se remete à música, tem como um dos objetivos promover as ações da criança por meio do incentivo a momentos de ela poder se expressar por meio do canto e até tocando instrumentos musicais sem ter nenhum tipo de conhecimento ou aptidão. Segundo Teca (2003, p.53) "pois as competências musicais desenvolvem com a prática regular e orientada em contextos de respeito, valorização e estímulo a cada aluno, por meio de propostas que consideram todo processo de trabalho e não produto".

Quando as crianças passam pela experiência de cantar, acabam criando uma relação afetiva cheia de prazer. O adulto ao ouvir, jamais deve ter uma postura de impedimento a esse momento de espontaneidade da criança simplesmente pelo fato de pedir para ela diminuir o tom de voz. O professor por sua vez, mesmo que não tenha habilidades para cantar, pode garantir sua participação direta cantando juntamente com a criança ajudando-a numa adequação para letras mais curtas.

Quando o ambiente escolar está propício para que a criança consiga ouvir, interpretar e cantar contribui para que ela tenha capacidade de imitar a outra, desenvolvendo dessa forma a expressividade por meio da música. De acordo com Teca:

"No entanto, é preciso dar às possibilidades de desenvolver sua expressão, permitindo que criem seus gestos, que observem e imitem os colegas e que, principalmente, concentrem-se na interpretação da canção, sem a obrigação de fazer gestos comandado durante todo o tempo, outro vício muito presente na educação infantil". (TECA, 2003, p. 93)

Para que realmente ocorra um desenvolvimento expressivo por parte da criança, é preciso que o professor leve em consideração aquilo que ela tem como contribuição. A música secular pode até ajudar nesse processo, mas não é vista como a melhor opção. Contudo, a música escolhida para utilizar nas atividades da educação escolar necessita estar presente na cultura infantil, independente do seu gênero musical.

Dessa forma, o mundo infantil acaba sendo ampliado criando um elo entre os valores que envolvem todo o processo de formação com a identidade da cultura em que está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo proporcionar uma melhor compreensão sobre a importância da musicalização no ambiente escolar para o desenvolvimento da criança em diversos aspectos.

A música por fazer parte do cotidiano da criança nos locais onde frequenta é considerada uma ferramenta indispensável para o seu crescimento. Por ser algo costumeiro, já não produz tanta reflexão sobre a melodia, harmonia, letra etc., cabendo à escola o papel de promover uma verdadeira leitura para uma audição mais aguçada.

Atividades envolvendo a música ajudam no crescimento das funções psicológicas da criança o que contribui de maneira significativa para sua aprendizagem. Contudo a música pode ser trabalhada em sala de aula por meio do envolvimento de outras disciplinas para que a aprendizagem ocorra de maneira interdisciplinar envolvendo outros temas e conteúdo ou então como forma de relaxar em determinado momento da aula.

A linguagem musical contribui na transformação de atitudes e comportamentos como a inteligência, relação interpessoal, percepção, ideais, socialização etc.

A música como ferramenta em sala de aula proporciona um ambiente mais agradável e inspirador, contribuindo para uma verdadeira aprendizagem significativa para a criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Renato. **A História da Música Brasileira**. Universidade do Texas, F. Briguiet: 1926.
- ANDRADE, Mário. **Pequena História Da Música**. Martins Editora, 1980.
- BORGES, Teresa Maria Machado. **A criança em idade pré-escolar: desenvolvimento e educação**. 3 ed. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro, 2003.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, v. 3. Conhecimento de Mundo. MEC/SEF, 1998.
- BRITO, Teca Alencar. **Música na educação infantil: Propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- CHIARELLI, Lúgia Karina Meneghetti. A música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser, **Revista Recre@rte Nº3 junho 2005**: Instituto Catarinense de Pós-Graduação.
- ELMERICH, Luís. **História da música**. São Paulo: Editora Fermata do Brasil, 1979.
- LIMA, E. S. **Currículo, cultura e conhecimento**. São Paulo. Sobradinho 107, 2005.
- MARTINS, João Carlos. **Vygotsky e o Papel das Interações Sociais na Sala de Aula: Reconhecer e Desvendar o Mundo**. Série Ideias n. 28. São Paulo: FDE, 1998.
- ROSA, Nereide Schilaro Santa. **Educação Musical para Pré-Escola**. Rio de Janeiro: Libador, 1990.
- SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SOUZA, Jussara (Org.). **Música, cotidiano e educação**. Porto. Alegre: Programa de Pós-Graduação em Música da UFGRS, 2000.
- SCHERER, C. A. de. Educação Musical: Contribuição para o pensamento infantil. **Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v.24, n.1, p. 163-182, jan./abr.2013**.
- TECA, A. de B. **Música na educação infantil**. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- ZAMPRONHA, M. de L. S. **Da música, seus usos e recursos**. São Paulo: UNESP, 2002



Elida Eunice da Silva

Licenciada em Pedagogia Plena pela Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN). Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO COORDENADOR PEDAGÓGICO

JONATAS HERICOS ISIDRO DE LIMA

RESUMO: Este artigo trouxe para discussão a formação de professores no âmbito da Gestão Escolar, incluindo a função do coordenador pedagógico nesta questão. Diferentes literaturas têm abordado esse tipo de formação sob a perspectiva da qualidade no processo educacional. Na escola, o coordenador situa-se no âmbito das políticas públicas como um profissional que não tem recebido a devida formação para a função que exerce. É ele quem assume um papel fundamental na observação e discussão das atividades pedagógicas propostas pelos docentes, em que estão envolvidos o educando, o docente, os conteúdos e o contexto deste trabalho. Por isso, é necessário considerar que as questões formativas não se encerram por si só, mas que compreendem tanto o aspecto teórico, quanto o dia a dia escolar, pensando inclusive na formação continuada dos docentes, que dentro da escola é de responsabilidade do coordenador. Assim, o presente artigo trouxe discussão bibliográfica a respeito do tema. Os resultados encontrados demonstraram que a educação não é um processo unilateral, estático e imutável, mas ativo e, portanto, se desenvolve a partir das relações humanas que constituem o meio social.

Palavras-chave: Docência. Gestão Escolar. Formação Continuada.

INTRODUÇÃO

A educação tem sido alvo de discussão nas últimas décadas. As políticas públicas relacionadas à Educação Básica têm como preocupação a formação de professores, os processos envolvendo o educando, os conteúdos, e o contexto do trabalho pedagógico. Contudo, as preocupações voltadas para a formação de professores a partir do trabalho desenvolvido pelo coordenador pedagógico, de que se tratam o presente artigo precisam estar inseridas em um contexto que garanta as aprendizagens dos educandos, o que necessita, dentre outros elementos, a destinação e efetivação de políticas públicas que contemplem uma formação contínua aos docentes.

A formação continuada é de suma importância, já que atualmente os cursos de graduação não conseguem contemplar de forma plena o contexto pedagógico, pois muitos teóricos estudados fogem da realidade encontrada nas escolas.

Desta forma, é preciso uma efetiva prática de formação voltada para os docentes, a fim de trocar experiências, adquirir novos conhecimentos, pensar e repensar a prática docente e construir novas competências.

A educação tem exigido ainda do coordenador discussões com os demais profissionais da educação a respeito das dificuldades encontradas dentro do ambiente escolar. A educação se encontra sucateada, em um cenário repleto de dificuldades, no qual a desvalorização do profissional da educação ocorre em um ambiente cada vez mais precário, em relação ao apoio da própria gestão, aos recursos, à verba e aos investimentos, mas que, por outro lado, exige formação docente.

O novo contexto educacional vem trazendo novos desafios, como a função do coordenador e a formação docente, através de revisão de literatura. Como objetivo geral, temos as dificuldades enfrentadas pelo coordenador e pelos docentes no âmbito educacional. Isso, sem dúvida, tem se tornado um grande desafio, já que o ensino está cada dia mais complicado em meio a um cenário cheio de dificuldades como a falta de materiais, profissionais, cursos formativos, entre outros.

Ainda, como objetivos específicos, temos a formação continuada dos docentes, a desvalorização da categoria, que obriga muitas vezes, a dobrar sua jornada de trabalho em ambientes muitas vezes precários, onde falta apoio, recursos, verba e investimento, exigindo da sua formação, que além da falta de tempo, ainda tem que dispor de recursos próprios para se atualizar.

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO ESTUDANTE DE LICENCIATURA NO ENSINO SUPERIOR

A Constituição de 1988 estabeleceu para o Ensino Superior, novas diretrizes voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão nas Universidades. No Brasil, essa modalidade de ensino teve como fundamento o modelo da educação europeia, destacando-se o da universidade francesa, que apresentava características de uma escola autárquica, que supervalorizava as ciências exatas e tecnológicas, em detrimento da filosofia, da teologia e das ciências humanas como um todo (MASSETTO, 2008).

Desta forma, os primeiros cursos superiores tinham por meta formar profissionais voltados para o mercado de trabalho, baseados no pensamento da Revolução Industrial, a fim de exercer uma profissão específica, dividindo o currículo apenas nas disciplinas que estavam ligadas ao exercício da profissão em questão.

Nos dias atuais, pensando no papel das universidades, esse tipo de instituição deve proporcionar a todos os envolvidos momentos de reflexão a fim de mediar a construção, a desconstrução e reconstrução dos conhecimentos, de forma qualitativa, pois a universidade é palco de mudanças, desafios, confrontos e pensamentos (DEMO, 1998).

Assim: “[...] a função do Ensino Superior é de criar situações favoráveis ao desenvolvimento dos aprendizes nas diferentes áreas do conhecimento, no aspecto afetivo-emocional, nas habilidades e nas atitudes e valores” (MASSETTO, 2008, p. 14).

De acordo com Veiga (2012), existe uma preocupação muito forte com a qualidade dos resultados da educação do ensino superior, indicando a importância da formação científica, política e pedagógica para os futuros docentes.

No caso da graduação na área da Educação, como a Pedagogia e outras áreas correlatas, o ensino, a pesquisa e a extensão são áreas de interação de um mesmo fazer, contribuindo para o real entendimento do que é o ensino superior direcionando para práticas acadêmicas integradas, produzindo assim novos conhecimentos e contribuindo para as práticas futuras em sala de aula.

Serrano (2012) realizou uma breve análise a respeito do conceito de cursos universitários, em especial referente ao de extensão, ao longo do histórico das universidades brasileiras, baseado no pensamento de Paulo Freire, que compreende o curso de extensão não como algo isolado, ou lacônico, mas sim, necessário para compreender o outro indivíduo como sujeito histórico e cultural, a fim de respeitar seus valores, suas crenças e sua cultura, onde inclusive, podemos encontrar muitos docentes realizando esse tipo de curso após a graduação

Isaia e Bolzan (2010) compreendem a aprendizagem docente como uma atividade de estudo e trabalho pedagógico, que constituem os processos formativos dos docentes, os quais envolvem princípios éticos, didáticos e pedagógicos, independentemente do nível de formação, seja especialista, mestre ou doutor.

Ainda, questões como má formação docente, ausência ou pouco interesse no desenvolvimento de pesquisas, facilidade atual para entrar em cursos de nível superior mesmo trazendo grande defasagem proveniente da Educação Básica, são alguns dos impedimentos para que a Educação aconteça de forma plena, o que infelizmente também se reflete na prática em sala de aula.

Pimenta e Anastasiou (2002), referindo-se a essa questão, relatam que investir no processo de docência e no desenvolvimento profissional, mediante uma preparação pedagógica qualificada não ocorre separadamente ao desenvolvimento pessoal e institucional, mas sim através de um processo que deve ser construído de forma interligada para construir novos saberes e práticas.

Para Broilo (2011) o docente inicialmente será um especialista na área em que escolheu como formação, mas que durante a sua atuação como docente transforma os outros, questionando suas próprias práticas pedagógicas, edificando conhecimentos, relacionando a aprendizagem com o contexto social e as políticas da instituição da qual trabalha e desenvolve uma práxis comprometida com as exigências que a sociedade como um todo espera.

Ainda: “o exame da política educacional brasileira requer a consideração de questões econômico-sociais e ideológicas” (DEITOS, 2012, p. 151), ou seja, a formulação da política educacional implantada pelo Estado traz consequências para o desenvolvimento educacional no país.

Com isso, Cruz e Costa (2017) trazem ainda que a formação de professores também se enquadrou em uma nova modalidade de ensino, regulamentada pelo Decreto nº 5.622, de 2005, pelo Ministério da Educação, trazendo o Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN): “O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.”

O Decreto em seu Artigo 1º caracteriza a Educação a Distância como uma: “Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de comunicação e informação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

Com isto, além de incentivar a formação de professores no Brasil também via EAD, o governo também criou o Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de Professores para a Educação Básica (PARFOR). Este programa é constituído por um conjunto de ações dividindo-se a responsabilidade com as diferentes Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, as Universidades e Faculdades.

A ideia é trazer maior qualidade no tocante a formação docente, principalmente para aqueles que ministram aulas nas escolas públicas da Educação Básica no Brasil inteiro. A CAPES oferece tanto cursos de formação inicial, presencial, emergencial, quanto na modalidade a distância oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Outra ação importante a ser destacada é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que tem por objetivo valorizar o magistério, além de dar apoio aos estudantes de licenciatura plena, sejam elas de instituições públicas federais, estaduais, municipais, comunitárias ou privadas.

A ideia neste caso, é inserir os estudantes de licenciatura no cotidiano escolar da rede pública, possibilitando a integração entre o ensino superior e a educação básica. Assim, os futuros docentes podem participar de diferentes experiências metodológicas, tecnológicas e práticas que buscam resolver ou mesmo diminuir problemas de ensino e aprendizagem. Além disso, o programa incentiva as escolas públicas de educação básica a desenvolver o protagonismo dentro do processo formativo desses estudantes de licenciatura.

O COORDENADOR FRENTE À FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E CONTINUADA DE PROFESSORES

A formação continuada traz como premissa um conjunto de práticas que são vivenciadas pelos docentes e demais profissionais da educação, que ocorre paralelamente ao exercício docente (PERRENOUD, 1993).

Nos dias atuais, discute-se a exigência por parte dos docentes da formação didática. Ela está relacionada ao completo trabalho do docente, envolvendo muitas vezes a fragilidade da formação inicial docente que ocorre dentro das instituições de Ensino Superior. A ideia segundo o autor é que o docente precisa: “dominar bem uma área de conhecimento não nos faz professores, mas especialistas naquela área” (VASCONCELOS, 2011, p. 33).

De acordo com a legislação:

1/3 da jornada semanal de trabalho docente, chamado de horário extraclasse, deve ser disponibilizado para: a) participar de atividades durante o horário complementar docente; b) organizar seus diários de classe; c) elaborar e corrigir atividades avaliativas; d) planejar aulas; e) participar de atividades de formação continuada; f) descansar; g) fazer suas refeições. E a escola deve garantir que o horário complementar docente seja destinado à formação continuada, acompanhado pelo coordenador pedagógico (BRASIL, 2008, s/p.).

Com todas essas demandas, fica explícita a necessidade do professor se especializar para realizar um bom trabalho. Constata-se, porém, que esse tipo específico de formação depende mais da mobilização pessoal do que do investimento por parte das escolas. Na rede pública estadual, o coordenador assume o cargo sem haver a necessidade da formação inicial em Pedagogia. Isso revela que o contexto maior por trás das escolas não influi na escolha do profissional, sendo que ele se tornará formador de outros profissionais (CLEMENTI, 2001, p. 63).

Rosa (2004), discute que uma das funções do coordenador é contribuir para a formação contínua dos docentes, buscando atualizá-los, partindo de reflexões em relação ao currículo, a prática pedagógica e das mudanças no ambiente educacional. Ainda, o coordenador precisa buscar também sua formação, unindo a aprendizagem ao uso de tecnologias.

Candau (2003, p.58) destaca que essa formação oferecida na escola pode contribuir para a troca de experiências que envolvem o dia a dia desse ambiente onde os docentes podem participar de momentos de discussão e reflexão sobre as práticas.

Assim:

[...] deve ter em conta que as expectativas direcionadas a ele e a sua função estão fundadas em solo nutrido também pelo inconsciente. Isso quer dizer que, em parte, as expectativas, independente de serem positivas ou negativas, são expressão de fantasias, desejos e hostilidades secretos dos sujeitos, projetados nessa figura externa. Em virtude disso, tendem a não se concretizar. Ao assumir a tarefa de coordenação ou equivalente, o profissional deve estar preparado para não sucumbir à idealização e à rejeição iniciais, ou mesmo no transcorrer do trabalho na instituição (ARCHANGELO, 2003, p. 141).

Sua função, portanto, é de extrema importância como principal formador dos docentes, servindo de suporte, já que conhece a escola, os educandos e seus principais dilemas. No entanto, durante sua rotina, funções como a de auxiliar professores em projetos, atender pais e alunos, resolver problemas de indisciplina, orientar e fazer planejamentos, realizar atribuições da gestão, substituir docentes quando da falta de funcionários, se tornam as atividades mais exercidas por eles. Com tudo isso, fica difícil ou mesmo não sobra tempo para pensar em ações voltadas para uma formação contínua.

Orsolon (2002), explica que no Projeto Político-pedagógico (P.P.P.), o coordenador pode incluir momentos que possibilitem ao docente refletir sobre a prática, problematizando o cotidiano, questionando, transformando a escola e se transformando. Infelizmente, a falta de tempo, juntamente com o acúmulo de inúmeras funções, como o planejamento e a execução de uma formação continuada acabam sendo transferidos para as capacitações realizadas pelas Secretarias de Educação, que acontecem conforme a rede em questão.

Mesmo assim, cabe a ele incorporar dinâmicas participativas, atividades que incentivem a participação no planejamento, bem como a comunicação, proporcionando um ambiente harmônico entre a equipe. Ainda deve estabelecer metas a serem desenvolvidas para melhorar o ambiente escolar. Ele deve refletir sobre a sua prática, sobre os docentes, superar possíveis problemas e valorizar e avaliar o processo educacional.

Por isso, segundo Lima e Santos (2007), a atualidade exige um novo perfil do profissional mais condizente com a concepção de coordenador. É necessário fugir de prerrogativas como aquele que faz de tudo, deixando evidenciado como o exercício de funções, além de sua competência, devido a algumas ações centralizadoras e hierárquicas ainda presentes em algumas escolas.

Desta forma, pensando nesta questão temos:

Conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e nas interações diárias, apreendendo as forças que impulsionam ou retêm, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho pedagógico e compreendendo o papel e a atuação de cada sujeito [...] (ANDRÉ, 2003, p. 15).

Libâneo (2015) traz também entre as funções do coordenador no auxílio da prática docente, à assistência pedagógica para os profissionais, a coordenação de grupos de estudo (podendo-se citar como exemplo as Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) na Rede Estadual paulista e a Jornada Especial Integral de Formação (JEIF), da Rede Municipal de São Paulo). Assim, o trabalho deve envolver a supervisão e a dinamização do P.P.P., trazendo novas propostas e a aplicação de tecnologias e recursos midiáticos na formação continuada.

Por isso, Candau (2003) entende que a formação deve ocorrer nas escolas, a fim de estimular momentos coletivos de reflexão e fazendo intervenções na prática. Ainda, essa formação deve considerar as múltiplas dimensões que envolvem esse processo. Ensinar provoca uma interação que reflete no envolvimento emocional, no prazer e no compromisso pedagógico, que não deve ocorrer de forma isolada. É importante realizar dinâmicas transformando-as em material valioso para ser utilizado pelos docentes.

Quando seus colegas e o coordenador o escutam, o docente se sente valorizado, como alguém que busca a aprovação frente ao grupo. Assim, a função do coordenador, dentre tantas exigências, envolve um argumento pedagógico motivador no debate com os docentes. Os artigos utilizados pelo coordenador têm um motivo dentro da formação docente, já que funcionam como debate a fim de enriquecer sua prática.

Vasconcellos (2011) discute também que infelizmente podemos encontrar o desinteresse na formação continuada, seja pela falta de interesse na profissão docente, mediante a falta de prestígio da profissão que a sociedade carrega; os problemas na formação; por vezes, a falta de vontade de exercer a profissão; o docente que acredita que sabe exatamente o que ensinar, reproduzindo apenas o que aprendeu; e o desinteresse pela formação didática.

Ou seja, a função do coordenador enquanto articulador envolve o processo de formação continuada dos docentes. O cargo carrega o compromisso e a responsabilidade voltadas para a formação contínua que deverá ocorrer dentro da escola. É preciso estimular, sensibilizar e orientar os docentes pensando na prática e em uma nova postura, destacando-se a possibilidade de acolher, questionar, transformar, provocar, entre outras questões, fazendo com que o grupo em questão cresça profissionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por finalidade realizar um levantamento bibliográfico acerca da função do coordenador pedagógico, seu papel na educação e a promoção da formação continuada docente.

A literatura aponta que as articulações desenvolvidas pelo coordenador contribuem para refletir sobre a prática docente na melhoria do processo educacional. Para o coordenador, a formação continuada dos professores nos horários coletivos é extremamente relevante.

Garrido (2007) afirma que a tarefa do coordenador em ministrar uma formação continuada é difícil já que, inicialmente, não há fórmulas padronizadas a serem reproduzidas. Sendo assim, é necessário criar soluções segundo a realidade de cada escola. O docente é convidado a refletir a respeito de sua prática na sala de aula, buscando no coletivo propostas para melhorar constantemente seu trabalho. Conforme Schön (2000, p. 32): “o conhecimento faz parte da ação, onde o sujeito reflete sobre sua prática”.

Portanto, aliar os saberes docentes com as metodologias pedagógicas para fortalecer a formação continuada de professores, no qual o coordenador pedagógico assume um papel principal, é enfrentar um desafio que contempla os cinco pilares: o educando, o docente, o conteúdo, as referências e o contexto do trabalho educacional.

É necessário entender que a educação não pode ser considerada unilateral, estática e imutável, mas ativa e, portanto, se desenvolvendo a partir das relações humanas que constituem o meio social. Nesse sentido, o coordenador pedagógico desempenha papel fundamental na formação dos professores por meio da organização das diferentes situações que contribuem para o desenvolvimento da unidade escolar como um todo. É ele que, à frente do grupo, não só pode como deve incentivá-los para realizarem formações externas também.

Assim, a docência se torna um desafio para a prática docente, pela revolução tecnológica atual e de como a disseminação das informações acontece. Assim, segundo o relato dos autores pesquisados faz-se necessário por parte das universidades, repensar nas suas práticas, priorizando a formação pedagógica dos futuros docentes em toda a sua extensão, dando oportunidades, valorizando as pesquisas, incentivando e dando condições de trabalho para que esse docente continue em processo de formação continuada e desenvolva um trabalho que incentive a criticidade reflexiva dos estudantes de licenciatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, L. R. (orgs.). **O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola**. 4. ed. – São Paulo: Loyola, 2003.
- ARCHANGELO, A.G. O coordenador pedagógico e o entendimento da instituição. In: PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho (orgs.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Loyola, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 11738** de 16 de julho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 12 out. 2021.
- BROILO, C. L. (Con)formando o trabalho docente: a ação pedagógica na universidade. In: LEITE, D.; GENRO, M. E. H.; BRAGA, A. M. S. (Orgs.). **Inovações e pedagogia universitária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- CRUZ, E.C.; COSTA, D.B. da. A Importância da Formação Continuada e sua Relação com a Prática Docente. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 08. Ano 02, Vol. 03. pp 42-58, Novembro de 2017.
- CLEMENTI, N. A voz dos outros e a nossa voz: alguns fatores que intervêm na atuação do coordenador. In: PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza, ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (org). **O coordenador Pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2001. p. 53- 66.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 3 ed. Campinas, SP: Autores associados, 1998.

- DEITOS, R.A. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológico e socioeconômico. In: PULLIN, E.M.M. P.; BERBEL, N.A. (Org.). **Pesquisas em educação: inquietações e desafios**. Londrina, PR: Eduel, 2012. p. 145-162.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Trad.: Adriana Lopes. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GARRIDO, E. Espaço de formação continuada para o professor-coordenador. In: BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA, L. R.; CHRISTOV, L. H. S. (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007, cp. 1, 9-15p.
- GATTI, B.A. A prática pedagógica como núcleo do processo de formação de professores. In: GATTI, Bernadete Angelina (org.). **Por uma política nacional de formação de professores**. 1 ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- ISAIA, S. M. A.; BOLZAN, D. P. V. Movimentos construtivos da docência / aprendizagem: tessituras formativas. In: **Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – Endipe**, 15. 2010, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Endipe, 2010.
- LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6 ed. rev. ampl. São Paulo: Heccus, 2015.
- LIMA, P.G.; SANTOS, S.M. dos. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. *Educere et educare: Revista de Educação*, v. 2, n. 4, p. 77-90, jul./dez. 2007.
- MASETTO, M.T. **Docência na universidade**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008.
- ORSOLON, L.A.M. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalhode; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Orgs). **O Coordenador Pedagógico e o Espaço de Mudança**. São Paulo: Loyola, 2002.
- PERRENOUD, P. **Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L.G.C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.
- RAUTER, L. **Crise na educação e teoria da história: alguns apontamentos**. 2012. Disponível em: <http://snhhistoriografia.wordpress.com/2012/05/09/crise-naeducacao-e-teoria-da-historia-alguns-apontamentos-luis-rauter/>. Acesso em: 06 out. 2021.
- ROSA, C. **Gestão estratégica escolar**. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 2004.
- SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, v. 13, n. 8, 2013. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.
- SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.
- VASCONCELLOS, C. S. Formação didática do educador contemporâneo: desafios e perspectivas. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2011. p. 33-58, v. 8.
- VEIGA, I.P.A. **Docência universitária na educação superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2012.



Jonatas Hericos Isidro de Lima

Formado no Magistério. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraí (UVA) e em História pela Universidade Santo Amaro (UNISA). Especialista em Docência no Ensino Superior e Pedagogia Empresarial pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Professor no Estado (SEE) e na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS DIFERENTES POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

GLADYS APARECIDA DA SILVA

RESUMO: A ludicidade, a psicomotricidade e os jogos fazem parte do mundo infantil, pois estão presentes desde o início da vida. Por meio dessas estratégias a criança se comunica, aceita a existência dos outros, estabelece relações sociais, constrói conhecimentos e se desenvolve. No entanto, apesar da sua importância, no caso da escola, o tempo de brincadeira é por vezes limitado e as práticas educativas são implementadas rapidamente em sala de aula. Por isso, o presente artigo trata da utilização do lúdico por meio das brincadeiras no processo educativo, trazendo a importância dessa inserção, uma vez que elas são fundamentais para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, já que possibilita o aguçamento da percepção, imaginação e criatividade. Desta forma, a metodologia escolhida foi a qualitativa, a partir da pesquisa de artigos, livros, monografias, teses, dissertações, entre outros documentos. Os resultados encontrados indicaram que o lúdico pode e deve ser trabalhado na Educação Infantil, fazendo parte do ensino e aprendizagem, desenvolvendo diferentes competências nas crianças.

Palavras-chave: Jogos. Competências. Ludicidade. Psicomotricidade.

INTRODUÇÃO

A educação baseada na ludicidade, na psicomotricidade e nos jogos pode ser aplicada e compreendida já que as mesmas ocorrem de formas distintas, mas se complementam contribuindo para a melhoria do ensino, seja na formação crítica das crianças, seja na redefinição de valores e no aprimoramento das relações interpessoais.

Para que a brincadeira seja aplicada na educação, é fundamental refletir sobre sua relevância para o ensino e a aprendizagem. Portanto, brincar é o que as pessoas têm em comum. A sua expressão é facilmente acessível a todos os educandos, existindo um período específico que varia consoante a aprendizagem que o educando está desenvolvendo.

O tema ludicidade na Educação Infantil aqui discutido tem como objetivo conscientizar o docente sobre a importância das atividades lúdicas na Educação Infantil, buscando provocá-lo para que ele introduza a diversão nos projetos educacionais, com intencionalidade, objetivo e consciência clara de suas ações em relação ao desenvolvimento e aprendizagem da criança. Assim, a ludicidade é algo importante a ser trabalhado em sala de aula, pois é por intermédio das brincadeiras que se consegue tal ação.

Porém, nem todos os docentes veem a aplicação do lúdico como algo importante. Por isso, este artigo ainda teve por objetivo conceituar o lúdico, evidenciando a sua importância no desenvolvimento das crianças como metodologia que possibilita mais vida, fruição e sentido durante a fase escolar que é particularmente potente no estímulo à vida social e construtiva do desenvolvimento infantil.

Desta forma, o brincar existe em todos os aspectos da existência humana, principalmente na infância. Podemos dizer que brincar é vida, pois, as mesmas aprendem a brincar brincando e brincam aprendendo.

CRIATIVIDADE E PROTAGONISMO INFANTIL

Atualmente as crianças se desenvolvem de forma muito heterogênea, principalmente devido as influências da sociedade. A infância está sendo reinventada a todo o momento pela sociedade, criando uma perspectiva do que e como as crianças devem agir. Essa imagem nada mais é que uma convenção cultural, existindo muitas imagens e visões possíveis. Algumas concepções concentram-se no que os

pequenos são, no que têm e no que podem ou devem fazer, enquanto em outros momentos, baseia-se no que não são, no que não têm e no que não podem fazer (RINALDI, 2012).

Essas novas concepções resultaram na necessidade de um novo olhar, por exemplo, em relação aos ambientes escolares. Com as exigências da sociedade, pais e principalmente mães trabalhando fora de casa, a maioria das famílias passaram a tirar as crianças de seu lar, direcionando-as cada vez mais cedo para essas escolas.

Essa mudança tanto em relação aos papéis quanto aos ambientes, resultou em grande ocupação dessas crianças, onde tanto os currículos quanto as formações docentes têm se empenhado bastante na melhoria da aprendizagem integral dessas crianças (SARMENTO, 2003).

Porém, os pequenos constroem suas próprias culturas com relação às dos adultos. Elas vivenciam e experienciam diferentes maneiras de ser criança, envolvendo-se em uma pluralidade cultural, social, econômica, política, entre outras questões quando estão na escola.

Ao compartilhar com seus pares e com outros adultos que não faziam parte do seu cotidiano, novos modos de agir surgem e transformam o olhar para a sociedade na qual estão inseridas. Nota-se que o mundo infantil é extremamente heterogêneo, fazendo com que os educandos estejam em contato com várias realidades diferentes das dela, aprendendo valores e estratégias que podem vir a contribuir para a formação de sua identidade pessoal e social.

Assim, envolve-se também a família, as relações escolares, as relações de pares, as relações comunitárias e as atividades sociais das quais fazem parte. Essa aprendizagem se torna significativa onde elas aprendem com as outras, estabelecendo assim uma cultura de pares.

As crianças no mundo de hoje são consideradas protagonistas do seu próprio conhecimento e juntamente com os adultos, estão envolvidas com a construção social, com o compartilhamento de diferentes responsabilidades, saberes, necessidades, interesses com seus colegas e com os adultos à sua volta (SARMENTO, 2003).

Assim, em especial na Educação Infantil, existe tanto as pluralidades quanto as singularidades, necessitando serem levadas em consideração durante todo o ciclo educacional. Isso contribui para que os educandos se livrem das amarras estabelecidas pelas instituições de ensino, não precisando desobedecer para garantir o seu protagonismo infantil.

Para isso, é preciso também que o ambiente escolar reconheça esse protagonismo, desenvolvendo sua criatividade, repensando nas práticas e trazendo maior leveza ao ensinar e aprender, encontrando a recíproca necessária a fim de garantir a autonomia e a participação de todos os atores sociais envolvidos.

Segundo Malaguzzi (1999), a percepção de infância perpassa pela concepção de que a mesma possui cem linguagens, com cem mundos para descobrir, inventar, explorar e sonhar.

Essa concepção em relação à criança, onde ela acabou se tornando o foco das atenções, está atrelada ao fato de que a sua potencialidade tenha sido reconhecida inicialmente na região de Reggio Emilia na Itália, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. O vilarejo precisou ser reconstruído das cinzas e os municípios que ali viviam perceberam que para construir um futuro seria necessário investir nas crianças que ali viviam também:

Um dos pontos fundamentais da filosofia de Reggio Emilia é a imagem da criança como alguém que experimenta o mundo, que se sente uma parte do mundo desde o momento do nascimento; uma criança que está cheia de curiosidade, cheia de desejo de viver; uma criança que tem muito desejo e grande capacidade de se comunicar desde o início da vida; uma criança que é capaz de criar mapas para a sua orientação simbólica, afetiva, cognitiva, social e pessoal. Por causa de tudo isso, uma criança pequena pode reagir com um competente sistema de habilidade, estratégias de aprendizagem e formas de organizar seus relacionamentos. [...] a nossa imagem é de uma criança que é competente, ativa e crítica [...] (RINALDI, 2002, p. 76-77).

Reggio Emilia trouxe diversas contribuições para a Educação Infantil. Isso exigiu também das escolas repensar conceitos e experienciar diferentes tipos de abordagens para ensinar as crianças: “[...] gostaria de salientar a participação das próprias crianças - elas são capazes, de um modo autônomo, de extrair significado de suas experiências cotidianas através de atos mentais envolvendo planejamento, coordenação de ideias e abstrações” (MALAGUZZI, 1999, p. 91).

O projeto pedagógico escolar de Reggio Emília trouxe visibilidade às vozes das crianças, ao seu desenvolvimento, enfatizando principalmente o protagonismo infantil, acompanhado pelo protagonismo das famílias e dos profissionais da educação, envolvidos nos processos construídos por essas crianças (RINALDI, 2002).

Para Malaguzzi, esse desejo de reconhecer o direito que cada criança tem em relação a sua própria infância, do protagonismo, mantendo a curiosidade e a criatividade tão peculiar desta fase, fez a população daquele local: “decidir e preservar a decisão de aprender com as crianças, com suas famílias” (MALAGUZZI, 1999, p. 62).

Desta forma, “as crianças, como entendidas em Reggio, são protagonistas ativas e competentes que buscam a realização através do diálogo e da interação com outros, na vida coletiva das salas de aula, da comunidade e da cultura, com os professores servindo como guia” (EDWARDS, 1999, p. 160).

Nesse caso, a proposta pedagógica deveria repensar no que é fundamental para que os educandos se tornem protagonistas da sua própria aprendizagem. Os adultos devem ter em mente que precisam estar atentos ao que envolve as crianças, seus interesses e suas necessidades, criando e fortalecendo seus vínculos com a escola e a família.

No caso do docente, este deve oportunizar descobertas a partir da conversa, da ação conjunta e da construção do conhecimento pela criança (EDWARDS, 1999). Ainda, a escola deve ser um ambiente em que as crianças possam se sentir em casa:

Essa escola exige o pensamento e o planejamento cuidadoso com relação aos procedimentos, às motivações e aos interesses. Ela deve incorporar meios de intensificar os relacionamentos entre os três protagonistas centrais, de garantir completa atenção aos problemas da educação e de ativar a participação e pesquisas. Estas são as ferramentas mais efetivas para que todos os envolvidos – crianças, professores e pais – tornem-se mais unidos e conscientes das contribuições uns aos outros (MALAGUZZI, 1999, p. 75).

Nesse sentido, é necessário repensar nas possíveis estratégias de ensino que possam vir a favorecer o protagonismo infantil, desenvolvendo a criança a partir de diferentes habilidades, valorizando principalmente a sua criatividade (RINALDI, 2012).

Horn e Silva (2011, p. 139) trazem também que “o registro é uma maneira constante de o professor refletir sobre a sua prática e encaminhar estratégias para alcançar novos objetivos e ter autoria sobre suas ideias, refletir e produzir para si mesmo condições de fazer o seu percurso investigativo”.

O docente é um dos protagonistas do ensino e aprendizagem, pois, ao escutar e se preocupar com o que os pequenos pensam e sentem, sem planos previamente estabelecidos, permite encaixar no contexto escolar o desenvolvimento da criatividade, as possíveis curiosidades, dúvidas e questionamentos que elas trazem em relação ao mundo que as cerca (MALAGUZZI, 1999).

A partir da atenção que se dá ao que as crianças trazem e da sua percepção como protagonistas ativas de seu próprio conhecimento, o docente consegue problematizar as questões trazidas pelas crianças, possibilitando um maior engajamento e envolvimento delas na resolução dos problemas.

JOGOS, LUDICIDADE E PSICOMOTRICIDADE

Quanto a ludicidade, pensando na infância, costuma-se referir ao cotidiano de boa parte das crianças. Na escola o mesmo termo é utilizado para desenvolver diferentes habilidades nessas crianças. O lúdico está presente não só no ensino e aprendizagem, mas também pode ser considerado como produto. As brincadeiras ajudam no encontro do eu com o outro, estabelecendo trocas e conhecimento.

A ludicidade exige uma predisposição por parte do docente envolvido na troca de saberes. Luckesi (2005), explica que as atividades devem ser divertidas. Além disso, o que caracteriza a ludicidade é a plenitude que ela possibilita para quem participa. Isso porque ela costuma ocorrer desde que o bebê nasce através das brincadeiras com os pais, familiares e mais adiante, com os amigos, ajudando a desenvolver características psicológicas, psicomotoras e também sociais.

Para que o docente utilize essa estratégia é necessário acreditar no seu próprio trabalho, selecionando atividades que mais do que brincadeiras, possam desenvolver o conhecimento dessas crianças. Durante o processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam de diferentes linguagens, exercendo a capacidade de desenvolver ideias e descobrir respostas para as suas inquietudes.

O docente pode envolver nesse momento também o uso da psicomotricidade, explorando a individualidade de cada uma das crianças, através de símbolos, contato físico, movimento e relações sociais. A psicomotricidade compreende o movimento e o desenvolvimento do corpo como um todo, a partir das experiências que ocorrem no momento da atividade lúdica. O conhecimento vai sendo construído através das brincadeiras e da integração que ocorre, proporcionando diferentes aprendizagens.

Fonseca (1998) explica que a psicomotricidade trabalha também os aspectos afetivos, já que desenvolve os movimentos em geral, como a disponibilidade tônica, a segurança gravitacional, o controle postural, da direcionalidade e da lateralização, o que é essencial para a aprendizagem. É através dela que as brincadeiras utilizam todo o corpo ou boa parte dele, pois nem todas as brincadeiras o utilizam em sua integralidade.

Vygotsky (2011), fala sobre as brincadeiras e os jogos de maneira positiva para o desenvolvimento das crianças, mas, que é necessária também a intervenção por parte do docente para mediar regras e limites de cada um desses elementos. Para o autor, fazer uso de brincadeiras durante o período da Educação Infantil garante grandes avanços, propiciando o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos.

A aprendizagem pode ser construída a partir de diferentes formas, e no caso da Educação Infantil, a utilização de brincadeiras e jogos envolve uma significativa aprendizagem para as crianças como um todo.

É possível fazer a criança vivenciar muitas descobertas. Esse desenvolvimento compreende geralmente a faixa etária de 0 a 5 anos. Ela passa a socializar com o mundo que a cerca, no começo através da família, por meio de gestos. Mais tarde, quando passa a frequentar a escola, essas mesmas relações sociais se ampliam, fazendo com que o educando faça novas descobertas de diferentes realidades das que está habituado (OLIVEIRA, 2011).

É justamente brincando que o educando tem maior contato com o cotidiano. Cabe ao docente explorar esse momento a fim de que as brincadeiras e jogos possibilitem aprendizagens efetivas, e que contribuam para a construção da sua identidade, sua criatividade, a partir da relação importante entre o desenvolvimento integral da criança compreendendo todos os aspectos cognitivos, emocionais e afetivos.

Além disso, devemos lembrar que esse tipo de estratégia contribui em muito para a autoestima da criança. Por isso, quando o docente utiliza ações ou atividades que necessitam da capacidade lúdica e psicomotora, ele pode observar como o educando vivencia as atividades lúdicas em sala de aula e como o seu repertório e aprendizado é ampliado.

O docente deve conservar o valor das brincadeiras a partir de atividades que possam incorporar a ludicidade, o jogo, o prazer, o movimento corporal e a alegria dentro desse contexto. Sabe-se que os docentes da Educação Infantil, em especial, são muito comprometidos com o processo de desenvolvimento das crianças (OLIVEIRA, 2011).

Quando se utiliza jogos e brincadeiras deve-se explicitar também no planejamento, visando assim a atender às necessidades das crianças. Antes é preciso realizar pesquisa para a escolha das atividades para que elas também estejam de acordo com a faixa etária da criança (KISHIMOTO, 2012).

Ao desenvolver atividades corporais e observar as expressões da motricidade infantil, é preciso explicitar também o seu caráter lúdico e expressivo. Situações que contemplem aspectos mais específicos do desenvolvimento corporal e motor são essenciais nessa fase (BRASIL, 1998).

Fortuna (2011), traz que o lúdico enquanto estratégia de ensino é um desafio e ao mesmo tempo um convite ao docente, já que além de preparar seu planejamento semanal, ele ainda precisa no momento da aplicação, participar das brincadeiras junto com as crianças a fim de realizar observações e interagir durante a troca de conhecimentos, fazendo a brincadeira funcionar.

No caso dos jogos:

A criança é, antes de tudo, um ser feito para brincar. O jogo, eis aí um artifício que a natureza encontrou para levar a criança a empregar uma atividade útil ao seu desenvolvimento físico e mental. Usemos um pouco mais esse artifício, coloquemos o ensino mais ao nível da criança, fazendo de seus instintos naturais, aliados e não inimigos (ROSAMILHA, 1979, p. 77).

Os jogos também proporcionam experiências prazerosas. A escola ao valorizar esse tipo de atividade ajuda as crianças a formar um bom conceito do mundo, em que a afetividade é acolhida,

vivenciando o convívio social, a criatividade é estimulada e os direitos da criança são respeitados.

Além de proporcionar prazer e diversão, os jogos podem representar um desafio e provocar o pensamento reflexivo da criança. Eles podem oferecer efetivamente aos educandos experiências concretas, necessárias e indispensáveis para abstrações e operações cognitivas.

Os docentes podem se utilizar dessas estratégias pedagógicas como alternativa para o desenvolvimento infantil:

Os jogos infantis podem até excepcionalmente incluir uma ou outra competição, mas essencialmente visam estimular o crescimento e aprendizagens e seriam melhor definidos se afirmássemos que representam relação interpessoal entre dois ou mais sujeitos realizada dentro de determinadas regras. Esse conceito já deixa perceber a diferença entre usar um objeto como brinquedo ou como jogo (ANTUNES, 2003, p. 9).

É preciso considerar o uso de jogos na educação, sem esquecer que eles trazem inúmeros benefícios, por exemplo, um jogo de quebra-cabeça permite que a criança interaja com os elementos enquanto enfrenta diversas dificuldades e conflitos na hora de montar uma imagem. Nesse caso, “o educador ao propor brincadeiras com intenção pedagógica, deve possibilitar à criança o planejamento e o uso de estratégias para solucionar problemas nas diversas situações criadas por ele” (SMOLE, 2000, p. 17).

Portanto, os jogos e brincadeiras nesta etapa escolar acelera o aprendizado da criança, pois interagem entre si de forma a assimilar o que está sendo vivenciado. O docente é a ferramenta básica nesse processo a fim de contribuir para o desenvolvimento e o aprendizado dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou trazer uma discussão sobre a importância dos jogos, da psicomotricidade e da ludicidade na Educação Infantil, pois, o brincar é de extrema importância para o desenvolvimento infantil.

O lúdico garante um desenvolvimento saudável e harmonioso na infância. Ao brincar, a criança desenvolve a independência, estimula a sensibilidade visual e auditiva, valoriza a cultura popular, desenvolve habilidades motoras, reduz a agressividade, exercita a imaginação e a criatividade, melhora a inteligência emocional, aumenta a integração, promove o desenvolvimento saudável, o crescimento mental e a adaptação social.

Os docentes da Educação Infantil devem estar cientes da importância das atividades que envolvem a ludicidade proporcionando aprendizado e diversão ao mesmo tempo, devendo ser desenvolvida com carinho e sensibilidade, pois, o lúdico é importantíssimo para a aprendizagem nesta fase educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, C. **O jogo e a educação infantil: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a educação infantil**. Volume 3, Brasília: MEC/SEC, 1998.
- FONSECA, V. da. **Psicomotricidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- FORTUNA, T.R. **Formando professores na Universidade para brincar**. Petrópolis, Vozes: 2001.
- HORN, C.I.; SILVA, J.S.da. Experiência e documentação: é possível articular estes conceitos? **Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 136-145, jul./dez. 2011**. Disponível em: . Acesso em: 05 out. 2021.
- MALAGUZZI, L. Histórias, Idéias e Filosofia Básica. In: EDWARDS, Carolyn GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As Cem Linguagens da Criança: A abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância**. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- OLIVEIRA, G.C. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia: Escutar, investigar e aprender**. Tradução de Vânia Cury. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- RINALDI, C. Reggio Emilia: a Imagem da Criança e o Ambiente em que Ela Vive como Princípio Fundamental. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella. **Bambini: A abordagem italiana à educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ROSAMILHA, N. **Psicologia do jogo e aprendizagem infantil**. São Paulo: Pioneira, 1979.

SARMENTO, M.J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª Modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A.B. (Org.). **Crianças e Miúdos. Perspectivas Sócio Pedagógicas da Infância e Educação**. Porto: Asa, 2003. Disponível em: . Acesso em: 06 out. 2021.

SMOLE, K. S. **Brincadeiras infantis nas aulas de matemática**. Porto Alegre: Armed, 2000.

VYGOTSKY, L.S. **O desenvolvimento dos conceitos científicos na infância**. Cap. 6. Pensamento e linguagem. 2011, p. 93-95. Versão para eBook eBooksBrasil.com. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 05 out. 2021.



Gladys Aparecida da Silva

Graduada em Magistério e Educação Infantil pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Licenciada em Letras/Espanhol pelo Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Pós Lato Sensu em Práticas Educativas - Criatividade, Ludicidade e Jogos pela Faculdade de Educação Paulistana (FAEP). Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

ALUNOS DEPENDENTES E INFLUENCIÁVEIS

LUZERLILA PERESTRELO VALENTE

RESUMO: Este artigo foi escrito com o objetivo de analisar a influência que os pais superprotetores têm no ensino-aprendizagem da criança sob a justificativa de que alguns alunos são totalmente dependentes de outros para realizar suas atividades, abordando a carência de alternativas para suprir a carência afetiva nessa situação. Menciona as dificuldades de aprendizagem relacionadas aos padrões das famílias atuais. Procura identificar possíveis alterações, suas causas e as intervenções psicopedagógicas que possam unir a escola e a família com a finalidade de prevenir ou evitar tais dificuldades, procurando assim melhorar o desempenho da criança. Foram analisados casos vivenciados na prática docente, bem como estudos sobre o assunto, levando a considerar que a família é de vital importância para o melhor desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Criança. Dificuldade de aprendizagem. Família. Superproteção.

INTRODUÇÃO

Durante alguns anos, foi possível perceber que há nas salas de aula crianças que só realizam suas atividades baseadas nas ações de outras crianças, só participam de determinadas ações se outras crianças ou o professor participar também. Observando também que essas crianças apresentavam dificuldades de aprendizagem e após refletir sobre o assunto, gerou questionamentos se a família, mais especificamente a superproteção dos pais influenciaria nessas atitudes e resultados.

Passou-se a analisar então casos específicos e foi possível perceber que alguns pais, por se tornarem ausentes no dia a dia da criança, tentam suprir sua ausência com a permissividade e superproteção, tentando realizar todas as necessidades da criança e também pela criança, tirando da mesma a capacidade de crescimento e autonomia e essa situação tende a aumentar uma vez que a sociedade está se modificando e promovendo novos modelos familiares. Após análise de textos, percebeu-se que a dependência que uma criança tem pela outra pode apresentar causas variadas, desde personalidade defensiva até atitude de defesa em algumas situações.

Mas o ponto que mais chamou a atenção foi a questão da importância da atitude dos pais no processo de formação da criança, muitos pais pensam que estão formando os filhos ao fornecerem tudo o que eles precisam materialmente e deixando de lado a presença, o companheirismo e "terceirizando" a educação dos mesmos.

Por outro lado, há pais superpresentes que acabam sufocando os filhos, sobre esse tema Beltran (2001, p.168) diz que "Se você sempre impedir seu filho de levar um tombo, ele nunca vai aprender a se levantar... O pai que protege demais seu filho acaba impedindo que ele caminhe com suas próprias pernas".

Dentre as referências metodológicas que reforçarão esta pesquisa qualitativa está Piaget. De acordo com o autor, citado por DeVries (1998, p.55):

Na opinião de Piaget, seguir as regras de outros por meio de uma moralidade de obediência jamais levará a espécie de reflexão necessária para o compromisso com os princípios internos ou autônomos de julgamento moral. Piaget alertou que a coerção socializa apenas superficialmente o comportamento e, na verdade, reforça a tendência da criança para depender do controle de outros.

Acredita-se que de um modo geral estes autores proporcionarão um embasamento metodológico e teórico para que esta pesquisa se realize.

A pesquisa se deu através de observação em sala de aula das atividades acadêmicas e também nas atividades recreativas, sendo nas aulas de educação física ou no parque, durante um mês

aproximadamente, no período letivo de 2008, no Colégio Adventista de Sorocaba com crianças de 4 e 5 anos do jardim II. Após as observações em sala, foi realizado um estudo bibliográfico e comparação dos resultados encontrados nas bibliografias citadas.

A DEPENDÊNCIA

A dependência pode ser definida como uma necessidade de amor, ajuda, segurança e aprovação dos outros, alguns autores a definem como uma classe de respostas capazes de elucidar atenção positiva por parte dos outros.

Uma criança que é dependente em relação aos pais poderá manifestar também dependência em relação a outros adultos e a outras crianças. Mas é possível também, se a criança percebe que as outras crianças não reforçam seus comportamentos dependentes, que ela deixe de manifestar dependência em relação aos colegas, mas continue manifestando-a em relação aos pais e outros adultos.

As manifestações de dependência podem apresentar mudanças que ocorrem com relação a idade, e ao desenvolvimento ligado ao sexo da criança. Inicialmente, as crianças demonstram dependência em relação aos pais, depois aos professores e também pelos colegas. Pode aparecer também mudança na forma de dependência, há evoluções no sentido de manifestar de forma física a dependência, desde um abraço a manifestações verbais. Nos primeiros anos da infância, o comportamento dependente é mais manifestado por meninas do que por meninos.

Alguns estudos realizados pelo Fels Research Institute, Kagan e Moss analisaram as relações da estabilidade da dependência em várias idades e concluíram que certos comportamentos adultos podem ser preditos na base dos comportamentos infantis, principalmente nos primeiros anos escolares e que a estabilidade desses comportamentos está relacionada com a adequação dos mesmos aos padrões culturais de papel masculino ou feminino. Assim, a dependência é um comportamento que apresenta grande estabilidade em meninas, mas não em meninos.

Ao contrário, a agressão é um comportamento que apresenta grande estabilidade em meninos mas não em meninas. Esses mesmos estudiosos concluíram que a dependência é um traço socialmente aceitável em meninas de forma que se a menina apresenta dependência, este traço é mantido, mesmo se não é muito reforçado positivamente, porque pelo menos não é extinto nem punido. Já se o menino apresenta dependência, os agentes socializadores procuram desencorajar isto, punindo ou ignorando comportamentos dependentes e reforçando positivamente comportamentos de autoafirmação e comportamentos agressivos.

Com a agressão, ocorreria processo análogo, porém inverso, isto é, os comportamentos agressivos quando manifestados por meninos tendem a ser reforçados positivamente ou pelo menos não são punidos.

ANTECEDÊNCIA DA DEPENDÊNCIA

Algumas teorias aceitam que a “gratificação” por parte dos pais é o fator mais importante no desenvolvimento da dependência em crianças. As teorias de aprendizagem pressupõem que, através dos comportamentos dos pais ao cuidar do bebê, a atenção dos pais adquire valor de reforçador secundário e que respostas dependentes da criança recebem reforço positivo, ou seja, como a figura dos pais está associada com dar alimentos e conforto, a atenção dos pais passa a ser necessária e apreciada pelo bebê. Além disso, o bebê por ser dependente, precisa de suas necessidades satisfeitas pelos adultos, assim as respostas dependentes do bebê recebem reforço positivo. Reforçando assim a teoria psicanalítica que afirma que a dependência é um traço determinado em grande parte pelas satisfações libidinosas.

Dentre as referências metodológicas que reforçarão esta pesquisa qualitativa estão Sears, Maccoby e Levin. De acordo com esses autores, citados por Biaggio (1983, p.227) “Mães de crianças pré-escolares que demonstram afeto e reforçam os comportamentos dependentes de seus filhos descrevem-nos como muito dependentes”.

Bandura, citado por Biaggio (1983, p. 227) nos diz que:

A dependência em meninos adolescentes estava relacionada com o grau de participação dos pais no cuidado dos filhos e com a afeição e reforços da dependência que dispensavam. Quando os pais são gratificantes e reforçam positivamente a dependência têm filhos dependentes. Porém, quando os pais são gratificantes mas valorizam comportamentos independentes, seus filhos não são dependentes. Isso sugere que a

gratificação por parte dos pais torna as crianças mais sensíveis aos reforços sociais, sejam eles dados para comportamentos dependentes ou independentes.

Há ainda estudos que mostram que a interação entre fator de superprotecionismo e fator permissividade da mãe é o principal responsável pelo aparecimento de dependência nas crianças. Isso nos leva a crer que é necessário um equilíbrio entre proteger a criança e permitir que ela realize determinadas atividades. Percebeu-se que se as mães eram superprotetoras e excessivamente controladoras e dominadoras, as crianças eram dependentes. Essas crianças são descritas como conformistas, polidas, obedientes e arrumadinhas, sendo os meninos até chamados de fracos pelos colegas. Agora quando a mãe, apesar de superprotetora, mas indulgente, as crianças não eram dependentes, e se manifestavam agressivas.

A natureza dos antecedentes da dependência vem sendo analisada através de estudos sobre reforçamento da dependência, observou-se que a retirada de gratificação ou a punição de dependência, levam a um aumento de dependência. Gewirtz (1954) citado por Biaggio (1983, 229) diz que:

Se o adulto dá atenção consistente a uma criança, esta manifesta menos respostas de "chamar a atenção" do que se o adulto se mantém frio e distante. Presume-se que no segundo caso a criança já recebeu atenção de adultos, bem como reforços positivos por comportamentos dependentes na vida diária.

As evidências até aqui, levam a pensar que a relação inicial de dependência da criança em relação ao agente socializador é essencial à aquisição dos comportamentos valorizados pela cultura. Ao mesmo tempo, a dependência acentuada, principalmente em crianças maiores e em adultos, é um traço indesejável.

A SUPERPROTEÇÃO E A APRENDIZAGEM

Ninguém vai mal à escola porque quer. Interpretar esta situação como preguiça, desinteresse ou irresponsabilidade é um erro. Ter dificuldades traz sofrimento. Há vários fatores que explicam por que uma pessoa com todas as condições para aprender, não consegue ter um bom rendimento. Pode-se citar questões emocionais bastante importantes que poderão interferir no processo de aprendizagem.

Uma questão muito importante é a superproteção. Em casa todos fazem tudo por ela, por isso sente-se incapaz e teme determinar-se sozinha. Passa então a não saber quais são suas condições e capacidade ou mesmo se as desenvolveu. Esta criança que tem tudo feito para si, não desenvolve tolerância à frustração, pois vive em função da facilidade. Na escola isto faz a diferença, quando diante de obstáculos e dificuldades temem a desistir ou tem uma enorme dificuldade para abandonar a brincadeira para envolver-se em tarefas que exijam um pouco mais.

Os pais constroem uma agenda lotada para seus filhos, ao observarem uma sociedade altamente competitiva, querendo preparar seus filhos para enfrentá-la, deixando-os estressados porque precisam atender as expectativas que os pais construíram para ela. Esquecendo que o brincar, a arte, o lazer são fundamentais para um bom desempenho escolar e para a vida em geral, pois permite o desenvolvimento da criatividade, habilidade, pensamento, socialização, sendo tudo isto levado para enfrentar e resolver as situações que a vida vier a lhe apresentar.

O excesso de cuidados, de autoritarismo, de ordens pode atrapalhar ou mesmo bloquear a aprendizagem. Haverá uma tendência a pensar e sentir que não agradará nunca ou que certamente haverá alguém que fará melhor que ela. Não tendo segurança na realização das tarefas, seu pensamento poderá ficar confuso, precisando de um apoio para resolver sua situação.

A superproteção pode trazer na vida da criança uma desorganização, ausência de rotina e de regras (limites). Se as coisas não têm certa sequência, não se aprende a selecionar estímulos e centralizar a atenção. A mesma desorganização e confusão que ocorre na vida é levada para os conteúdos escolares e então se torna difícil organizar e seguir passos.

Existem crianças que se recusam a ir ou retornar à escola. A criança pode apresentar sintomas de fobia escolar. Segundo o psicólogo Ricardo Marcon, que também é professor do colégio Piaget, de São Paulo, a fobia escolar é, geralmente, um transtorno de ansiedade. Uma das hipóteses apontadas como causa do medo da criança ir à escola é a superproteção dos pais.

“A superproteção é tão grande que os pais acabam transmitindo para os filhos seus medos acumulados. Com isso, a criança fica duplamente assustada”, aponta Maria Irene (2005). O psicólogo Marcon (2005) também atribui aos pais a responsabilidade pelo surgimento da fobia. “Se os pais não prepararam a criança para interagir com outras pessoas, ela poderá ter alguma dificuldade quando for apresentada para o mundo”.

Nos extremos da superproteção, ocorrem episódios inacreditáveis. Há casos de pais que, para privilegiar os filhos, buscam diagnósticos médicos que os favoreça. Hara (2005) cita um caso que aconteceu numa escola americana de classe média alta. Na ficha de uma das alunas, havia uma espécie de relatório médico com detalhes sobre algumas concessões que deveriam ser feitas. Embora ela fosse uma das melhores alunas da classe, seus pais alegavam que a menina tinha “dificuldade com pensamento gestalt” – ou seja, não conseguia enxergar o “todo” de uma situação. O fato é que, por causa dessa suposta falha de aprendizado, a garota podia fazer as provas sem limite de tempo. Isso, é claro, lhe dava uma extrema vantagem sobre os demais, que lutavam contra o relógio e a tensão ao mesmo tempo. “Vivemos num mundo bizarro, em que os pais encorajam os filhos a passar por doentes, deficientes”, diz Hara (2005). “É melhor rotulá-los como hiperativos, por exemplo, do que fazê-los enfrentar as dificuldades concretas de uma criança dispersiva e agitada. Trata-se de uma atitude psicológica e eticamente destrutiva”.

Depois de exposto este aspecto emocional que atrapalha na aprendizagem é preciso comentar alguns recursos para a busca de soluções. O primeiro passo será mostrar que sucessos e insucessos fazem parte da vida.

Estudar é obrigação, é indispensável e, portanto, não há negociação, sendo somente permitido e positivo descobrir qual a melhor forma. Vale salientar que ajudar não significa fazer pelo outro. Poderá receber auxílio, mas terá que sentir sua dose de esforço pessoal na tarefa para que, gradativamente ganhe confiança nas suas capacidades. Algumas vezes observam-se famílias que querem “poupar o filho do sofrimento de não conseguir” e fazem por ele. Como consequência, tem-se a criação de sentimentos de insegurança e incompetência cada vez maior.

As sanções são importantes quando se está precisando reforçar o NÃO. Estão relacionadas ao ato transgressor da criança, como colar algo que rasgou ou quebrou. Procurar dar duas alternativas, mesmo que ambas sejam boas para a criança, para que ela possa decidir, pois isto a tornará responsável pela decisão. É um desafio apresentar o mundo à criança, com suas normas e princípios, porém se fizermos com amor, coerência e respeito esta tarefa será um pouco menos penosa.

A escola fica diante da tarefa de identificar e estimular aquilo em que melhor o aluno desempenha-se e auxiliar naquilo que se apresenta mais difícil, sem desqualificá-lo protegendo a autoestima. Os pais têm uma responsabilidade séria: ensinar os filhos a ter noção interna dos limites e a respeitar os limites alheios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pais não superprotegem porque querem. Apenas não existe receita pronta para garantir que a criança seja uma pessoa bem estruturada no futuro. O que acontece é que os pais defendem seus filhos em qualquer situação, sem refletir se foi o “anjinho” quem provocou aquela briga na sala de aula, discutem com os professores e nunca acham que aquele ser inocente e indefeso é capaz de aprontar muita confusão na escola.

O que eles não sabem, no entanto, é que esse comportamento pode ser prejudicial ao desenvolvimento da criança, colaborando para o crescimento de uma pessoa insegura, que dificilmente saberá lidar com os desafios da vida. Em geral, não percebem que, ao tentar fazer de tudo pela criança, estão evitando que ela aprenda a lidar com as próprias frustrações. E isso é fundamental no processo de crescimento e desenvolvimento do caráter e da personalidade.

Muitos pais pressupõem para o filho o mesmo encaminhamento e futuro que eles tiveram. Dessa forma, invalidam a maneira de pensar da criança. Com menos tempo para ver os filhos, os pais tendem a compensar a ausência, atendendo a todos os desejos da criança.

Para amenizar esta situação da superproteção é preciso dar limites à garotada. Ou seja, mostrar que existem regras que precisam ser cumpridas.

Estabelecer uma rotina também é muito importante pois transmite senso de organização e respeito. Os pais podem e devem impor limites, sem confundir autoridade com autoritarismo. E a melhor forma de fazer isso é dizer não. O “não” é um importante organizador da personalidade da criança.

Ao pensar nesses fatores, os pais precisam se questionar e fazer o filho refletir sobre o porquê de um “sim” ou de uma negativa, em vez de simplesmente proibir ou liberar.

A grande dificuldade está em saber em que ponto está o equilíbrio. Uma educação autoritária faz os filhos dependentes dos pais, dos colegas, dos professores. Por outro lado, uma atitude demasiadamente liberal forma indivíduos com baixa resistência, sem saber conviver com um “não”. Daí a necessidade de conciliar limite, autoridade, com diálogo, afeto, amor e carinho.

O pensar e o agir da criança devem ser valorizados desde pequenos. Os pais devem orientar e mostrar-lhes o caminho, dando-lhes as melhores alternativas para esta caminhada, permitindo que a criança sinta que estão ao seu lado, para o que der e vier.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRAN, J. L. **Em busca dos valores da criança**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2001.

BIAGGIO, A. M. B. **Psicologia do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1983.

CASTILHO, G. **A importância da atitude dos pais**. In www.portaldafamilia.org/artigos/artigo068.shtml. Acesso em 01 de out. 2021.

CLOUD & TOWNSEND. **Limites**. São Paulo, SP: Editora Vida, 2001.

DeVRIES, R., ZAN, B. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio moral da escola**. São Paulo, SP: Artes Médicas, 1994.

SCOTT, L. **Pais superprotetores**. In <http://recantodasletras.uol.com.br/redações/1086071>. Acesso em 01 de out. 2021.

WHITE, E.G. **Orientação da Criança**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1993.

Revista Veja de sete de dezembro de 2005 (fornecer número da revista Ex. N.25, p25-36, dezembro, 2005)o, SP, Brasil. Professora na instituição Terezinha Mota, São Paulo – SP.



Luzerlila Perestrelo Valente

Pedagogia. Instituto Adventista de Ensino (IAE), São Paulo, SP, Brasil. Professora na instituição Terezinha Mota, São Paulo – SP.



A ESCOLA E SEU PAPEL NO DESEMPENHO SOCIOEMOCIONAL

NÁDIA RÚBIA OLIVEIRA MAGALHÃES PINA

RESUMO: Esse artigo procura buscar reflexões a respeito da importância da escola para o desenvolvimento socioemocional. À medida que a pesquisa científica sobre o conhecimento, o desenvolvimento e a aprendizagem avançam em ritmo rápido, favorece a oportunidade de moldar práticas educacionais mais eficazes. Tirar proveito desses avanços, no entanto, requer a integração de percepções em vários campos - desde as ciências biológicas e neurociências até a psicologia, sociologia, ciências do desenvolvimento e da aprendizagem - e conectá-los ao conhecimento de abordagens bem-sucedidas que estão surgindo na educação.

Palavras-chave: Aprendizagem. Conhecimento. Oportunidade.

INTRODUÇÃO

Pino (2000, p. 128) denota que os fenômenos afetivos definem o modo de ser do ser humano:

Os fenômenos afetivos representam a maneira como os acontecimentos repercutem na natureza sensível do ser humano, produzindo nele um elenco de reações matizadas que definem seu modo de ser no mundo. Dentre esses acontecimentos, as atitudes e as reações dos seus semelhantes à seu respeito são, sem sombra de dúvida, os mais importantes, imprimindo às relações humanas um tom de dramaticidade. Assim sendo, parece mais adequado entender o afetivo como uma qualidade das relações humanas e das experiências que elas evocam (...). São as relações sociais, com efeito, as que marcam a vida humana, conferindo ao conjunto da realidade que forma seu contexto (coisas, lugares, situações, etc.) um sentido afetivo (idem, p. 130-131).

Os principais insights da ciência da aprendizagem e desenvolvimento são que o cérebro e o desenvolvimento de inteligências e capacidades são maleáveis, e o desenvolvimento do cérebro é um processo dependente da experiência, que ativa as vias neurais que permitem novos tipos de pensamento e desempenho. Em função das experiências, o cérebro e as capacidades humanas crescem ao longo de todo o continuum de desenvolvimento e em todo o espectro de desenvolvimento (físico, cognitivo, afetivo) de maneiras interativas.

O que acontece em um domínio influencia o que acontece em outros. Por exemplo, as emoções podem desencadear ou bloquear o aprendizado. As emoções e os contextos sociais moldam as conexões neurais que contribuem para a atenção, concentração e memória, para a transferência e aplicação do conhecimento. Compreender como os processos de desenvolvimento se desdobram ao longo do tempo e interagem em diferentes contextos pode contribuir para designs mais favoráveis aos ambientes de aprendizagem.

Além disso, as tendências gerais de desenvolvimento são modificadas pelas interações entre aspectos únicos da criança e seus contextos de família, comunidade e sala de aula. Como resultado, as crianças têm necessidades e trajetórias individuais que requerem instrução e apoios diferenciados para permitir um crescimento ideal em competência, confiança e motivação.

(...) O afeto que inspira a nossa pedagogia, tomado em seu sentido supino, é, além de um sentimento de alma elevada, índole, mas exaltada, em consonância com a Justiça Social, como uma estratégia de uma estratégia política, igualmente compreendida na sua sobrevivência para o indivíduo, povos e nações. Os seres humanos – portanto, os cidadãos, entre eles os esperançosos jovens – são muito mais do que um saco de carne, ossos, músculos, nervos, sangue. Amam e sofrem. Sonham,

desejam, constroem, frustram-se e, apesar de tudo, prosseguem, vão em frente... Merecem, além de leis, respeito para que elas jamais constituam obscuros privilégios, e possam ser cumpridas em benefício de todos (...). (PERIOTTO, 2009, p.22)

Uma implicação central para os educadores é que esse sistema de desenvolvimento integrado e dinâmico é otimizado quando todos os aspectos do ambiente educacional dão suporte a todas as dimensões do desenvolvimento infantil. Isso exige uma abordagem profundamente integrada à prática que apoie toda a criança em escolas e salas de aula que funcionem de forma coerente e consistente para construir relacionamentos fortes e comunidades de aprendizagem; apoiar o desenvolvimento social, emocional e cognitivo; e fornece um sistema de suporte conforme necessário para um desenvolvimento saudável, relacionamentos produtivos e progresso acadêmico. Esta abordagem holística deve necessariamente se conectar com contextos familiares e comunitários: desenvolvendo parcerias fortes e respeitadas para compreender e construir sobre as experiências das crianças.

A prática da educação afetiva implica, portanto, conceber programas a partir de um referencial teórico; e para colocá-los em prática, ter um corpo docente bem preparado e bem preparado.

O PAPEL DO PROFESSOR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

As pessoas reagem emocionalmente ao seu próprio desempenho e ao dos outros, de formas diferentes de acordo com as características individuais.

As reações emocionais características e certas qualidades de temperamento são exemplos de processos psicológicos afetivos. Os processos afetivos incluem todos os sentimentos e respostas, positivas ou negativas, relacionadas a comportamentos, conhecimentos ou crenças carregadas de emoção. O afeto pode alterar as percepções das situações, bem como os resultados do esforço cognitivo; também pode alimentar, bloquear ou encerrar a cognição e o comportamento.

Os processos afetivos se entrelaçam com aspectos de motivação e volição. Em situações educacionais, as crenças motivacionais dos alunos e os julgamentos de suas próprias capacidades influenciam suas intenções e planos. Assim, os alunos que se consideram "não bons em matemática" preferirão outras disciplinas e terão dificuldades nas aulas de matemática.

De acordo com Romanowski (2010):

A dinâmica da aula caracteriza-se pela interação do professor com os alunos, sendo mediada pelo seu conhecimento. Ensinar e aprender são processos direcionados para o mesmo objeto: o conhecimento, ambos envolvem a cognição e a relação entre sujeitos. (ROMANOWSKI, 2010, p. 53)

O professor de Ensino Fundamental deve ser um mediador e despertar o interesse do aluno, e o mesmo desenvolver reflexões e o senso crítico sobre questões que envolvam os cotidianos com as pessoas, principalmente nas fases iniciais, pois são crianças em formação de caráter entre outras características pessoais.

Para Nascimento e Pagel (2006), ampliação do ensino básico é um avanço social. Até então apenas as crianças de renda média e alta tinham acesso facilitado às salas de aula, o que trazia a desigualdade entre essas crianças e feria a nossa Constituição. Oferecer à criança de baixa renda a oportunidade de ser incluída no sistema educacional, já que a educação infantil pública não atendia a demanda desses alunos, não é apenas uma etapa obrigatória e sim direito da criança, opção da família e dever do Estado.

O número de matrículas vem aumentando gradativamente, assim, o ensino de nove anos é um avanço social no sentido de fazer com que a escola seja acessível a todo brasileiro, sem discriminação de posicionamentos sociais e econômicos, uma escola mais solidária que oportuniza todas as crianças, adolescentes e jovens o acesso a uma educação de qualidade.

A inclusão dessas crianças na escolaridade obrigatória resgata um direito de cidadania, uma vez que permite a uma parcela maior da população se beneficiar de um direito que antes era de poucos. Garantindo desta forma que todas as crianças que não tem acesso à educação básica possam exercer esse direito, assim como as que já estavam sendo atendidas na última etapa da Educação Infantil. (SAVELI, 2008, p. 37).

A meta dessas propostas educacionais é incluir o enorme número de pessoas que não tem acesso ao sistema educacional no Brasil por diferentes fatores, e fazer com que a escola seja democrática, acessível, acolhedora, justa, e que realmente forme cidadãos críticos, para que todos tenham o direito a um aprendizado digno, não só para seu meio de sobrevivência, mas para própria formação e inserção na plena cidadania.

O exercício do direito à educação, [...]. Exige condições materiais que o tornem realidade: a) que seja possível o acesso material a uma vaga na escola, garantia que compete ao Estado assegurar. Os Estados costumam aceitar o direito em suas legislações antes de prever as condições necessárias para exercê-lo; b) possibilidade de assistir regularmente às aulas e permanecer na escola durante a etapa considerada como obrigatória, sem obstáculos provenientes das condições de vida externas ou das práticas escolares internas que possam levar à exclusão ou à evasão escolar; [...] (GIMENO SACRISTAN, 2001, p.19).

As palavras de Gimeno Sacristan (2001) complementam o sentido que o legislador impõe a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, responsabilizando o Estado para que crie as condições estruturais e pedagógicas a fim de que esse direito seja atendido plenamente.

Os professores normalmente não se consideram modelos, no entanto, inadvertidamente são. Os alunos passam muito tempo com o professor e, portanto, o professor se torna um modelo para eles. Isso pode ser um efeito positivo ou negativo, dependendo do professor. Os professores estão lá não apenas para ensinar as crianças, mas também para amar e cuidar delas. Os professores geralmente são altamente respeitados pelas pessoas da comunidade e, portanto, tornam-se um modelo para os alunos e os pais.

O papel dos professores hoje é consideravelmente diferente do que costumavam ser. Na escola com modelo tradicional de ensino, os professores recebiam um não participam da construção do currículo, recebem pronto específico para ensinar e o conteúdo a ser ensinado e um conjunto de instruções sobre como ensiná-lo, usando os mesmos métodos para todos os alunos. No mundo de hoje, nas escolas em que a concepção de criança, educação e currículo são progressistas, o papel de um do professor é articular conteúdo das áreas do conhecimento com as vivências dos alunos.

A moderna profissão de professor também se ocupa de assumir papéis mais amplos para promover a educação.

O papel do professor vem mudando dramaticamente nas últimas décadas, refletindo uma sala de aula mais centrada no aluno. Mudamos de um ponto de vista que enfatizava "como ensinamos" para um que agora se concentra em "como eles aprendem".

Hoje os professores organizam a ação pedagógica centrada no aluno com os objetivos de possibilitar que todos os alunos:

- Criem produtos significativos a partir das experiências vividas no espaço escolar;
- Ampliem suas vozes com confiança, cada um com seu estilo único e genuíno;
- Reflitam sobre o aprendizado e apliquem os novos conhecimentos e habilidades a novas situações;
- Façam uso de novas ferramentas para se comunicar de maneira convincente;
- Reflitam sobre seus aprendizados e experiências através da descoberta.

Essa mudança de perspectiva não significa que o papel do professor seja diminuído; na verdade, é exatamente o contrário.

Um dos aspectos mais difíceis de se tornar professor é aprender a motivar seus alunos. É também um dos mais importantes. Os alunos que não estão motivados não aprenderão efetivamente. Alguns apresentam dificuldades para reter informações, não participam efetivamente das aulas e alguns podem até se tornar perturbadores. Um aluno pode ser desmotivado por vários motivos: eles podem sentir que não têm interesse no assunto, achar as estratégias do professor pouco atraentes ou se distrair com forças externas. Pode até vir à luz que um aluno que parecia desmotivado realmente tem dificuldade em aprender e precisa de atenção especial.

Segundo Delors (2003):

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer. (DELORS, 2003, p. 160)

Freire, (1996) destaca que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Nossos professores precisam ser pensadores e aprendizes de ponta, designers instrucionais, defensores de crianças, ativistas, políticos e palestrantes motivacionais. Muitos têm essas qualidades naturalmente, mas os programas de formação de professores podem, ou devem ter como objetivo cultivá-las na próxima geração de educadores.

De acordo com Pereira (2011):

A docência, portanto, é uma atividade complexa porque a realidade na qual o professor atua é dinâmica, conflituosa, imprevisível e apresenta problemas singulares que, portanto exigem soluções particulares. Exige mobilizações de saberes para o cumprimento do objetivo de educar que é: o desenvolvimento das diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal – dos educandos, que se efetiva pela construção de conhecimentos. (PEREIRA, 2011, p. 69)

Embora motivar os alunos possa ser uma tarefa difícil, as recompensas valem a pena. Os alunos motivados estão mais animados para aprender e participar. Simplificando: Dar uma aula cheia de alunos motivados é agradável para professores e alunos. Alguns alunos são automotivados, com um amor natural pelo aprendizado. Mas mesmo com os alunos que não têm esse impulso natural, um ótimo professor pode tornar o aprendizado divertido e inspirá-los a alcançar todo o seu potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada nova aprendizagem o indivíduo reorganiza suas ideias, estabelece relações entre as aprendizagens anteriores e as novas, faz juízos de valor, colocando seus sentimentos nesse julgamento. Trata-se, portanto, de um processo integrativo, dinâmico, relacionando-se com a afetividade, na qual o professor deve na medida do possível realizar um trabalho que leve o aluno a interagir sobre os conhecimentos e assim conseguir se desenvolver de forma socioemocional.

Durante anos de permanência na escola, os alunos deparam-se com uma variedade de transições que lhes providencia um leque amplo e variado de desafios, aprendizagens e de desenvolvimento a vários níveis. Conclui-se então que a forma como os alunos lidam com essas transições pode ter um impacto significativo e por este motivo deve-se compreender como a aprendizagem pode ocorrer em estados emocionais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.) **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp, 1999.
- PERIOTTO, S. **Manual da Pedagogia do Afeto e Pedagogia do Cidadão Ecumênico**. São Paulo: Editora Elevação, 2009.
- PINO, A. (1997) **O biológico e o cultural nos processos cognitivos, em Linguagem, cultura e cognição**: reflexão para o ensino de ciências. Anais do encontro sobre Teoria e Pesquisa em ensino de ciências. Campinas: gráfica da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, p. 5-24.
- SACRISTAN, Jose Gimeno. **La Educacion Obligatoria: su sentido educativo y social**. Ediciones Morata: Madrid, 2001.
- SAVELLI, E. L. Ensino fundamental de nove anos: bases legais para sua implantação. In: **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, n. 1, p. 67-72, 2008.



Nádia Rúbia Oliveira Magalhães Pina

Cursando licenciatura em Letras pela Universidade Virtual de São Paulo (UNIVESP). Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), SP. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).



AS CONDIÇÕES E OS PROCESSOS SOCIOINSTITUCIONAIS E O DESEMPENHO ESCOLAR.

PAULO CORDEIRO LEITE

RESUMO: O texto pretende fazer uma reflexão da relação existente entre as condições dos alunos, os processos socioinstitucionais com o desempenho escolar, ou seja, busca perceber se os alunos que pertencem em famílias com condições apresentam maior grau de desempenho escolar, em relação os alunos menos favorecidos, visto que tal assunto, ganhou importância não só de fórum social, mas, política e acadêmica, pois a ideia que possuímos da escola é que ela tem por função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais. Para o efeito, recorreu-se à pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que, embora a escola passe a difundir a ideia de igualdade de oportunidades, infelizmente, a escola leva em conta a desigualdade de condições, porque “muitas vezes os próprios professores e a escola contribuem para aumentar as desvantagens já trazidas pelos alunos em decorrência das suas condições sociais de origem. As crianças pobres não conseguem acompanhar as aulas, são tachadas de “burras” e acabam por convencer os próprios pais de que seus filhos não se dão bem com o estudo.

Palavras-chave: Desempenho escolar. Condições. Processos socioinstitucionais. Desigualdade.

INTRODUÇÃO

A presente intenção de investigação fundamenta-se no estudo da relação entre condições e os processos sócios institucionais e o desempenho escolar. O grande foco aqui é refletir se as condições dos alunos e os processos sociais da escola têm impacto na gestão do processo de ensino-aprendizagem nas escolas e no desempenho escolar. Assim sendo, o texto refere o que se tem observado nas escolas da nossa realidade angolana, as condições das famílias angolanas e as condições das escolas.

Para tal, estruturou-se o texto nos seguintes pontos: 1) conceito de condições; 2) conceito de processos sócio institucionais; 3) factores que influenciam na aprendizagem; 4) condições que garantem a aprendizagem dos alunos e 5) conceito de desempenho escolar.

No primeiro ponto, versado sobre o conceito de condições que é entendida como conjunto de aspectos necessários e importantes para que algo se realize. Ainda pode se perceber como algo ou alguém se encontra num certo momento: condições financeiras.

Procura-se perceber até que ponto as condições da família do aluno determina o desempenho escolar.

No segundo ponto, faz-se uma reflexão em torno dos conceitos de processos socioinstitucionais que é considerado como o conjunto de condições das instituições que trabalham para a melhoria do bem-estar social e as condições de vida da sociedade.

No terceiro ponto, abre-se espaço para a reflexão da problemática dos factores que influenciam na aprendizagem. A aprendizagem sofre influência de factores que podem ser repartidos em dois grupos: a) endógenos, internos ou individuais (motivação, estado psicológico e físico, capacidade intelectual suficiente, idade, experiência passada ou anterior e memória e percepção, ao passo que os factores exógenos, externos ou sociais são aqueles que não dependem do aprendiz. Dependem do meio em que ocorre a aprendizagem. Podemos identificar os seguintes elementos: a) a família, b) condições de aprendizagem e c) a personalidade do professor ou mestre.

No quarto ponto, apresenta-se a temática sobre as condições que garantem a aprendizagem dos alunos, estas condições podem ser: condições psicológicas ou afectivas e condições físicas ou sociais.

No quinto ponto, procurou-se abordar sobre desempenho escolar, pois para triunfar convenientemente nos estudos, é importante não nos deixarmos dominar pelos impulsos e sentimentos. Para além do estado emocional dos alunos e dos seus pais e encarregados de educação, precisa das

condições financeiras, económicas ou sociais para juntar-se o útil ao agradável. No entanto, embora isso não seja uma verdade absoluta, ainda assim é indispensável para o sucesso escolar dos alunos angolanos.

Portanto, o texto faz uma abordagem em torno da realidade de Angola, ou seja, realidade das condições de vida dos pais e encarregados de educação angolanos, olha para as condições sociais que as instituições escolares de Angola nos apresentam e analisa em que medida todos estes aspectos podem influenciar no desempenho escolar dos nossos alunos. Será que as condições da família dos alunos e as condições sociais da escola influenciam no rendimento escolar dos alunos angolanos?

CONCEITO DE CONDIÇÕES

Quando se ouve esta palavra, as ideias que surgem nas percepções referem-se ao conjunto de meios que uma pessoa possui para satisfazer as suas necessidades. Conjunto de condições das instituições que trabalham para a melhoria do bem-estar social e as condições de vida da sociedade.

Segundo o Dicionário Infopédia (2021, s/p) condições refere-se a situação em que se encontra um ser humano, circunstância; estado; forma. Situação ou facto indispensável; cláusula; imposição; exigência. Classe social a que uma pessoa pertence; lugar na sociedade.

Ora, a situação financeira de algumas das famílias angolanas, para não dizer da maioria é muito preocupante, por conseguinte, com o surgimento da inflação, subida dos preços da cesta básica, covid-19 a pobreza nas famílias só piorou e aumentou a sua vulnerabilidade financeira.

FATORES QUE INFLUENCIAM NA APRENDIZAGEM

Ao fazer-se uma reflexão em torno do conceito aprendizagem, consegue-se perceber que ela envolve modificação de comportamento através da experiência.

“Wittrock citado por Pessanha, Barros, Sampaio, Serrão, Veiga e Araújo (2010, p.140), referiu-se à aprendizagem como termo utilizado para descrever “os processos envolvidos na modificação através da experiência. É o processo de aquisição, de modificação relativamente permanente na compreensão, atitude, conhecimento, informação, habilidade e competência através da experiência”.

Capacidade intelectual suficiente: quer dizer disposição de assimilação necessária que o aluno deve possuir para determinado assunto. Com certeza, a inteligência é uma capacidade mental ou habilidade criativa que nasce com o indivíduo e que sofre influência de estímulos ambientais para desenvolver-se. Cada aluno posto à disposição de um professor, apresenta habilidades mentais diferentes. É nesse sentido que se fala em parte da democratização do ensino, uma vez que congrega todas as categorias mentais. O sucesso de ensino de um professor depende em grande parte da matéria ou da bagagem mental que tem para transformar o aluno.

A hereditariedade prevê a matéria-prima da qual a pessoa é feita. O que se tornarão, como serão moldados depende principalmente do ambiente. Bons materiais colocados em boas mãos dão um produto de fino acabamento. Mal material, mesmo cuidadosamente trabalhado, nunca daria um produto de primeira classe (Sargent at al. Citados por Haidt, 2010, p.33).

Por isso, a capacidade intelectual de cada aluno, é determinada proteínas, vitaminas, nutrientes que ajudarão o cérebro a funcionar de maneira equilibrada, no entanto, uma família com escassos recursos, terá enorme dificuldade em assegurar este quesito fundamental. Nela também podemos acrescentar a memória e percepção que são dois dos processos psíquicos indispensáveis para a aprendizagem.

Os outros fatores, tidos como exógenos, externos ou sociais, não vão depender do aprendiz ou aluno, depende das condições, depende do meio onde decorre a aprendizagem e neste sentido tem-se a família que proporciona as condições materiais, socioeconómicas e afectivas que vão influenciar na aprendizagem.

Segundo Portes, Pottes e Rocha (2008) a família é primordial para a formação do carácter e subsidiar a saúde mental. Essa função, mantém vivo os laços afetivos indispensáveis dentro da família.

Entende-se que, para se criar uma criança ou um adolescente, de forma saudável, já que pelo visto são seres em fase de desenvolvimento, é impreterível o envolvimento desses seres em laços de

carinho, amor, atenção, de modo que proporcione bem-estar, alegria e felicidade. Nesta função também podemos elencar o desenvolvimento das potencialidades humanas através da segurança passada de pais para filhos, o ser que antes se caracterizava como frágil, passa a construir autonomia e subsídios para desenvolver suas potencialidades.

Para Portes et al. (2008) a família é um conjunto de parentes por consanguinidade ou por afinidade, descendência, linhagem, unidade de classificação de seres vivos baseada em caracteres morfológicos e fisiológicos comuns.

No entanto, se pode dizer que a família não se baseia simplesmente pelo seu conceito, pois ela desempenha uma grande função, sobretudo no que tange as condições que deve disponibilizar e da família pode-se perceber que o filho no seu contexto, no sentindo das suas dificuldades, como se fossem suas. Deste modo, o filho sentirá que, de fato, os pais interessam-se pelo seu bem-estar, sobretudo pelo seu rendimento escolar. Desde o momento em que o filho sente esse afeto e percebe que os seus pais se interessam pelo seu desenvolvimento estudantil, há probabilidade de o menino ter maior motivação e interesse em aumentar, a cada dia, o desenvolvimento do seu autoconceito.

CONDIÇÕES QUE GARANTEM A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

Para que ocorra a aprendizagem é necessário que estejam criadas determinadas condições, estas condições não são só as condições económicas ou financeiras da família, podem ser, também, psicológicas ou afetivas.

a) Contacto com os problemas

Rogers (2001), afirma que a aprendizagem significativa é verificada mais facilmente em questões que o indivíduo entende como problemáticas a ele. Desse modo, observa-se que a aprendizagem gira em torno do interesse do aluno, diferenciando-se do modelo corrente, no qual o estudante enfrenta “uma experiência cuja ligação com os seus próprios problemas ele muitas vezes não vê”.

b) Disponibilidade dos recursos

Todavia, Rogers difere, neste item, “ a terapia na qual os recursos para o auto-conhecimento são internos – da educação, pois nesse caso existem inúmeros recursos que” ... “ devem ser postos à disposição dos estudantes e não impostos”.

Deste modo, o estudante poderá buscar o conhecimento de forma que lhe for melhor assimilado, estando o professor novamente como facilitador para a exploração desse material, estando ali, à disposição para cooperar com o processo de descoberta do aluno.

CONCEITO DE DESEMPENHO ESCOLAR

Hoje em dia, o bom desempenho escolar dos alunos é determinado pela combinação de vários aspectos, que vão desde a interação social e familiar, passando pela orientação e por estímulos adequados, até uma boa alimentação. Ou seja, parece que, em função das condições que garantem o desempenho escolar, são mais favoráveis para os alunos cujo os pais são possuidores de condições, até mesmo as condições sócio institucionais estão mais voltados às condições dos alunos de familiares favoráveis do que os alunos de famílias desfavoráveis.

A sala de aula ser arejada, bem iluminada, equipada com o essencial, equipada com propriedade atraente, agradável. A sala de aula deve ter decoração alegre; cartazes, ilustrações, fotos, etc. painéis baixos, piso limpo, sala limpa, armários e prateleiras e materiais para ser manuseados. (Piletti, 2002, p. 246)

Se observarmos em torno destas condições todas que o pedagogo exige que uma sala deve ter, está mais próximo as condições de alunos com condições ou sem condições? Assim, as condições têm ligação intrínseca com os processos sócio institucionais da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A génese textual, começa por abordar o conceito de processos sócio institucionais que consiste no conjunto de condições das instituições que trabalham para a melhoria do bem-estar social e as condições de vida da sociedade.

Mais adiante procura mostrar que a situação financeira de algumas (maioria) das famílias angolanas é muito preocupante, com a inflação, subida dos preços da cesta básica, covid-19 a pobreza nas famílias só piorou e aumentou a sua vulnerabilidade financeira.

A aprendizagem sofre influência de factores que podem ser repartidos em dois grupos como os endógenos, internos ou individuais e os exógenos, externos ou sociais.

No corpo do texto, ao decorrer das diferentes peripécias, discute-se a questão de que para que ocorra a aprendizagem é necessário que estejam criadas determinadas condições, estas condições não são só as condições económicas ou financeira da família, podem ser, também, psicológicas ou afetivas. No entanto, o desempenho escolar, refere à avaliação do conhecimento adquirido no âmbito escolar ou universitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Condição no Dicionário infopédia na **Língua Portuguesa** (em linha). Porto: Porto Editora. (consult. 2021. 10.14 06:12:22) Disponível em:

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/linguaportuguesa/condição>, 2021.

HAIDT, R.C. C. **Curso de Didáctica Geral**. 8ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2010.

PESSANHA, M. et al. **Psicologia da Educação**. Porto: Plural Editores, 2010.

PILETTI, C. **Didáctica Geral**, 23ª edição, São Paulo: Ética Editora, 2002.

PORTES, L., et al. **A família contemporânea**. (S.l): IEPA, 2008.

ROGERS, C. **Psicologia, Temas e Variações** 4ª edição, São Paulo: Thomson Editora, 2001.



Paulo Codeiro Leite

Licenciado em Ciências da Educação pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) Luanda, na opção de Ensino da Psicologia. Mestrando em Ciências da Educação na Opção de Administração Educacional. Professor do município do Cazenga. Co-fundador da C-CSAPSI - Comunidade Científica para Soluções Académicas e Psicológicas, localizada na Mediateca Zé-Dú-Cazenga, exercendo o cargo de vice-coordenador e porta-voz.

GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

SILVANA FÁTIMA BONI MORATO

RESUMO: Este artigo emerge de uma necessidade de se entender quais os caminhos e quais as novas perspectivas que encontraremos nos quesitos tocantes à Gestão escolar e qual perfil os Gestores do futuro devem possuir diante dos inúmeros desafios colocados diante deste profissional. A metodologia deste artigo foi baseada em uma revisão bibliográfica. Um gestor sabedor de suas atribuições, entende que seu trabalho dentro de uma unidade escolar é apenas uma parte de um grande todo que compõe este local, é preciso ter em mente que seu trabalho está intrinsecamente ligado aos trabalhos dos demais membros e colaboradores que compõem esta unidade como um todo, e saber seu papel e principalmente como delegar as atribuições de forma clara, precisa e concisa.

Palavras-chave: Atribuições. Caminhos. Gestão Democrática. Perspectivas.

INTRODUÇÃO

Atualmente a Gestão escolar tem se tornado um desafio para muitos ainda, repleto de obstáculos e particularidades presentes em cada unidade escolar, uma vez que as dificuldades, conflitos, problemas e possíveis soluções estão intrinsecamente ligadas ao perfil único de uma unidade e mais ainda na construção do perfil do administrador, diante a forma e na maneira como enfrentará as diversas demandas que surgirão, portanto às ações deverão estar de acordo com tais demandas em grau e intensidade.

Não há como falar em gestão escolar, sem deixar de lado os aspectos democráticos que são trazidos à tona quando se trata de unidades públicas. O gestor deve sempre estar preparado para liderar as relações profissionais bem como o alcance de seus objetivos “produtivos” por meio de um gerenciamento democrático e participativo, é claro que em muitos casos, ações de cunho monocrático surgirão, porém ainda que haja eventos desta natureza, a comunicação se faz presente para que os funcionários envolvidos se sintam de fato incluídos em/nas ações desta natureza, mesmo que seja apenas compartilhando.

Este artigo tem como objetivo identificar e apontar quais as perspectivas e quais os desafios o Gestor escolar encontrará em sua jornada dentro de uma perspectiva administrativa e gestora nos aspectos que envolvem as questões sociais, o papel da unidade escolar, a gestão democrática, os desafios de se evitar ações monocráticas e a busca constante de uma educação de qualidade e que venha de encontro aos anseios e desejos da comunidade escolar como um todo. Como metodologia foi utilizada uma revisão bibliográfica, amparada em uma pesquisa em livros, artigos relacionados à gestão escolar.

É imperativo que o Gestor Escolar esteja à frente na composição do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, pois é papel dele (a), mediar às questões que envolvem a construção desta importante ferramenta que norteia quais caminhos e quais diretrizes tomar para se alcançar, os objetivos propostos e decididos de forma democrática por todos os atores envolvidos, garantindo assim autonomia, sempre mediada por este profissional de extrema importância. É preciso também, tomar cuidado com relação às ações que possam caracterizar assédio moral no ambiente de trabalho, onde muito gestores afirmam “desconhecer” quais ações práticas, caracterizam este tipo de violência e que pode colocar em risco toda uma corrente de fluxo de relação e trabalho salutar dentro do ambiente de trabalho, bem como ser palco para litígios intermináveis e processos administrativos extenuantes.

A GESTÃO: UMA BREVE HISTÓRIA AO LONGO DA HUMANIDADE E NO BRASIL

Para que haja um adequado entendimento sobre a gestão escolar, torna-se necessário um embasamento sobre a mesma amparada por um viés histórico, onde muitas vezes conhecer o passado contribui para o entendimento do presente e mudanças necessárias no futuro.

Os primórdios da gestão como ferramenta de administração, remonta de muito tempo, estudos apontam que iniciaram por volta de 5500-5000 anos a.c, na Suméria, onde atualmente se localiza o Kuwait e o Iraque, na tentativa de buscar otimizar e de ter um maior controle sobre suas tarefas bem como de seus recursos, alimentos, entre outros. (AZEVEDO, 2004)

Já os Chineses, por volta de 500 a.c, também buscaram formas de controle e administração a fim de organizar e construir normas e regulamentos que pudessem de alguma forma ter o controle sobre os diversos recursos e atribuições de seus comandados, garantindo assim uma melhor eficiência nos “processos” e atribuições por eles Gerenciadas. (AZEVEDO, 2004)

Ao longo da história, diversas instituições tomaram posse desta forma de administrar e aprimoraram cada vez mais os processos de controle, de forma que se tornasse mais fácil definir regras e princípios de hierarquia e supervisão a ponto de inclusive ter o controle e o domínio sobre o comportamento das pessoas.

A organização que soube tirar melhor proveito da Gestão como ferramenta de controle e administração foram os exércitos; sua forma de controlar as tropas, aliada ao controle operacional sobre cada processo executado, dava a esta instituição uma capacidade de mobilização incrível.

A adoção de medidas rígidas e monocráticas, garantiam sua eficiência e militarização tão características nesta organização. Com a chegada da Revolução Industrial e com o advento das fábricas, uma “nova” forma de gerenciar surgiu, porém alguns processos de controle ainda estavam atrelados à forma militarizada de se comandar e de se dirigir aos seus subordinados, o que garantiu a expansão industrial por toda América do norte e Europa.

A gestão garantiu que pudesse entre outras coisas: Garantir a eficiência dos processos de produção, a padronização destes mesmos processos, e o controle e a organização da cadeia produtiva e hierárquica. (AGUIAR, 2001) Libâneo (2003) descreve que foi Frederick Taylor em 1911, com o seu livro: Princípios da Administração Científica, dito por muitos até hoje, como sendo a “Bíblia da administração” que constrói marcos administrativos seguidos por muitos gestores tradicionais e que atualizados para os dias atuais ainda produz resultados satisfatórios, embora muitas ações caíram em desuso dado ao seu viés extremamente fustigante e escravagista; mas que devemos entender sua maneira de ser dentro de um recorte histórico e cultural da época.

Taylor baseou suas ações de gestão em 5 (cinco) pilares:

Planejar; Comandar; Organizar; Controlar; Coordenar;

Se levarmos em conta que dentre as atribuições de um gestor Escolar nos dias de hoje, se “resumem” a estas atividades, não estaremos distantes “em tese” do perfil de um bom gestor, porém sabemos que em determinados momentos, estas habilidades podem se tornar secundárias dentro dos processos geridos por este profissional.

No Brasil, a história da gestão ocorria muito antes de sua colonização e era gerenciada em um primeiro de longe, em Portugal, através das ordens direcionadas pelo imperador e que atendiam apenas às necessidades extrativistas e de controle de recursos e que não se preocupavam de fato com a supervisão e o comando efetivo de seus “recursos humanos” onde se delegava uma ordem e esperava que fosse cumprida à risca, sob pena de castigos e em casos mais graves, à pena de morte. Essa realidade permaneceu inalterada por séculos e o Brasil ficou para trás nos assuntos que exigiam uma gestão eficiente, onde pagava –se altos salários aos ingleses para que estes pudessem administrar e contabilizar os valores arrecadados pela coroa portuguesa, o que nem sempre acontecia de forma honesta e que provocou rombos milionários, justamente por não possuímos esse viés gestor tão bem mais aprimorado em muitas nações Europeias na época (AGUIAR, 2001).

Porém foi a partir do século XX, com as diversas mudanças ocorridas no Brasil que motivadas por diversas renovações econômicas, políticas, sociais e educacionais, que os conceitos de Gestão foram se adequando às novas maneiras e novos olhares acerca desta forma de administrar e de educar, mas que traziam consigo marcas profundas de uma educação elitizada como afirma AZEVEDO (2004):

Por meio de uma abordagem histórica, em que se destacam marcos da política educacional, procura-se demonstrar como o tratamento da questão educacional tem sido sempre condicionado pelos valores autoritários que presidem as relações sociais brasileiras e que incrustaram em nossa cultura desde os tempos coloniais. Dessa perspectiva, busca-se estabelecer os nexos entre o universo cultural simbólico do país as definições e rumos das políticas públicas de

educação e persistência de um padrão educacional excludente e seletivo, que acaba por negar, ainda hoje, o direito à escolarização básica de qualidade à grande parte da população (p.17)

A Gestão escolar veio no arrasto destas mudanças, e que tiveram seus movimentos de transição, ancorados nos processos de difusão do ensino básico e que dentro desta nova perspectiva pode-se testemunhar entre outras coisas, a descentralização da educação, a participação mais efetiva da população e a da comunidade escolar como um todo, o direito da sociedade nas interlocuções dos processos estabelecidos pela escola e que tiveram seu ponto de partida efetivo a partir da década de 90, com a promulgação da Constituição de 1988, e que garantiu novos olhares e novas formas de se ver e de se pensar a educação e Gestão Escolar no Brasil. Os anos noventa, todavia, trazem para o centro do debate sobre educação e ressignificando o sentido de uma reflexão sobre sua função política e social na formação da cidadania. (AZEVEDO, 2004)

Ressignificar o conceito de Gestão Escolar, foi um dos grandes objetivos da administração dentro de uma perspectiva atual. É preciso entender em que contexto a Gestão e o Gestor estão inseridos no momento histórico da administração pública atual, uma vez que estas ações estão muitas vezes aglutinadas em perfis e metodologias empresariais e que trazem conceitos tais como: a autogestão, a organização coletiva do trabalho, e a democracia participativa, mas que possuem apenas um objetivo geral: O “lucro” através da eficácia e da eficiência sem considerar as particularidades e as especificidades tanto materiais quanto de recursos humanos presentes em determinada unidade escolar como bem afirma LIB NEO (2003, p. 318):

Gestão é, pois a atividade pelo qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativo.

O percurso histórico demonstra que a gestão escolar esteve sempre amparada e influenciada por questões educacionais, políticas, sociais, culturais e temporais.

O GESTOR, A ADMINISTRAÇÃO E A ESCOLA

Muito se fala do papel do gestor dentro do processo de gerenciamento e de manutenção das atividades dentro de uma unidade escolar, porém é preciso dizer que se torna quase impossível destripar sua relação com a administração pública e mais ainda com a própria unidade escolar: Local e objeto de sua atividade profissional.

Por muitas vezes podemos ficar confusos na maneira como o gestor administra os recursos tanto humanos quanto materiais, e desta forma vê-los apenas como mais um gerente, entre tantos espalhados por diversas empresas por este país afora; porém é preciso deixar bem claro, que o Gestor Educacional não visa o lucro, objetivo claro e bem desenhado em empresas privadas e mais ainda em instituições de ensino privadas; o capital adquirido em uma unidade escolar pública é muito mais amplo e muito mais subjetivo.

Embora o ato de gerir esteja racionalmente ligado ao ato fabril/empresarial é preciso deixar bem claro a importância enquanto “ente social” o papel do Gestor, bem como de toda a comunidade escolar como sendo “Um operário” que auxilia na produção de cidadãos, de pessoas que auxiliarão no processo e na disseminação de ações e práticas cidadãs democráticas, tão importantes na manutenção dos direitos e das liberdades individuais.

Anísio TEIXEIRA (1961) destaca a existência de dois tipos de Administração: Administração da fábrica, mecânica que planeja o produto que deseja obter, analisa tudo que é necessário para elaborá-lo e por fim, dispõe de mão de obra para produzir, a função de planejar é suprema e a de executar é mínima e a Administração escolar é aquela em que o elemento mais importante é o Gestor, que organiza a escola e faz os trabalhos necessários para que o ensino se dê com qualidade.

Em uma empresa, o gestor nem sempre precisa ter conhecimento técnico sobre todas as atividades da fábrica, cabendo a ele gerir e coordenar os seus subordinados detentores dos conhecimentos técnicos específicos na obtenção dos objetivos e resultados propostos na atividade fim da empresa, porém o mesmo não ocorre com o Gestor Educacional. (FERREIRA E AGUIAR, 2000)

Este profissional traz consigo uma bagagem Pedagógica e de vivência em sala de aula como educador que lhe servirá e muito na tomada de decisão, na maneira como se comporta diante de conflitos com pais e responsáveis, na mediação com os educandos, na rotina escolar, na coordenação da equipe

de apoio e manutenção da qualidade do ensino na unidade escolar, produzindo cidadãos autônomos, ativos, participativos na sociedade. Segundo FERREIRA & AGUIAR (2000, p. 197):

Gestão se constitui de princípios e práticas decorrente que afirmam ou desafirmam os princípios que as geram. Estes princípios, entretanto, não são intrínsecos à gestão como a concebia a administração clássica, mas são princípios sociais, visto que a gestão da educação se destina à promoção humana.

As ações que envolvem a gestão, se tornam extremamente dinâmicas à medida que as mudanças sociais, econômicas se dão. O gestor precisa ter um olhar atento e amplo sobre cada mudança ocorrida na sociedade e que de alguma forma possam vir a impactar na vida de todos os atores que compõem a unidade escolar.

As mudanças tecnológicas constantes, ocorridas exigem cada vez uma atualização permanente, no sentido de que este profissional não se torne incapacitado de executar suas tarefas a contento (LIBÂNEO, 2003). Esta exigência também deverá se estender à sua equipe de apoio, pessoal de extrema importância e que dará todo o suporte técnico e específico necessário para a construção de pontes que direcionarão as ações por todo quadro pedagógico e de apoio sempre deixando claro que seus objetivos enquanto administrador é a produção de cidadãos atuantes na sociedade, profissionais pedagógicos equipe técnica em constante capacitação, a fim de promover um ambiente sempre eficiente.

O gestor precisa entender que os processos burocráticos estarão presentes em cada ação, e que embora tenha se tornado no senso comum algo: “que serve apenas para atrapalhar”, não pode jamais ser visto por este profissional desta maneira. A burocracia largamente descrita por Max Weber (1920), buscou racionalizar e padronizar os processos, e que por consequência garantia que as ações fossem executadas sempre da mesma forma, garantindo assim a sua eficácia e que estabelecidos os princípios da administração garantiria a impessoalidade promovendo assim ações que não visassem o benefício de alguns em detrimento de outros e que poderia contaminar todo o processo de gestão, bem como de comprometer as ações legais, escolhidas pelo gestor, colocando em xeque às suas decisões. (LUCK, 2008)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A burocracia garante em uma primeira instância a observação dos processos e assim diagnosticar quais precisam ser melhoradas, que necessitam ser atualizados e quais podem ser extintos a fim de otimizar as relações e o fluxo de trabalho entre os diversos setores e profissionais que compõem a unidade escolar.

Desta maneira pode-se dizer que o gestor escolar, é alguém que vai muito além e que possui um olhar muito mais dinâmico e macro das relações e que se coloca acima das atividades de um simples executor de ações puramente técnicas (sem nenhum demérito destes profissionais), mas que é preciso estar antenado às diversas questões que cercam o ambiente escolar como um todo.

Cabe ao gestor administrar, e buscar constantemente o questionamento a fim de repensar a forma como elabora e como interage com sua equipe com aqueles que se relaciona no ambiente escolar e alguns casos fora deste local, pois impactará de forma profunda na maneira como vê e como é visto por seus pares e subordinados.

A sua postura profissional será permanentemente colocada à prova, e que por mais “soberano” que possa estar em sua posição, sempre estará “amarrado” e ancorado em princípios, normas, diretrizes, normativas, leis e outros arcabouços jurídico-administrativos, e que funcionarão como pesos e contrapesos, no sentido de parametrizar suas ações, de forma que não se cometa nenhum tipo de medida arbitrária, autoritária e principalmente antidemocrática, este último quando tomado como única forma de controle e gestão, tende a desmotivar sua equipe, bem como a instituição escolar como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, S. A. M. Gestão da educação e a formação do profissional da Educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, S. A. M. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001.
- AZEVEDO, L. M. J. O Estado, a Política Educacional e a Regulação do Setor Educação no Brasil: Uma Abordagem Histórica. In: FERREIRA, N. S. C, AGUIAR, M. A. S. (orgs.). **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- FERREIRA, N. S. C. e AGUIAR, N. A. da S. (orgs.). **“Gestão da Educação: Impasses, Perspectivas e compromissos”** 2 ed., São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, João Carlos et. al. O sistema de organização e de Gestão da Escola: teoria e prática. In. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCK, H. **Gestão Educacional: Uma questão paradigmática**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.



Silvana Fátima Boni Morato

Licenciada em Educação Física pela Universidade Mogi das Cruzes (UMC). Graduada em Pedagogia; Artes Visuais e História. Pós Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Alfabetização e Letramento; Deficiência Mental; História Social; Docência do Ensino Superior. Professora de Ensino Fundamental II e Médio na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).



Palabras

NARANJA

VEINDE

REUL

Tarea
Colorea las palabras y
escribe su nombre

A PROBLEMÁTICA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

WILDER DALA QUINJANGO

RESUMO: Cada vez mais, cresce a convicção de que a educação é de facto uma mola impulsadora para o desenvolvimento social de qualquer país. Na mesma proporção, a grande preocupação de muitos, prende-se com grandes investimentos para este sector indispensável por ser produtivo. Pelo que, fruto da nossa observação, verificamos que cada vez mais, critica-se, lamenta, desacredita-se que a educação angolana ou provavelmente a brasileira, não tem qualidade. Neste texto, intenciona-se promover uma reflexão indispensável para a compreensão do conceito-qualidade da educação. E igualmente, reconhece-se que a reformulação do ideal das reais características de um indivíduo educado, porém, é de facto um detalhe ignorado.

Palavras-chave: Aprendizagens. Desenvolvimento. Educação. Renovação.

INTRODUÇÃO

A problemática do rendimento escolar ou sucesso escolar, de modo genérico tem estado no pedestal das atenções de muitas nações e estados. No caso específico, ela é traduz-se igualmente numa preocupação para encarregados, professores, direcção da escola ou mesmo para uma determinada região do país. Ao certo, todos almejam aos alunos rendimento escolar satisfatório, pois, é de facto a formação do homem novo que está em causa e consequentemente a transformação e desenvolvimento social.

Por exemplo, o Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, reiteradamente nos seus discursos tem assumido que o ensino angolano não tem qualidade. E consequentemente tem advogado pela formação de qualidade dos professores como esperança para a sua qualidade.

Nesta linha de pensamento, NORONHA & NORONHA (1998, p.11), na sua obra "Sucesso Escolar", referem que quando se discute sobre sucesso escolar, na essência, procura-se combater o insucesso escolar. Destacam igualmente que a preocupação de muitos compreende-se da seguinte forma:

Elaboram-se cuidadosamente definições conceptuais e categorizantes;

Especula-se filosoficamente, em grupos multidisciplinares, acerca das origens do insucesso e do seu relacionamento socio-profissional;

Distribui-se indiscriminadamente grande quantidade de leite que muitas crianças rejeitam;

Fazem-se planos e programas educativos individuais;

Nomeiam-se professores de apoio que fazem relatórios além de inúmeras reuniões para estudar os problemas;

Mandam-se efectuar exames psicológicos que pouco ou nada detectam para além de indicar genericamente a necessidade de apoio;

Fazem-se reuniões com os pais, que muitas vezes endossam a solução aos professores e à escola, como se nada tivessem a ver com o assunto.

Isso pressupõem-se crer, que a questão do sucesso, é um campo complexo. Porém, neste processo, comete-se equívocos quando pensa-se em uma vertente, ou quando atribui-se a um grupo como solução ou como problemático; diríamos mesmo como bode expiatório dos constrangimentos causados pela maioria. O certo, é que poucos são consciencializados nisso,

"ou seja, via de regra, o insucesso escolar está relacionado com os problemas sociais. Por outro lado, inúmeras vezes esta resulta das condições de não inteiração entre proposta de ensino, o projecto pedagógico, o currículo escolar e a formação do professor". (SOUSA, 2018, p. 73)

Face a esta discussão, concordamos com SOUSA (2018), de que neste processo, do insucesso escolar, para além de focar-se nas inúmeras dificuldades que lhe dão origem, é necessário buscar-se facilitadores para sua solução ou seja, do alcance do sucesso escolar. Pois, como solução, aponta-se a sugestão pelo aumento de verbas no OGE, construção e apetrechamento de estruturas modernas, criação e distribuição de manuais, remunerar bem os docentes etc.

Ainda sequenciando com Sousa, ao analisar a questão da educação Angolana, considera que a mesma atingiu patamares quantitativos e não qualitativo. E lamentavelmente um outro problema observado pelo autor, “é que diante da falta de qualidade geralmente procura-se um responsável por isso e normalmente é apontado o professor com o argumento de que ele tem formação insuficiente para exercer tal função” (SOUSA, 2018, p.89).

TAMO (2018) ao referir-se a qualidade do ensino, destaca que “revela-se quando a formação conferida aos quadros corresponde às necessidades do desenvolvimento humano e sustentável do país”(p.35). Advoga igualmente que a qualidade deve ser considerada como uma propriedade globalizante, a da competência, isto é, que integraria o saber-fazer, saber-ser e saber-estar.

É precisamente este problema que julgamos pertinente aprontar. No contexto angolano bem como em outras latitudes, facilmente critica-se, duvida-se e afirma-se que a educação não tem qualidade. Nesta senda, uma questão deve ser formulada: não tem mesmo qualidade a nossa educação?

O REAL SENTIDO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

A noção de sucesso escolar ou insucesso escolar, compreende-se em função de determinados objectivos descritos. O seu conceito é variável de acordo a determinados Estados, povos, contextos geográficos e de escola à escola. A compreensão do sucesso escolar no contexto específico de Angola, só é possível através de uma avaliação mais detalhada tendo em conta os diversos parâmetros (estatísticos e outros). E por sua vez, reconhece-se que há um detalhe ignorado por aqueles que formulam as políticas educativas.

Nesta senda, para a devida compreensão, importa destacar-se um facto relactado por (PILETTI, 2010), que por ocasião do tratado de Lancaster, isto é, na Pensilvânia (Estados Unidos), no ano de 1744, entre o governo da Virgínia e as seis nações indígenas, sendo que os americanos propuseram a oferta de varias vagas de formação para muitos jovens Índios. De modo a que os mesmos aprendessem os conhecimentos do homem Branco.

Na sequência da oferta proposta, (PILETTI, 2010), destaca:

Apreciamos enormemente o tipo de educação que é dada nesses colégios e nos damos conta de que o cuidado de nossos jovens, durante a sua permanência entre vocês, será custoso. Estamos convencidos, portanto, que os Senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo coração.

Mas aqueles que são sábios, reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa.

Prossegue ainda o representante dos Índios:

...Muitos de nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda vossa ciência. Mas, quando voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportar o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, por tanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros. (PILETTI, 2010, pp. 9-10).

Nesta perspectiva, conforme o texto citado acima em (Piletti, 2010), podemos perceber que constitui como sucesso Educacional para a realidade indiana, isto é, para o contexto do tratado, as seguintes qualificações:

- Saber falar correctamente a sua língua
- Ser um bom corredor
- Ter domínio da vida da floresta
- Capacidade de suportar o frio e a fome

- Saber caçar o veado, matar o inimigo
- Saber construir uma cabana
- Ser bom guerreiro, e um bom conselheiro.

Assim sendo, importa frisar, que a definição de objectivos é fundamental para o alcance de qualquer coisa. Não menos importante, é a definição exaustiva e clara sobre o perfil de uma educação de um país ou escola. Qual é o ideal da educação angolana ou brasileira? Todos países, escolas que não definem o padrão do seu homem a formar, vivem de facto numa autêntica contradição, quando assume-se que não tem qualidade.

Pelo menos, no contexto Angolano, pode-se assumir a existência de uma ruptura e certa opacidade no que concerne a definição de um indicador de base do homem educado. Porque a constituição da república de Angola (2010), bem como a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (nº17/16), não descrevem nem tipificam o homem modelo a alcançar, pese embora o mesmo Sistema, aponta a Educação como processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem que visa preparar de forma integral o indivíduo (art.2º). Pois, entende-se igualmente que deve-se novamente destacar a seguinte questão: Quem é o homem educado em Angola?

Ainda assim, pode-se alimentar a crítica de que não há qualidade em Angola? Qual é o sustentáculo destes argumentos ou convicções?

Certamente, ao reflectir-se sobre a questão do sucesso escolar/ insucesso escolar, na visão de (Quinjango, 2018; Sousa, 2018), defronta-se com uma problemática que é compreendida pela culpabilização entre uns e outros, principalmente quando a análise é específica do sucesso dos alunos de uma determinada escola. Pois, os pais apontam os professores (como incapacitados) e a escola como culpada do fracasso escolar dos seus filhos. Os professores rebatem-no apontando que é a ausência do acompanhamento dos pais nos deveres escolares que vivencia-se tal fenómeno. E não obstante a isso, as vezes os próprios professores, culpam os seus alunos, como preguiçosos, distraídos, e sem motivação ou interesse no seu aprendizado.

Logo, embora exista essa culpabilização constituindo como problema, em parte, reconhecemos que é razoável. O gravíssimo, é a falta de clarificação ao Órgão Central do Estado do “homem educado” ou a educar no contexto local.

ZAU (2019), reconhece que o conceito de qualidade é plurissignificativo na sua gênese. Pois, “é de difícil operacionalização e a sua utilização como elemento estruturante das políticas educativas revela grandes ambiguidades”(p.53). Essas ambiguidades de acordo Fonseca citado por (ZAU, 2019, p. 53) resultam de diversos factores que asseguir destacam-se:

Primeiro: A qualidade pode ser vista como um conceito absoluto e, nesse caso, faz-se parte da substancia do proprio ensino e da propria escola(e, por tanto, não há “boa ou má qualidade”, mas sim “bom ou mau ensino, ou boa ou má escola). Neste caso, o que está em causa, são as questões de sempre: os princípios, os valores, as metas, os modelos, etc., de educação. Ou então, a qualidade é vista como um conceito “relativo” e nesse caso, não há uma qualidade, mas varias “qualidades” conforme as funções, situações, os actores, as épocas, etc.. estas qualidades, constituem atributos do sistema educativo e das escolas que variam em função de uma diversidade de factores que não podem ser escamoteados por pretensas soluções técnicas. Importa, com tudo sublinhar, que num e outro caso, a qualidade é sempre uma construção social e , por tanto, um lugar de negociação, de estratégias, de relações de poder.

Segundo: “Defender a qualidade” não é lutar por um qualquer valor “supremo”, ideologicamente puro e politicamente neutro, mas sim uma forma de racionalizar a acção governativa em função de um conjunto de normas definidas pelo poder politico. Neste sentido, se existe uma qualidade, “apriori”, que resulta da definição de critérios para aplicar a qualidade e de indicadores para medir, também existem “qualidades a posteori” que resultam, pois, da acção prática do jogo de actores no próprio terreno onde se constroi a qualidade.

Terceiro: O caracter instrumental que é dado ao conceito da qualidade como norma-padrão de desempenho e referente avaliativo basea-se numa simplificação artificial das finalidades da educação, das diversidades de situações educacativas e da sua temporalidade, bem como da complexidade do processo educativo, dos seus espaços e dos seus contextos. A qualidade do ensino e das escolas fica assim limitada pela propria natureza dos instrumentos de controlo e de medidas utilizadas.

Quarto: Se, à semelhança do que acontece no mundo empresarial, considerarmos a qualidade como a “satisfação do cliente” (e se se encontrar no jogo de esta comparação), coloca-se desde logo, o problema de saber quem é o cliente da escola. A multifuncionalidade da escola, determina, necessariamente, a diversidade de clientes: pais, os alunos, as empresas, etc, “consomem” coisas diferentes e além disso, cada um destes grupos de interesses diverge também entre si-por razões culturais, sociais, económicos, políticas, etc.-o que implica que definam atributos diferentes para estabelecer a qualidade da escola.

Estes pontos, nos tornam explícitos de que a noção de qualidade é difícil e variável. Para tal, deve-se levar em consideração vários factores conexos. E posteriormente partir-se pelas definições e resoluções de elementos indispensáveis.

Neste fio lógico, concordamos com (FONSECA, citado por ZAU, 2019, p. 54), quando refere que

“na crítica às políticas de melhorias da qualidade da educação, o que está em causa não é a adopção do conceito de qualidade para traduzir o objectivo de promoção e melhorias do funcionamento dos sistemas educativos e das escolas, mas o facto de se ignorar que , em educação, a qualidade (as suas normas e os seus padrões) não são naturais, nem consensuais, mas sim construídos e problemáticos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, diante da discussão sobre a temática da qualidade ou da má qualidade do ensino e da própria educação, deve-se relevar um indicador de base. Sempre, deve-se formular a questão filosófica: Quem é o homem educado em Angola? Se esta ignorância perdurar enquanto essencial, ficar-se à na ilusão de que não se conquistou a tal qualidade da educação ou do ensino. Aqueles que têm responsabilidade de traçar políticas educativas, devem imperativamente considerar este detalhe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição da República de Angola. Angola: Imprensa Nacional, Angola, 2010).

Lei de bases nº 32/ 20 de 12 de Agosto, Lei que altera a Lei nº 17/16 de 7 de Outubro-Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Assembleia Nacional.

NORONHA, Z. de & NORONHA M. de. **Sucesso Escolar.** Plátano editora,

PILETTI, C. **Didática Geral.** 24ª ed. São Paulo: Ática editora, 2010.

QUINJANGO, W. D. **A educação familiar como factor determinante na formação da personalidade do indivíduo: caso, bairro Caop- B/ Viana- Luanda.** Trabalho de fim de curso. Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação, 2018.

SOUSA, N. M. de. **Gestão democrática da escola pública em Angola.** Curitiba: Mona Ltda, 2018.

TAMO, K. **A governança das instituições de ensino superior (IES) públicas.** Edições bilíngue: CAPATÊ-Publicações, Luanda, 2018.

ZAU, M. **Processo de avaliação da qualidade de ensino superior em Angola.** 2ª ed.: Coleção Consciência e Desenvolvimento Local, Luanda, 2019.



Wilder Dala Quinjango

Licenciado em Ciências da Educação opção pelo Ensino de Psicologia pelo ISCED - Luanda. Mestrando em Administração Educacional pelo ISCED Luanda. Professor Universitário pelo Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola ISIA - Zango, no curso de Pedagogia e Psicologia. Também pelo Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues no Curso de Psicologia.



NÃO CUSTA NADA

HOMENAGEAR

UM PROFESSOR/A

ESPECIAL

Envie sua homenagem com algumas fotos para:
primeiraevolucao@gmail.com

#VacinaParaTodos



ORGANIZAÇÃO:

Andreia Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Ana Paula Mariano da Silva
- Delmira Moreira da Cruz
- Elida Eunice da Silva
- Gladys Aparecida da Silva
- Jonatas Hericos Isidro de Lima
- Luzerlila Perestrelo Valente
- Nádia Rúbia Oliveira Magalhães Pina
- Paulo Cordeiro Leite
- Silvana Fátima Boni Morato
- Wilder Dala Quinjango



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.21>

www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

